



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA - SIH**



**RELATÓRIO DE GESTÃO  
DO EXERCÍCIO DE 2015**





**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA - SIH**

# **RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015  
APRESENTADO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO  
E EXTERNO E À SOCIEDADE COMO PRESTAÇÃO DE  
CONTAS ANUAL A QUE ESTA UNIDADE ESTÁ  
OBRIGADA NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO  
ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ELABORADO DE  
ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES DA IN TCU Nº 63/2010,  
DA DN TCU Nº 146/2015 E DA PORTARIA TCU Nº 321/2015  
E DAS ORIENTAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE  
INTERNO**

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA**

**Brasília-DF / 2016**

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES**

SIH - Secretaria de Infraestrutura Hídrica

DOH - Departamento de Obras Hídricas

CGAPR - Coordenação Geral de Acompanhamento de Projetos

CGSOB - Coordenação Geral de Supervisão de Obras

CGAAC - Coordenação Geral de Acompanhamento de Acordos e Convênios

DPE - Departamento de Projetos Estratégicos

CGOC - Coordenação Geral de Obras Civis

CGPA - Coordenação Geral de Programas Ambientais

CGDR - Coordenação Geral de Projetos de Apoio ao Desenvolvimento da Região Beneficiada

CGCC - Coordenação Geral de Gestão de Contratos e Convênios

CGEM - Coordenação-Geral de Obras Eletromecânicas

## LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 2.1– Organograma</i> .....	15
<i>Figura 2.2 – Mapa de Relacionamento do DPE/SIH</i> .....	22
<i>Figura 2.3– Mapa de Relacionamento do DOH/SIH</i> .....	23
<i>Figura 3.1 – Vinculação estratégica da SIH</i> .....	25
<i>Figura 3.2 – Objetivos Estratégicos da SIH</i> .....	26
<i>Figura 3.3 – Programa 2051</i> .....	40
<i>Figura 5.1– Tipos de Manifestação</i> .....	102
<i>Figura 5.2 – percentual de Manifestação</i> .....	103
<i>Figura 5.3– Meios de Entrada SIH</i> .....	104
<i>Figura 5.4 – Percentual Meios de Entrada</i> .....	105

## LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL.....	10
Quadro 2.2 - IDENTIFICAÇÃO E VISÃO GERAL DA UNIDADE .....	16
Quadro 2.3 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS –SIH/DPE .....	21
Quadro 2.4 - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS –SIH/DOH.....	23
Quadro 3.1 - RESTOS A PAGAR.....	28
Quadro 3.2- Execução orçamentária e financeira .....	30
Quadro 3.3- Atividades eixos 2015 .....	31
Quadro 3.4 - Despesas por Modalidade de Contratação.....	36
Quadro 3.5 - Objetivo 0479 – Programa 2051 .....	41
Quadro 3.6 - Objetivo 0480 – Programa 2051 .....	42
Quadro 3.7 - Objetivo 0549 – Programa 2051 .....	42
Quadro 3.8- PISF– Eixo Leste .....	51
Quadro 3.9 - PISF – Eixo Norte .....	51
Quadro 3.10 - Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano.....	52
Quadro 3.11 - Construção do Sistema Adutor do Ramal do Entremontes.....	53
Quadro 3.12- Construção do Sistema Ramal Adutor Ramal do Apodi.....	54
Quadro 3.13- Manutenção Operacional do PISF.....	55
Quadro 3.14- Recuperação de Reservatórios Estratégicos para O PISF .....	55
Quadro 3.15 - Programa 2040 .....	59
Quadro 3.16 – Programa 2040.....	60
Quadro 3.17 - Programa 2040 .....	61
Quadro 3.18 – PROGRAMA 2051 .....	63
Quadro 3.19 – PROGRAMA 2051.....	64
Quadro 3.20 – PROGRAMA 2051.....	65
Quadro 3.21 – Programa 2051.....	66
Quadro 3.22 – PROGAMA 2051 .....	67
Quadro 3.23 – programa 2051 .....	68
Quadro 3.24 – programa 2051 .....	69
Quadro 3.25 – programa 2051 .....	70
Quadro 3.26 – programa 2051 .....	71
Quadro 3.27 – programa 2051 .....	72
Quadro 3.28 – programa 2051 .....	73
Quadro 3.29 - Índice de efetivação do empenho.....	83
Quadro 3.30 - Índice de estoque de restos a pagar.....	84

<b>Quadro 3.31- Índice de eficiência das propostas .....</b>	<b>84</b>
<b>Quadro 3.32 - Índices de Avanço Físico do PISF.....</b>	<b>85</b>
<b>Quadro 3.33- Ministério da Integração Nacional.....</b>	<b>86</b>
<b>Quadro 3.33 - Estágio da Execução Física.....</b>	<b>95</b>
<b>Quadro 4.1- Processo Administrativo Disciplinar .....</b>	<b>98</b>
<b>Quadro 4.2- Elementos de Avaliação.....</b>	<b>99</b>
<b>Quadro 7.1 - Força de Trabalho da UPC – SIH.....</b>	<b>110</b>
<b>Quadro 7.2 – Distribuição da Lotação.....</b>	<b>111</b>
<b>Quadro 7.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas.....</b>	<b>112</b>
<b>Quadro 7.4 - Qualificação da força de trabalho.....</b>	<b>112</b>
<b>Quadro 7.5 - Faixa etária da força de trabalho.....</b>	<b>112</b>
<b>Quadro 7.6 – DESPESA COM PESSOAL .....</b>	<b>113</b>
<b>Quadro 7.7 - ESTAGIÁRIOS.....</b>	<b>114</b>
<b>Quadro - 7.8 – ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL .....</b>	<b>116</b>
<b>Quadro 8.1 – DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO.....</b>	<b>118</b>
<b>Quadro 8.2- Informações sobre ações de publicidade e propaganda .....</b>	<b>135</b>

## Sumário

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS .....</b>	<b>10</b>
2.1	Finalidades e Competências.....	11
2.2	Normas e Regulamentos de Criação, alteração e funcionamento da unidade.....	12
2.3	Ambiente de atuação .....	13
2.4	Organograma .....	15
2.5	Macroprocessos Finalísticos.....	21
<b>3</b>	<b>PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL</b>	<b>24</b>
3.1	Planejamento Organizacional .....	24
3.2	Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico .....	26
3.3	<b>FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS.....</b>	<b>27</b>
3.4	<b>DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.....</b>	<b>28</b>
3.4.1	Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.....	28
3.4.2	Restos a pagar em exercícios anteriores.....	28
3.4.3	Execução Descentralizada com Transferência de Recursos .....	29
3.4.4	Informações sobre a execução das despesas.....	36
3.5	<b>Objetivos Estabelecidos no PPA de Responsabilidade da Unidade e Resultados Alcançados</b>	<b>38</b>
3.5.1	Análise situacional dos programas temáticos .....	38
3.5.2	Objetivos .....	41
3.5.3	Ações orçamentárias geridas pela SIH .....	51
3.6	<b>Apresentação e análise dos indicadores de desempenho .....</b>	<b>83</b>
3.6.1	Índice de efetivação do empenho.....	83
3.6.2	Índice de estoque de restos a pagar.....	83
3.6.3	Índice de eficiência das propostas.....	84
3.6.4	Índice de avanço físico do Projeto de Integração do Rio São Francisco .....	84
3.7	<b>Informações sobre as ações relativas ao Projeto de Integração do Rio São Francisco com</b>	
	<b>Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional .....</b>	<b>86</b>
3.7.1	5.4.1 Fluxo de Recursos Aplicados .....	86
3.7.2	Estágio da execução física .....	95
<b>4</b>	<b>GOVERNANÇA .....</b>	<b>96</b>
4.1	Descrição das Estruturas de Governança .....	96
4.2	Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.....	96
4.3	Gestão de Riscos e Controles Internos.....	99
<b>5</b>	<b>RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....</b>	<b>101</b>
5.1	Canais de Acesso ao Cidadão .....	101
5.2	Aferição do Grau de Satisfação dos Cidadãos-usuários.....	102
5.3	Mecanismo de Transparência das Informações Relevantes Sobre a Atuação da Unidade.	104
5.4	Medidas para Garantir a Acessibilidade aos Produtos, Serviços e Instalações .....	105
<b>6</b>	<b>DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....</b>	<b>106</b>

6.1	TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS.....	106
6.2	SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE.....	106
6.3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS .....	107
<b>7</b>	<b>ÁREA ESPECIAIS DA GESTÃO .....</b>	<b>110</b>
7.1	GESTÃO DE PESSOAS .....	110
7.1.1	ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE .....	110
7.1.2	DESMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL .....	113
7.2	GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL .....	113
7.3	CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS.....	114
7.4	GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA .....	114
7.5	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO .....	114
7.6	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	114
7.7	PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES .....	115
7.8	INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI).....	115
7.9	GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE .....	115
7.10	ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS.....	115
<b>8</b>	<b>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ORGÃOS DE CONTROLE .....</b>	<b>118</b>
8.1	TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	118
8.2	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ORGÃO DE CONTROLE INTERNO .....	125
8.3	INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO.....	131
8.4	Informações sobre ações de publicidade e propagand .....	134
<b>9</b>	<b>Relatório de Instância ou área de Correição .....</b>	<b>136</b>
9.1	Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV .....	138
9.2	DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS NO SISTEMA DE APRECIÇÃO E REGISTRO DOS ATOS DE ADMISSÃO E CONCESSÕES .....	139
9.3	DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 8.730/1993 QUANTO À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS .....	140
9.4	Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento .....	141
9.5	DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	142
9.6	DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDELIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL - SIAFI.....	146
<b>10</b>	<b>Anexo e Apêndices .....</b>	<b>149</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão da Secretaria de Infraestrutura Hídrica – SIH, do Ministério da Integração Nacional foi elaborado de acordo com a Instrução Normativa/TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010 e as disposições constantes na Decisão Normativa TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015 (alterada pela DN TCU n.º 147 de 11 de novembro de 2015) e Portaria TCU n.º 321, de 30 de novembro de 2015. Para a estrutura geral do conteúdo do presente Relatório de Gestão foram utilizados os tópicos especificados no sistema e-Contas para a SIH.

Trata o presente Relatório de Gestão da Secretaria de Infraestrutura Hídrica, Órgão do Ministério da Integração Nacional, referente ao exercício financeiro de 2015 contendo as ações desenvolvidas pela Secretaria e o acompanhamento físico/financeiro dos convênios firmados pela Departamento de Obras Hídricas com estados e municípios, além das obras executadas de forma direta pelo Departamento de Projetos Estratégicos no Projeto de Integração do Rio São Francisco.

Dentre as principais obras em execução acompanhadas pela Secretaria de Infraestrutura Hídrica estão o Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) - implementado pelo Departamento de Projetos Estratégicos – e as obras do Cinturão das Águas do Ceará, do Canal da Vertente Litorânea no Estado da Paraíba, do Canal do Sertão Alagoano e do Sistema Adutor do Agreste no Estado de Pernambuco - supervisionadas pelo Departamento do Obras Hídricas.

A Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional aumentou em 565,5 milhões de m<sup>3</sup> a capacidade de reservação de água em barragens construídas a partir de sua atuação, contemplando a execução direta e indireta, entre maio de 2013 e dezembro de 2015. A quilometragem de adução, também contemplando a execução direta e indireta a partir da atuação da Secretaria, aumentou em 1.2019,76 Km no mesmo período.

Dentre aos fatores intervenientes no período do exercício de 2015, destacam-se dificuldades na desapropriação de terrenos particulares nos locais das obras; dificuldades de os entes executores atenderem às exigências legais para o início das obras; dotações da Lei Orçamentária Anual - LOA insuficientes para a execução de todas as ações; e a necessidade de readequação dos orçamentos das obras.

## 2 VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

A SIH/MI foi originariamente introduzida através do Decreto nº 3.680, publicado no dia 4 de dezembro de 2000, que instituiu a estrutura regimental desta Pasta. Com a edição da MP nº 103, de 1º de janeiro de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, foi editado o Decreto nº 4.649, publicado no dia 28 de março de 2003, revogador do diploma anterior. A estrutura regimental do Ministério da Integração Nacional está disposta no Decreto nº 8.161, publicado no dia 18 de dezembro de 2013, que traz em seus Art. 16 a 18, do anexo I, as competências da Secretaria de Infraestrutura Hídrica/MI.

Toda a estrutura organizacional da Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional está devidamente definida nos Art. 1º a 35 do Anexo VI, do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 270, de 28 de julho de 2014.

### Quadro 2.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Integração Nacional		<b>Código</b>	<b>SIORG:</b>
		43032	
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa:</b> Secretaria de Infraestrutura Hídrica			
Denominação Abreviada: SIH			
Código SIORG: 43032		Código LOA: 53101	Código SIAFI: 530013
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão da Administração Direta do Poder Executivo		<b>CNPJ:</b> 03353358/0001-96	
<b>Principal Atividade:</b> Administração Pública em Geral			<b>Código CNAE:</b>
Telefones/Fax de contato:	(061) 2034-5828	(061) 2034-5701	(061) 2034-5702
<b>Endereço Eletrônico:</b> <a href="mailto:sih@integracao.gov.br">sih@integracao.gov.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.mi.gov.br/infraestrutura-hidrica">http://www.mi.gov.br/infraestrutura-hidrica</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Esplanada dos Ministérios BL. E, 9º andar sala 900 Cep: 70067-900 Brasília-DF			
<b>Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
530013	Secretaria de Infraestrutura Hídrica		
<b>Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
530013		00001	
<b>Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
53101	Ministério da Integração Nacional		

## **2.1 FINALIDADES E COMPETÊNCIAS**

A Secretaria de Infraestrutura Hídrica – SIH é responsável pela implementação de projetos de infraestrutura hídrica: barragens, adutoras, integração de bacias, entre outros.

Para atingir os objetivos: aumento da capacidade de acumulação de água, da capacidade de adução de água e de relação percentual de municípios que dispõe de serviços de drenagem em relação ao total de Município; a execução do orçamento do exercício demonstra que foram previstos na LOA 2015 recursos no valor de R\$ 5.529 bilhões, nos Programas 2040 e 2051, nas ações sob responsabilidade desta SIH, e destes foram empenhados R\$ 1.828 bilhões.

Do valor empenhado e do inscrito em restos a pagar, foram pagos R\$ 1.490 bilhões da LOA e R\$ 977 milhões respectivamente. Foram inscritos em restos a pagar o valor de R\$ 846 milhões.

### **Compete à Secretaria de Infraestrutura Hídrica:**

- Orientar e supervisionar a formulação e a implementação de planos, programas e projetos de aproveitamento de recursos hídricos;
- Apoiar a construção, operação, manutenção e recuperação de obras de infraestrutura hídrica;
- Propor e regulamentar a concessão da implantação, operação e manutenção de obras públicas de infraestrutura hídrica;
- Promover o aprimoramento e a integração dos sistemas, para melhor aproveitamento da disponibilidade de recursos hídricos nacionais; e
- Participar da formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

### **Ao Departamento de Obras Hídricas compete:**

- Apoiar a execução de obras de reservação, abastecimento, drenagem, perfuração de poços, de proteção e de retificação de canais naturais;
- Apoiar e acompanhar a execução de ações de convivência com a seca, com ênfase no aproveitamento dos recursos hídricos;
- Acompanhar a implantação das ações dos projetos voltados para a ampliação da oferta hídrica;
- Propor, analisar e aprovar estudos socioeconômicos, ambientais e hidráulicos referentes a projetos de aproveitamento de recursos hídricos; e
- Acompanhar, supervisionar e fiscalizar a implantação de ações voltadas ao aproveitamento dos recursos da água e do solo.

### **Ao Departamento de Projetos Estratégicos compete:**

- Planejar, coordenar e controlar ações, estudos e projetos relacionados à implementação e gerenciamento dos empreendimentos destinados à integração e revitalização de bacias hidrográficas;
- Promover a supervisão permanente sobre a execução de obras e montagem de equipamentos relativos aos projetos estratégicos;
- Supervisionar a execução de obras e montagem de equipamentos relativos aos projetos estratégicos;
- Promover a elaboração e o controle dos estudos e dos planos ambientais;

- Promover ações de natureza fundiária e de reassentamento das populações afetadas pelos empreendimentos;
- Promover articulações institucionais para viabilizar as ações necessárias aos empreendimentos;
- fornecer apoio técnico aos atos de gestão orçamentária e financeira relacionados aos empreendimentos decorrentes de projetos estratégicos;
- propor, analisar e aprovar estudos socioeconômicos, ambientais e hidráulicos referentes a projetos estratégicos de aproveitamento de recursos hídricos; e
- acompanhar, supervisionar e fiscalizar a implantação de ações voltadas ao aproveitamento estratégico dos recursos da água e do solo.

## **2.2 NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE**

O Ministério da Integração Nacional – MI foi criado com a edição da Medida Provisória nº 1.911-8, de 28 de julho de 1999, posteriormente convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, na qual foram estabelecidas as seguintes competências:

- I - formulação e condução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- II - formulação dos planos e programas regionais de desenvolvimento;
- III - estabelecimento de estratégias de integração das economias regionais;
- IV - estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos dos programas de financiamento de que trata a alínea "c" do inciso I do art. 159 da Constituição;
- V - estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento regional;
- VI - estabelecimento de normas para cumprimento dos programas de financiamento dos fundos constitucionais e das programações orçamentárias dos fundos de investimentos regionais;
- VII - acompanhamento e avaliação dos programas integrados de desenvolvimento nacional;
- VIII - proteção e defesa civil;
- IX - obras contra as secas e de infraestrutura hídrica;
- X - formulação e condução da política nacional de irrigação;
- XI - ordenação territorial;
- XII - obras públicas em faixas de fronteiras.

Posteriormente, foram sancionadas as Leis nº 12.742, de 17 de dezembro de 2012, e nº 12.766, de 27 de dezembro de 2012, que criaram cargos em comissão e funções gratificadas para o reforço das estruturas do MI e de suas Entidades Vinculadas.

O atual Regimento Interno foi aprovado pela Portaria MI nº 270, de 28 de julho de 2014, em adequação à nova estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 8.161, de 2013. Esse ato normativo passou por alteração, de acordo com a Portaria MI nº 414, de 10 de novembro de 2014 e Portaria MI nº 05, de 25 de janeiro de 2016.

## 2.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

A SIH/MI foi originariamente introduzida através do Decreto nº 3.680, de 04/12/2000, que instituiu a estrutura regimental do Ministério da Integração Nacional (MI). Com a edição da MP nº 103, de 01/01/2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, foi editado o Decreto nº 4.649, de 28/03/2003, revogador do diploma anterior.

A estrutura regimental do Ministério da Integração Nacional está disposta no Decreto nº 8.161, de 18/12/2013 e toda a estrutura organizacional da SIH foi devidamente definida nos artigos. 1º a 35 do Anexo VI, do Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 270, de 28/07/2014.

A SIH atua principalmente nas seguintes ações:

- i. Orientação e supervisão da formulação e a implementação de planos, programas e projetos de aproveitamento de recursos hídricos;
- ii. Apoio à construção, operação, manutenção e recuperação de obras de infraestrutura hídrica;
- iii. Proposição e Regulamentação da concessão da implantação, operação e manutenção de obras públicas de infraestrutura hídrica;
- iv. Promoção do aprimoramento e a integração dos sistemas, para melhor aproveitamento da disponibilidade de recursos hídricos nacionais; e
- v. Participação na formulação Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR.
- vi. Apoio à execução de obras de preservação, abastecimento, drenagem, perfuração de poços, de proteção e de retificação de canais naturais;
- vii. Acompanhamento da implantação das ações dos projetos voltados para a ampliação da oferta hídrica;
- viii. Propõe, analisa e aprova estudos socioeconômicos, ambientais e hidráulicos referentes a projetos de aproveitamento de recursos hídricos;
- ix. Acompanha, supervisiona e fiscaliza a implantação de ações voltadas ao aproveitamento dos recursos da água e do solo.
- x. Planeja, coordena e controla ações, estudos e projetos relacionados à implementação e gerenciamento dos empreendimentos destinados à integração e revitalização de bacias hidrográficas;
- xi. Promove a supervisão permanente sobre a execução de obras e montagem de equipamentos relativos aos projetos estratégicos;
- xii. Promove a elaboração e o controle dos estudos e dos planos ambientais;
- xiii. Promove ações de natureza fundiária e de reassentamento das populações afetadas pelos empreendimentos;
- xiv. Promove articulações institucionais para viabilizar as ações necessárias aos empreendimentos;

O principal programa a cargo da SIH são as obras de transposição do Rio São Francisco – PISF que está relatado em capítulo próprio nesse Relatório de Gestão.

Na execução das suas atividades a SIH atua institucionalmente com o DNOCS e CODEVASF, bem como firma termos de compromissos com Estados e Municípios, e com Instituições Federais de Ensino e Pesquisa.

## 2.4 ORGANOGRAMA

### Secretaria de Infraestrutura Hídrica

De acordo com o Decreto nº 8.161/2013, vigente em 2015, a Secretaria de Infraestrutura Hídrica está estruturada de acordo com o seguinte organograma:

FIGURA 2.1- ORGANOGRAMA



FONTE: DECRETO Nº 8161/2013

**Quadro 2.2 - IDENTIFICAÇÃO E VISÃO GERAL DA UNIDADE**

TITULAR	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO	COMPETÊNCIAS
Osvaldo Garcia	Secretário	Desde 14/01/2015	<p>Propor ao Ministro de Estado políticas e diretrizes, nos assuntos de competência da Secretaria; Submeter ao Ministro de Estado os planos, programas e relatórios da secretaria; Promover a articulação da secretaria com outras unidades e entidades governamentais; representar a Secretaria nos assuntos relativos à sua área de competência; planejar, dirigir, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das unidades que integram a estrutura da Secretaria; promover a integração operacional entre as unidades da Secretaria; Propor ao Ministro de Estado, ações a serem acompanhadas ou supervisionadas pelas Representações Regionais; Alocar nas unidades subordinadas, os servidores em exercício na secretaria; Editar atos administrativos sobre assunto de sua competência; garantir a atualização do sistema de monitoramento de projetos e ações do Ministério nos assuntos referentes à sua área de atuação; e exercer as atribuições que lhe forem expressamente delegadas, admitida a subdelegação à autoridade diretamente subordinada.</p>
Marcelo Pereira Borges	Diretor Departamento de Obras Hídricas	Desde 28/08/2015	<p>Assessorar o secretário na fixação de diretrizes, nos assuntos de sua competência; planejar, dirigir, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das respectivas unidades que integram a estrutura do departamento; adotar ou propor medidas que objetivem o aperfeiçoamento das atividades afetas ao Departamento; definir a programação de trabalho das respectivas unidades, de acordo com as orientações e diretrizes estabelecidas; fornecer informações gerenciais sobre programas e ações sob responsabilidade do departamento para subsidiar as decisões de alocação de recursos e a definição de prioridades; alocar os servidores em exercício na unidade subordinada e promover a</p>

<b>TITULAR</b>	<b>CARGO</b>	<b>PERÍODO DE ATUAÇÃO</b>	<b>COMPETÊNCIAS</b>
			adequada distribuição dos trabalhos; e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas por autoridades superiores.
Paulo Roberto Soares Júnior	Coordenador Geral de Análise de Projetos	Desde 27/05/2014	Planejar, dirigir, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das respectivas unidades; emitir pareceres sobre assuntos pertinentes a sua área de atuação; definir a programação de trabalho da respectiva unidade, de acordo com as orientações e diretrizes estabelecidas; desenvolver estudos que subsidiem a implantação de programas ou projetos; identificar, registrar e propor a disseminação das experiências bem sucedidas de programas ou projetos; e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas por autoridades superiores.
Stanley Rodrigues Bastos	Coordenador Geral de Supervisão de Obras	Desde 12/03/2014	Planejar, dirigir, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das respectivas unidades; emitir pareceres sobre assuntos pertinentes a sua área de atuação; definir a programação de trabalho da respectiva unidade, de acordo com as orientações e diretrizes estabelecidas; desenvolver estudos que subsidiem a implantação de programas ou projetos; identificar, registrar e propor a disseminação das experiências bem sucedidas de programas ou projetos; e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas por autoridades superiores.
Manoel Humberto Lemos da Silva	Coordenador Geral de Acompanhamento de Acordos e Convênios	Desde 16/08/2012	Planejar, dirigir, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das respectivas unidades; emitir pareceres sobre assuntos pertinentes a sua área de atuação; definir a programação de trabalho da respectiva unidade, de acordo com as orientações e diretrizes estabelecidas; desenvolver estudos que subsidiem a implantação de programas ou projetos; identificar, registrar e propor a disseminação das experiências bem sucedidas de programas ou projetos; e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas por autoridades superiores.
			Assessorar o secretário na fixação de diretrizes, nos assuntos de sua competência; planejar, dirigir, coordenar,

<b>TITULAR</b>	<b>CARGO</b>	<b>PERÍODO DE ATUAÇÃO</b>	<b>COMPETÊNCIAS</b>
Jonathas Assunção Salvador Nery de Castro	Diretor Departamento de Projetos Estratégicos	Desde 13/10/2015	acompanhar e avaliar a execução das atividades das respectivas unidades que integram a estrutura do departamento; adotar ou propor medidas que objetivem o aperfeiçoamento das atividades afetas ao Departamento; definir a programação de trabalho das respectivas unidades, de acordo com as orientações e diretrizes estabelecidas; fornecer informações gerenciais sobre programas e ações sob responsabilidade do departamento para subsidiar as decisões de alocação de recursos e a definição de prioridades; alocar os servidores em exercício na unidade subordinada e promover a adequada distribuição dos trabalhos; e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas por autoridades superiores.
Juliana Ribeiro Silveira	Coordenadora Geral de Obras Cíveis	Desde 26/06/2014	Planejar, dirigir, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das respectivas unidades; emitir pareceres sobre assuntos pertinentes a sua área de atuação; definir a programação de trabalho da respectiva unidade, de acordo com as orientações e diretrizes estabelecidas; desenvolver estudos que subsidiem a implantação de programas ou projetos; identificar, registrar e propor a disseminação das experiências bem sucedidas de programas ou projetos; e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas por autoridades superiores.
Elianeiva de Queiroz Viana Odísio	Coordenadora Geral de Programas Ambientais	Desde 14/02/2008	Planejar, dirigir, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das respectivas unidades; emitir pareceres sobre assuntos pertinentes a sua área de atuação; definir a programação de trabalho da respectiva unidade, de acordo com as orientações e diretrizes estabelecidas; desenvolver estudos que subsidiem a implantação de programas ou projetos; identificar, registrar e propor a disseminação das experiências bem sucedidas de programas ou projetos; e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas por autoridades superiores.
			Planejar, dirigir, coordenar, acompanhar e

<b>TITULAR</b>	<b>CARGO</b>	<b>PERÍODO DE ATUAÇÃO</b>	<b>COMPETÊNCIAS</b>
José Luiz de Souza	Coordenador Geral de Projetos de Apoio ao Desenvolvimento da Região Beneficiada	Desde 25/01/2008	avaliar a execução das atividades das respectivas unidades; emitir pareceres sobre assuntos pertinentes a sua área de atuação; definir a programação de trabalho da respectiva unidade, de acordo com as orientações e diretrizes estabelecidas; desenvolver estudos que subsidiem a implantação de programas ou projetos; identificar, registrar e propor a disseminação das experiências bem sucedidas de programas ou projetos; e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas por autoridades superiores.
Hamilton Lacerda Alves	Coordenador Geral de Gestão de Contratos e Convênios	Desde 13/12/2011	Planejar, dirigir, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das respectivas unidades; emitir pareceres sobre assuntos pertinentes a sua área de atuação; definir a programação de trabalho da respectiva unidade, de acordo com as orientações e diretrizes estabelecidas; desenvolver estudos que subsidiem a implantação de programas ou projetos; identificar, registrar e propor a disseminação das experiências bem sucedidas de programas ou projetos; e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas por autoridades superiores.
Herivelto de Souza Bronzeado	Coordenador Geral de Obras Eletro-Mecânicas	Desde 13/06/2011	Planejar, dirigir, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das respectivas unidades; emitir pareceres sobre assuntos pertinentes a sua área de atuação; definir a programação de trabalho da respectiva unidade, de acordo com as orientações e diretrizes estabelecidas; desenvolver estudos que subsidiem a implantação de programas ou projetos; identificar, registrar e propor a disseminação das experiências bem sucedidas de programas ou projetos; e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas por autoridades superiores.
Frederico Meira	Coordenador Geral de Acompanhamento de Obras e Fiscalização em	Desde 01/09/2008	Planejar, dirigir, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades das respectivas unidades; emitir pareceres sobre assuntos pertinentes a sua área de atuação; definir a programação de trabalho da respectiva unidade, de acordo com as orientações e diretrizes estabelecidas; desenvolver estudos que subsidiem a

TITULAR	CARGO	PERÍODO DE ATUAÇÃO	COMPETÊNCIAS
	Recife		implantação de programas ou projetos; identificar, registrar e propor a disseminação das experiências bem sucedidas de programas ou projetos; e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas por autoridades superiores.

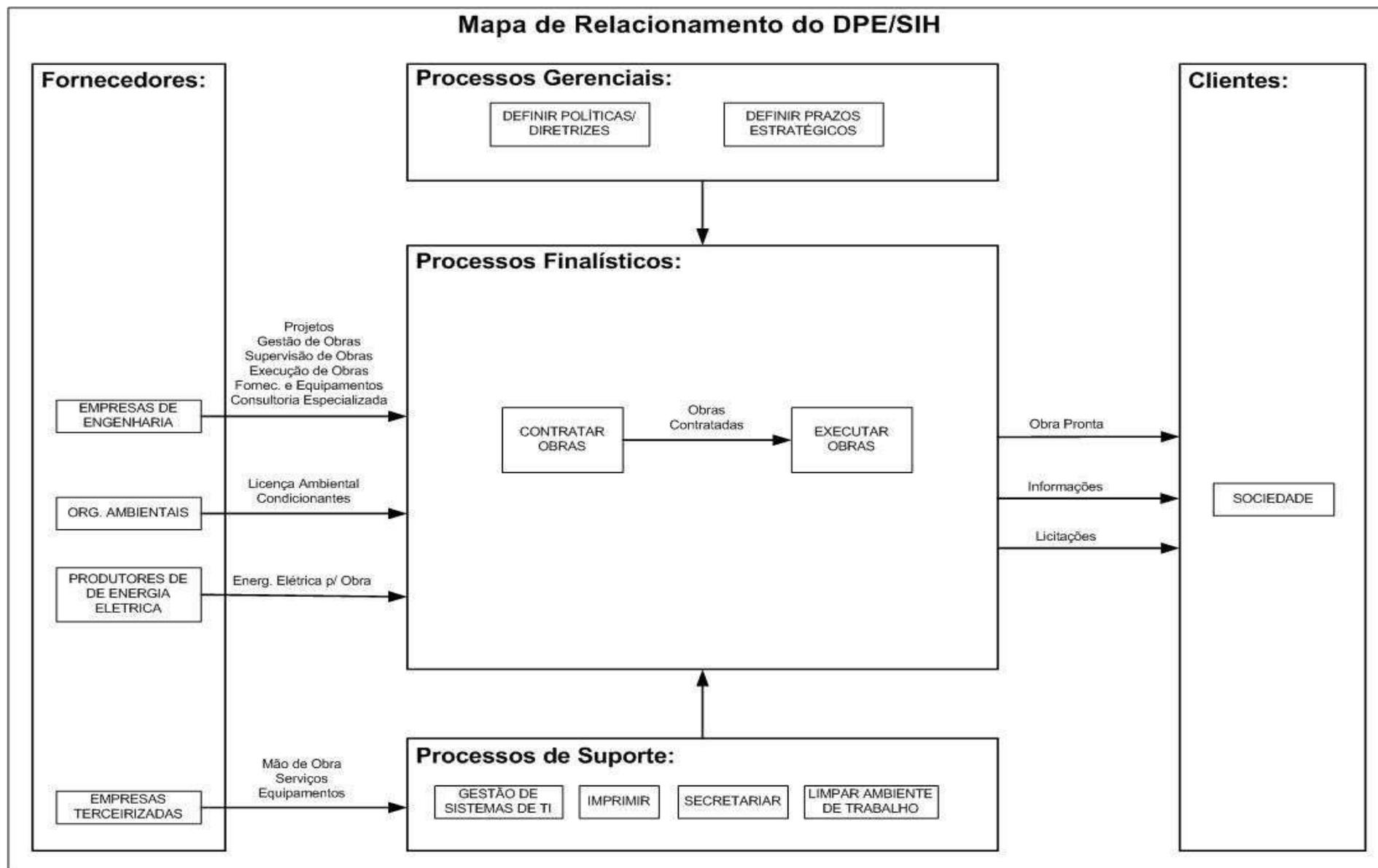
## 2.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Na estrutura do Ministério da Integração, a Secretaria de Infraestrutura Hídrica possui uma singularidade, pois ela se subdivide em dois Departamentos com características distintas; o Departamento de Projetos Estratégicos trata da execução direta das obras inerentes ao Projeto de Integração do São Francisco, enquanto que o Departamento de Obras Hídricas tem a missão de apoiar e acompanhar a execução de obras para ampliação, aproveitamento e integração da infraestrutura hídrica em todo Brasil por meio da celebração de Instrumentos de repasse.

**Quadro 2.3 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS –SIH/DPE**

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Contratar Obras	Macroprocesso para contratação de fornecimentos, serviços e obras de engenharia que são executadas diretamente pelo Ministério da Integração Nacional.	Anteprojeto, Estudos de Viabilidade, Projeto Básico, Projeto Executivo, Edital de Licitação, Contratos de Fornecimento de Equipamentos, de Prestação de Serviços de Engenharia e de Execução de Obras; Licenças Ambientais (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação)	Sociedade	SIH DPE CGOC CGPA CGCC CGAOF CPL  CONJUR*
Executar Obras	Macroprocesso para execução de fornecimentos, serviços e obras de engenharia contratados e que estão sendo executados diretamente pelo Ministério da Integração Nacional	Cronograma de Execução Aprovado, Projeto Básico Aprovado, Projeto Executivo Aprovado, Projeto As-Built, Relatório de Medição, Relatório de Acompanhamento, Diário de Obra, Termo de Recebimento Provisório, Termo de Recebimento Definitivo, Termo Aditivo, Reajustamento, Revisão, Gestão de Obras e Supervisão de Obras	Sociedade	SIH DPE CGOC CGPA CGCC CGAOF  CONJUR*

FIGURA 2.2 – MAPA DE RELACIONAMENTO DO DPE/SIH

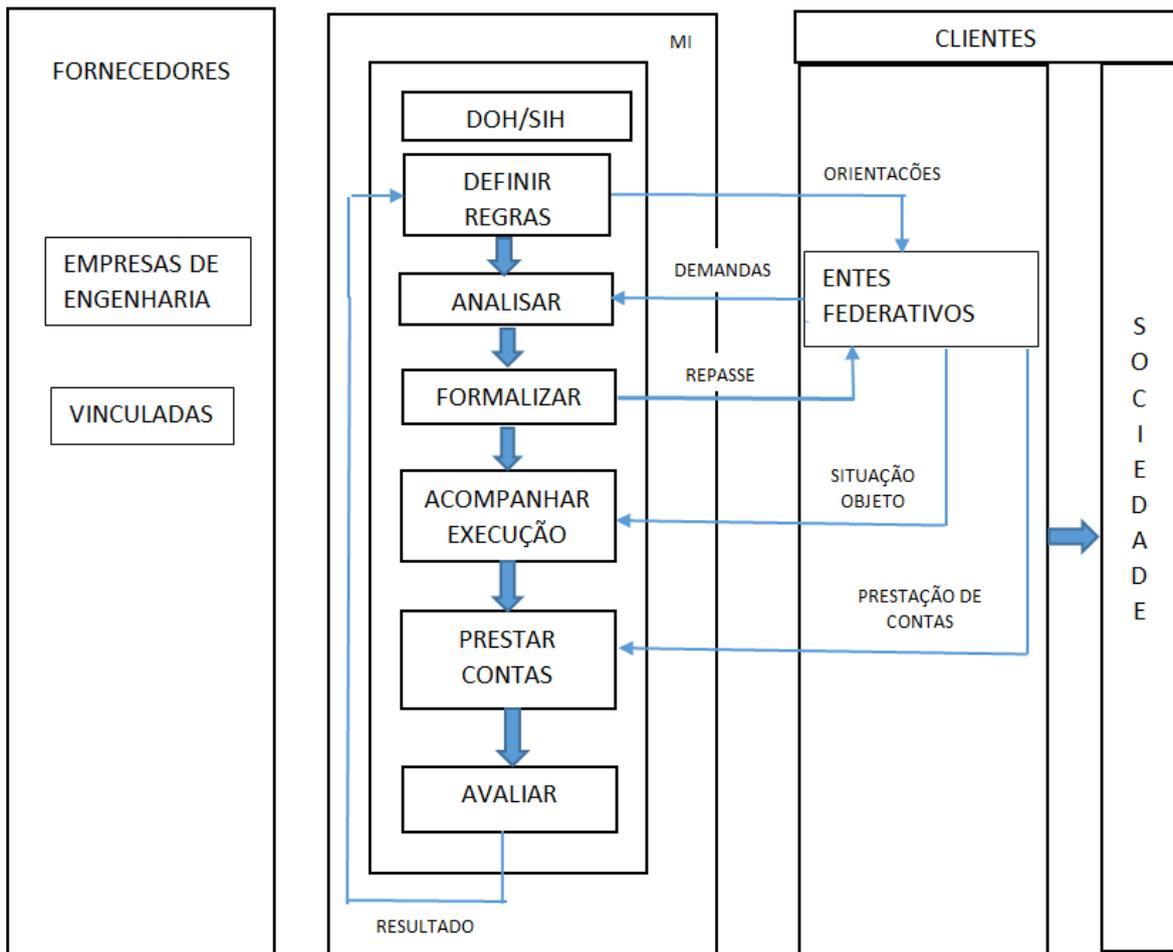


**Quadro 2.4 - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS –SIH/DOH**

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Repassar recursos	Macroprocesso para viabilizar a execução das ações, definidas no PPA e na LOA, pelos Estados e Municípios, por meio de instrumentos jurídicos, principalmente Termo de Compromisso e Convênio.	Com a formalização, acompanhamento e encerramento dos instrumentos de repasse, os entes federados beneficiados realizarão ações de estudos, projetos e execução de obras civis de infraestrutura hídrica, principalmente barragens, adutoras, sistemas de abastecimento de água, entre outros.	Estados e Municípios, principalmente do semiárido brasileiro, que executam obras e elaboram estudos e projetos para a população que sofre com problemas hídricos.	SIH DOH CGAAC CGAPR CGSOB CONJUR CGEOF DNOCS CODEVASF

**FIGURA 2.3– MAPA DE RELACIONAMENTO DO DOH/SIH**

**MAPA DE RELACIONAMENTO DE REPASSES**



### **3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL**

#### **3.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL**

Conforme explanado pelo Relatório de Gestão da Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional (SECEX/MI), a partir de 2011 foi adotado o Mapa Estratégico para direcionar a atuação das unidades administrativas e entidades vinculadas ao Ministério. Composto pela Visão de Futuro, Missão e Objetivos, que subdividem em Eixos Temáticos conforme a linha de atuação das diversas áreas do Ministério, o Mapa Estratégico norteia as competências do MI, previstas pelo Decreto nº 8.161/2013, bem como o proposto no PPA e nos Programas e Ações de Governo sob sua responsabilidade.

A Secretaria de Infraestrutura Hídrica contribui para o alcance do objetivo estratégico de garantir a segurança hídrica por meio de 02 (dois) eixos de atuação: da universalização da oferta de água para diversos usos e do fortalecimento do programa de revitalização de bacias hidrográficas.

Dentro do escopo da missão definida no mapa estratégico, a SIH é a responsável pela garantia da segurança hídrica que transversalmente completa o todo da missão, assim na visão de futuro a articulação e indução do desenvolvimento regional equilibrado se dá por meio das ações efetivas que asseguram a segurança hídrica em todo território nacional.

Assim a SIH também contribui decisivamente no alcance do objetivo estratégico de implementação de gestão eficiente, eficaz e efetiva em sintonia com os princípios constitucionais. A promoção da valorização e qualificação permanente dos servidores, bem como a garantia da participação, transparência e melhoria contínua dos meios e processos de gestão fazem parte do dia a dia da Secretaria de maneira que ser uma instituição de excelência preconizada na visão de futuro é meta factível e perseguida pela gestão da Secretaria.

Por certo existem gargalos e necessidades que perpassam a atuação e ingerência da SIH, como por exemplo, a necessidade premente de mais servidores efetivos de carreira formados em engenharia. (concurso público). Quanto aos recursos tecnológicos colocados a disposição da Secretaria tem sido suficientes.

O planejamento e as realizações da Secretaria de Infraestrutura Hídrica, além dos itens específicos contidos nesse Relatório, é importante ressaltar que o Relatório de Gestão da Secretaria Executiva – SECEX/MI propiciará uma visão mais abrangente a respeito da forma como se deu o planejamento e a execução de políticas e programas do MI em 2015

**Figura 3.1 – Vinculação estratégica da SIH**



FIGURA 3.2 – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA SIH



Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/web/guest/mapa-estrategico>

### 3.2 ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A implementação do planejamento estratégico da SIH, explícito no Mapa Estratégico do Ministério, está em consonância com o atual planejamento do MI, que é **garantir segurança hídrica** por meio do objetivo universalizar a oferta de água para diversos usos.

A SIH garante o atendimento ao objetivo por meio da execução das ações previstas no PPA que visam a garantia da segurança hídrica. O monitoramento das ações e planos operativos é realizado em conjunto com a SECEX.

### **3.3 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS**

A Secretaria de Infraestrutura Hídrica desempenha o acompanhamento e monitoramento das ações, por intermédio do Departamento de Obras Hídricas(DOH) e o Departamento de Projetos Estratégicos (DPE).

No âmbito operacional, o Departamento de Obras Hídricas desempenha o acompanhamento das ações descritas no PPA. Este Departamento verifica os dados orçamentários, a situação de adimplência nos municípios beneficiados e o acompanhamento físico e financeiro por meio de informações oriundas das peças componentes dos processos desde sua fase inicial, acrescidas das informações referentes ao projeto técnico e documentos condicionantes, e daquelas obtidas em campo por ocasião da supervisão da obra por meio de inspeções.

As principais ações de competência do DOH estão contidas nos Objetivos 0479 (Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica) e o 0480 (Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais). A maior parte das intervenções aqui incluídas integra a carteira de investimentos do PAC, revelando a importância que assumem na estratégia de atuação do governo federal.

Destacaram-se no exercício as dificuldades encontradas na desapropriação de terrenos particulares nos locais das obras, as dificuldades de os entes executores atenderem às exigências legais para o início das obras e as dotações insuficientes na LOA para atender a todas as ações. No ambiente de crise financeira do exercício de 2015 foram necessárias readequações do orçamento em algumas obras.

No que tange ao controle sobre o cumprimento de metas de execução das ações do Projeto de Integração do Rio São Francisco, o DPE desenvolveu em nível operacional o Sistema de Monitoramento do Projeto São Francisco – SGMPI SF. O sistema é um programa desenvolvido para o controle gerencial das obras do PISF e seu objetivo é auxiliar o acompanhamento da execução, monitorar caminhos críticos e orientar os encaminhamentos para solução de pendências e interferências visando o cumprimento do cronograma de execução. Durante as reuniões bimestrais de monitoramento ocorridas em campo, envolvendo contratadas e equipe do MI, cada estrutura que compõe os Eixos Norte e Leste são avaliados e os encaminhamentos definidos em conjunto. No final de cada reunião, o MI emite diretamente no sistema o relatório com todos os encaminhamentos, que são enviados aos participantes para providências e monitoramento. Outro instrumento de fundamental importância para o monitoramento do PISF trata-se do acompanhamento mensal do avanço físico das estruturas que o compõem.

Por meio destes sistemas desenvolvidos pelo DPE são obtidos, de forma tempestiva, informações relativas ao andamento das obras, que permitem a adoção de medidas que visem a conclusão das ações da Secretaria de Infraestrutura Hídrica.

### 3.4 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

#### 3.4.1 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não existem passivos por insuficiência de créditos ou recursos registrados em contas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI referente ao exercício 2015.

#### 3.4.2 Restos a pagar em exercícios anteriores

Quadro 3.1 - RESTOS A PAGAR

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
Ano de Inscrição	Montante em janeiro de 2015	1º Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	225.202.539	207.707.985		17.494.553
2013	35.077.688	29.798.427		5.279.260
2012	98.325.868	25.101.249	6.983.692	66.240.926
2011	62.706.346	5.822.718	1.219.271	55.664.355
2010	27.491.296	3.676.639	5.087.500	18.727.156
2009	48.832.561	6.502.067	4.591.395	37.739.098
2008	58.794.761	6.609.388		52.185.373
2007	10.379.510			10.379.510
2006	7.686.834			7.686.834
2005	10.198.506		7.296.225	2.902.281
2003	1.183.413			1.183.413
	585.879.322	285.218.473	25.178.083	275.482.759
<b>Restos a Pagar Não Processados</b>				
Ano de Inscrição	Montante em janeiro de 2015	1º Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2015
2014	1.188.480.940	994.805.523	380.401	193.295.015
2013	349.368.507	238.649.646	35.232.668	75.486.191
2012	75.679.198	12.517.337		63.161.861
2011	37.343.833	1.074.599		36.269.233
2010	43.782.562	2.608.842	3.926.000	37.247.719
2009	417.330	273.350		143.980
2007	262.632			262.832
	1.695.335.002	1.249.929.297	39.539.069	405.866.831

#### Análise Crítica

- a) Os restos a pagar **processados** e **não processados a liquidar** de exercícios anteriores reinscritos em 01/01/2015 somam **R\$ 2.281.214.324,00** (Dois bilhões, duzentos e oitenta e um milhão, duzentos e quatorze mil e trezentos e vinte e quatro reais), dos quais **R\$ 1.537.849.447,00** (Hum bilhão, quinhentos e trinta e sete milhões, oitocentos e quarenta e

nove mil e quatrocentos e quarenta e sete reais) oriundos dos exercícios financeiros de 2013 e 2014. Do montante reinscrito, foram **pagos R\$ 1.535.147.770,00** (Hum bilhão, quinhentos e trinta e cinco milhões, cento e quarenta e sete mil e setecentos e setenta reais), sendo **R\$ 1.249.929.297,00** (Hum Bilhão, duzentos e quarenta e nove milhões, novecentos e vinte e nove mil, duzentos e noventa e sete reais) relativos a compromissos assumidos naqueles exercícios (2009 a 2014), os quais amparados pelo § 2º do art. 68 do Decreto nº 93.872, de 1986, alterado pelo Decreto nº 7.654, de 2011, art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993 e a Orientação Normativa/AGU/Nº 39/2011. Outros **R\$ 64.717.152,00** (Sessenta e quatro milhões, setecentos e dezessete mil e cento e cinquenta e dois reais) foram **cancelados** no decorrer de 2015.

- b) ) Nos termos do § 5º c/c § 6º do art. 68 do Decreto nº 93.872, de 1986, alterado pelo Decreto nº 7.654, de 2011, transcritos abaixo, cabe a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda efetuará, na data prevista nesses parágrafos, o bloqueio dos saldos dos restos a pagar não processados e não liquidados, em conta contábil específica no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e posterior cancelamento no SIAFI dos saldos que permanecerem bloqueados. Entretanto, passou pelo filtro da STN pequenos valores de restos a pagar não processados a liquidar inscrito em exercícios anteriores

### **3.4.3 Execução Descentralizada com Transferência de Recursos**

#### **3.4.3.1 Análise crítica - Departamento de Projetos Estratégicos**

Na execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, tornou-se necessária a parceria com diversas entidades públicas, por meio de Cooperação Técnica, para a realização de obras e serviços necessários à implantação do projeto de forma descentralizada.

Os recursos descentralizados tiveram a seguinte execução orçamentária e financeira:

**Quadro 3.2- Execução orçamentária e financeira**

<b>Órgão</b>	<b>Valor Empenhado</b>	<b>Valor Pago</b>	<b>% Utilizado</b>
1 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	97.927.821,49	97.927.821,49	100,00%
2 – Universidade Federal do Vale do São Francisco	119.061.213,49	104.861.398,31	88,07%
3 – Universidade Federal de Pernambuco	2.236.802,81	1.992.603,38	89,08%
4 – Universidade Federal Rural de Pernambuco	28.357,37	28.357,37	100,00%
5 – Fundação Nacional da Saúde	17.089.619,39	15.762.521,46	92,23%
6 – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	17.354,00	17.354,00	100,00%
7 – Departamento de Obras Contra Secas – DNOCS	122.075.024,55	118.667.101,22	97,20%
8 – Ministério da Defesa – Comando do Exército	558.835.675,13	547.706.254,16	98,00%
9 – Agência Nacional de Águas	10.027.304,20	10.027.304,20	100,00%
10 - Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	2.100.000,00	2.100.000,00	100,00%
11 - Ministério da Saúde	2.265.045,24	2.265.045,24	100,00%
12 - Companhia do Vale do São Francisco - CODEVASF	65.181.096,60	33.431.070,94	51,29%
13- Fundo Nacional de Saúde	4.430.847,68	4.347.132,38	38,66%
<b>Total</b>	<b>936.529.924,72</b>	<b>843.955.111,50</b>	<b>90,12%</b>

Os resultados alcançados na aplicação dos recursos e os efeitos a médio e a longo prazo:

✓ ***Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Técnico – CNPq***

*Resultados alcançados:*

Cumprimento das normas legais estabelecidas pela Constituição Federal e pelas portarias do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que dispõe sobre os procedimentos necessários à proteção dos patrimônios históricos e arqueológicos em área de obras impactadas em território nacional;

Atendimento à condicionante 2.18 da licença de Instalação do IBAMA nº438/2007, renovada pela LI nº 925/2013, através da execução do Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos, parte integrante do Projeto Básico Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

*Serviços Realizados:*

Acompanhamento de obras civis, acompanhamento de abertura de canal, acompanhamento de escavação de jazidas, acompanhamento de supressão vegetal destocamento e expurgo e prospecção arqueológica de superfície.

### Quadro 3.3- Atividades eixos 2015

ATIVIDADES 2015 (Eixo Norte/Eixo Leste)		
ATIVIDADE	QUANT. Frentes obra	ÁREA (m <sup>2</sup> )
CANAL	935	505.402,82
JAZIDA	1986	891.549,72
OBRA CIVIL	638	425.434,04
DESMATAMENTO	266	2.538.865,10
EXPURGO	49	1.181.939,23
MECÂNICA	1289	18.542.602,04
PROSPECÇÃO	---	60.848.902,13
CAIXA DE EMPRÉSTIMO	1443	969.366,00
VISTORIA	561	1.705.979,79

- Resgate de sítios arqueológicos: 24
- Resgate de ocorrências arqueológicas: 38

Em todo o período foram produzidos Relatórios Semanais de Atividades e Relatórios Semanais de execução, este enviado ao IBAMA.

Todos os relatórios são baseados nos relatórios diários de todas as frentes de trabalho de campo. São informações processadas diariamente e integradas à base de dados do Inapas/Fumdam. Faz também parte desta base de dados todos os aspectos de gestão administrativa do PBA 6, assim como toda a cartografia descritiva e temática das atividades desenvolvidas.

A partir do estudo e contextualização dos achados arqueológicos históricos e pré-históricos da região, é possível a produção de conhecimento que contribuirá para o resgate e a valorização do patrimônio cultural local e regional, bem como a sensibilização da comunidade local em relação ao patrimônio cultural.

Além dos benefícios indiretos para sociedade, como a não interrupção do andamento das obras do Projeto por conta do desempenho das atividades desenvolvidas pela equipe arqueológica.

#### *Efeitos a médio e em longo prazo:*

No momento as atividades afetas à arqueologia estão em ritmo adequado. A previsão de conclusão é dezembro de 2016. Atualmente estão sendo executadas as ações de Educação Patrimonial para disseminação do conhecimento obtido a respeito do patrimônio cultural da região, seja através de publicações acadêmicas e científicas, ou da comunicação oral entre a sociedade exposta às atividades. Para os anos subsequentes a perspectiva é a continuidade destas ações e ainda a construção do Centro de Referência Cultural e Ambiental do PISF.

A finalidade da Educação Patrimonial – atividades previstas no Programa de Identificação e Salvamento de Bens Arqueológicos – é criar as condições para que a população que entorno da obra participe das atividades destinadas à proteção do patrimônio cultural, arqueológico e paleontológico de seus municípios; que os membros da comunidade reconheçam a si próprios como participantes do processo de proteção de seu patrimônio cultural. habita a área do

✓ **Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)**

*Resultados alcançados:*

Atendimento às condicionantes 2.1, 2.20, 2.26, 2.27, 2.28 e 2.29 da Licença de Instalação do IBAMA nº925/2013, através da execução do Programa de Monitoramento da Qualidade da água e Limnologia – PBA22, bem como execução do Programa de Cadastramento de Fontes Hídricas Subterrâneas – PBA26 parte integrante do Projeto Básico Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

O cumprimento das condicionantes citadas permite, não só a manutenção da validade da referida licença de instalação e como também a obtenção da licença de operação do PISF.

#### *Serviços Realizados:*

São realizadas duas campanhas anuais de monitoramento de qualidade da água, sendo uma, no período seco e uma no período chuvoso, em 86 pontos de monitoramento em conformidade com o PBA-22, localizados nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, e Pernambuco.

Na execução do o PBA-26 também são realizadas duas Campanhas anuais de monitoramento de qualidade da água, sendo uma, no período seca e uma no período chuvoso, em 41 pontos de monitoramento, localizados nos estados da Paraíba, Ceará, e Pernambuco.

Em todo o período foram produzidos Relatórios Semestrais de Execução, estes enviados ao IBAMA.

O benefício socioambiental alcançado foi o conhecimento e a caracterização da qualidade das águas subterrâneas, superficiais dos rios e reservatórios das bacias hidrográficas que receberão as águas do Projeto São Francisco.

#### *Efeitos a médio e em longo prazo:*

Atualmente as atividades estão sendo executadas em conformidade com o cronograma de obras cuja previsão de conclusão 2016. Espera-se que a partir do monitoramento executado, todas as condicionantes da Licença de instalação nº 925/2013 sejam devidamente atendidas e com isso seja possível obter a licença de operação para o Projeto São Francisco. Em 2016 serão executadas as atividades previstas no PBA20 – Programa de Monitoramento de vetores hospedeiros de Doenças.

Acredita-se que com a operação desse Projeto haja melhoria na qualidade de água e segurança na oferta hídrica nas bacias receptoras e, com isso, potencializando os usos nessas bacias.

#### ✓ ***Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF***

O Programa de Conservação de Fauna e Flora é parte integrante do processo de licenciamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, implementado por meio de subprogramas de monitoramento e resgate de fauna e de flora. Esses subprogramas visam à mitigação dos impactos negativos e fornecem as diretrizes para a conservação da diversidade biótica local. Destaca-se como contribuição adicional desses subprogramas o incremento do conhecimento científico sobre a fauna e flora da Caatinga.

#### *Serviços Realizados:*

Os subprogramas de resgate de fauna e de monitoramento estão ampliando informações científicas como: distribuição e ecologia de espécies raras e ameaçadas.

No ano de 2015 foram realizadas, também, ações de monitoramento da eficiência das barreiras de contenção da biota aquática instaladas nas estações de bombeamento dos eixos leste e

norte. O monitoramento destas barreiras mostraram que a contenção de espécies e de biomassa é eficiente.

O Subprograma de Afugentamento e Resgate de Fauna Silvestre atua nas áreas de supressão da vegetação autorizadas e tem minimizado os impactos decorrentes da perda de habitat. Nas áreas de supressão, são realizadas ações de coleta e remoção de indivíduos vegetais jovens e sementes, que serão replantados durante as ações de recuperação de áreas degradadas.

No Subprograma de Herpetofauna, ao longo do ano de 2015, foram registrados 23.399 indivíduos, distribuídos em 68 espécies nos Eixos Norte e Leste do PISF.

O Subprograma de Avifauna monitorou, no ano de 2015, um total de 53.893 indivíduos de 233 espécies ao longo dos Eixos Norte e Leste.

No Subprograma de Monitoramento da Mastofauna foram registrados 2.192 indivíduos distribuídos 55 táxons ao longo do ano de 2015.

O Subprograma de Ictiofauna apresentou um total de 80 espécies, com 34.692 indivíduos registrados para o monitoramento no ano de 2015. Adicionalmente, no monitoramento da contenção da biota aquática durante a fase de comissionamento e teste das barreiras de contenção das estações de bombeamento no ano de 2015, foram registradas no Eixo Leste 166 indivíduos distribuídos em 13 espécies, enquanto que no Eixo Norte foram amostradas 271 indivíduos em 25 espécies.

O Subprograma de Monitoramento da Entomofauna está dividido em Entomofauna Aquática e Entomofauna Terrestre. No ano de 2015 foram amostrados para a Entomofauna Aquática 40.894 indivíduos distribuídos em 153 táxon. Para a Entomofauna Terrestre foram registrados 343 espécies num total de 35.092 indivíduos.

Para o Subprograma de Afugentamento e Resgate de Fauna Silvestre, do total de 124.095 indivíduos resgatados no PISF, 36.811 foram afugentados e resgatados no ano de 2015 nas áreas de Supressão da Vegetação, áreas diretamente afetadas (ADA), áreas de influência direta (AID) e resgate embarcado durante o enchimento do reservatório Areias no Projeto de Integração.

Na ação de monitoramento da diversidade vegetal, já foram feitas leituras nos 28 pontos de monitoramento, gerando informações que avaliarão os impactos da instalação do PISF na dinâmica fitossociológica da região. Com relação ao monitoramento da cobertura vegetal o principal avanço foi a elaboração do mapa de cobertura vegetal para o ano de 2015.

#### *Efeitos a médio e em longo prazo:*

No momento as atividades afetas ao monitoramento da fauna e da flora estão em ritmo adequado. As atividades devem ser realizadas durante todo o período da obra e por mais dois anos após sua conclusão.

Os resultados gerados contribuem para a ampliação do conhecimento sobre os possíveis impactos e as formas de mitigação. Norteará, ainda, estratégias para a conservação de áreas prioritárias.

#### ✓ ***Fundação Nacional de Saúde – Funasa***

##### *Resultados alcançados:*

Atendimento das demandas apresentadas pelas comunidades indígenas e quilombolas, através da execução do Programa de Apoio aos Povos Indígenas – PBA12 e Programa de

Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas-PBA 17, parte integrante do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.

*Serviços Realizados:*

Substituição de 595 casas de taipa por residências de alvenaria, sendo 367 nas quatro (04) comunidades indígenas e 267 nas dezesseis (16) comunidades quilombolas atendidas pelo PISF.

Construção de 02 Postos de Saúde nas comunidades indígenas, sendo 01 na comunidade Tumbalalá no Município de Abaré/BA e 01 na comunidade Truká, no município de Cabrobó/PE.

*Efeitos a médio e em longo prazo:*

A substituição das casas, além de proporcionar condições mais dignas para a população das comunidades indígenas e quilombolas, tem como propósito diminuir a incidência da doença de chagas na região.

Os postos de saúde auxiliarão as prefeituras prestarem assistência médica de acordo com as necessidades e características culturais das comunidades, além da melhoria da qualidade de vida.

✓ ***Ministério da Saúde – SESAI***

*Resultados alcançados:*

Atendimento das demandas apresentadas pelas comunidades indígenas, através da execução do Programa de Apoio aos Povos Indígenas – PBA12, parte integrante do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.

*Serviços Realizados:*

Implantação de 448 unidades de melhorias sanitárias domiciliares (banheiros) nas 04 etnias indígenas atendidas pelo PISF, sendo 301 unidades na Etnia Tumbalalá, 42 unidades na Etnia Kambiwá, 55 unidades na Etnia Pipipã e 50 unidades na Etnia Truká.

Construção de 03 unidades de Postos de Saúde na Etnias indígenas, sendo 02 unidades na Etnia Kambiwá, no Município de Ibimirim/PE e 01 unidade na etnia Pipipã, no Município de Floresta/PE.

*Efeitos a médio e em longo prazo:*

A implantação das melhorias domiciliares, além de proporcionar condições mais dignas para a população das comunidades indígenas, tem como propósito melhorar as condições sanitárias e de saúde dessas comunidades.

Os postos de saúde auxiliarão as comunidades a ter uma assistência médica voltada para suas necessidades e características culturais, além da melhoria da qualidade de vida.

✓ ***CODEVASF***

As descentralizações realizadas para a CODEVASF visam principalmente a realização das atividades necessárias à operação do PISF, uma vez que aquele órgão foi instituído como Operados Federal do PISF.

✓ ***O Ministério da Defesa – Comando do Exército***

No Eixo Leste, o Exército executou por meio do 3º Batalhão de Engenharia de Construção – 3º BEC o canal de aproximação à EBV-1 e o Reservatório Areias.

O canal e aproximação, que possui extensão total de 5.733 metros, trata-se de escavação com o revestimento dos taludes em gabião-manta e enrocamento, que interliga por gravidade o Reservatório de Itaparica à primeira estação de bombeamento do Eixo Leste (EBV-1).

O Reservatório Areias, possui extensão total de 1.120 metros e altura de 17,90 metros, com capacidade para armazenar 7,8 milhões de m<sup>3</sup>, sendo concluída em 2012. Com o início da pré- operação da EBV-1, o enchimento do Reservatório Areias foi concluído em setembro de 2015. Ainda no Eixo Leste, o exército está executando o projeto das estradas de acesso às estações de bombeamento EBV-1, EBV-2 e EBV-3. As obras do acesso à EBV-2 estão em fase de conclusão.

No Eixo Norte, o Exército executou por meio do 2º Batalhão de Engenharia de Construção – 2º BEC o canal de aproximação à EBI-1 e o Reservatório Tucutú. O canal e aproximação, que possui extensão total de 2.080 metros e interliga por gravidade o Rio São Francisco à primeira estação de bombeamento do Eixo Norte (EBI-1).

O Reservatório Tucutú, possui extensão total de 1.790 metros têm capacidade para armazenar 12,6 milhões de m<sup>3</sup>, sendo concluída em 2012. Com o início da pré- operação da EBI-1, o enchimento do Reservatório Tucutú foi concluído em outubro de 2015.

A parceria com Exército gerou ainda a construção de 10 (dez) núcleos habitacionais nas fazendas Junco (Baixio dos Grandes) em Cabrobó/PE, Uri em Salgueiro/PE, Pilões em Verdejante/PE, Queimada Grande em Salgueiro/PE, Descanso em Mauriti/CE, Salão em Sertânia/PE, Malícia em Salgueiro/PE, Negreiros em Salgueiro/PE, Vassouras em Brejo Santo/CE, Captação em Cabrobó/PE, totalizando quatrocentos e setenta (470) casas populares, dez escolas, dez postsmédicos, dez associações comunitárias, 02(dois) galpões e toda infraestrutura inerente, incluindo construção de adutoras de água bruta para abastecimento dos núcleos, rede elétrica, rede de distribuição de água e terraplenagem.

Desses núcleos, foram já entregues à população Captação, Junco (Baixio dos Grandes), Negreiros, Uri, Pilões, Queimada Grande, Malícia e Salão. As demais vilas Descanso, e Vassouras encontram-se em execução.

#### *Objetivo das obras.*

Propiciar às famílias afetadas condições que permitam sua reprodução social e econômica em situação, no mínimo similar à atual, conforme o Projeto Básico Ambiental (PBA nº 8), integrante do Programa de Reassentamento das Populações, do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

#### *Resultados alcançados na aplicação dos recursos.*

Tiveram prosseguimento os serviços relativos à construção das VPRs de Descanso, Vassouras e Salão. Prevê-se a conclusão desses serviços para junho de 2016.

✓ ***Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)***

### *Resultados alcançados:*

Atendimento à condicionante 2.1 da Licença de Instalação do IBAMA nº925/2013, através da execução do Programa de Apoio Técnico Para Implantação de Infraestrutura de Abastecimento de Água ao Longo dos Canais – PBA15, parte integrante do Projeto Básico Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional;

O cumprimento da condicionante citada permite, não só a manutenção da validade da referida licença de instalação, mas também a obtenção da licença de operação do PISF.

### *Serviços Realizados:*

Elaboração dos projetos básicos de 58 sistemas de abastecimento, sendo 13 no eixo leste e 45 no eixo norte.

Elaboração de projetos executivos de 73 sistemas de abastecimento nos estados de Pernambuco, Paraíba e Ceará. Dos 73 sistemas, 14 estão situados no eixo leste, que irão beneficiar um total de 53 comunidades e uma população de 11890 pessoas, e 59 no eixo norte que beneficiarão 149 comunidades e 50521 pessoas.

### *Efeitos a médio e em longo prazo:*

A elaboração dos projetos foi feita de acordo com o cronograma de entrega da obra, o que permitirá a implantação dos sistemas à medida que os projetos forem entregues. Acredita-se que com a implantação dos sistemas haja mais segurança às estruturas do PISF, inibindo a retirada clandestina de água dos canais e reservatórios, além do benefício direto às comunidades.

A implantação dos sistemas será realizada pelos estados, com recursos do PISF, por meio de Termos de Compromisso celebrado em dezembro de 2015.

### **3.4.4 Informações sobre a execução das despesas**

Em relação ao exercício de 2015 houve uma liquidação da ordem de R\$ 1.196.119.229,94, se comparado a 2014 que foi da ordem de R\$ 59.797.524,00, verifica-se um aumento de mais de 2.000%, cujo principal fator em 2015 foi o avanço das obras de transposição do Rio São Francisco – PISF, que teve uma alavancada importante visando sua conclusão.

#### **Quadro 3.4 - Despesas por Modalidade de Contratação**

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada			
	2015	Valor do Contrato	2014	Valor do Contrato
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)				
a) Convite			01/2014 (Anti projeto CRCA - revogada)	

			02/2014 (Anti projeto CRCA)	R\$ 105.000,00
b) Tomada de preço				
c) Concorrência	02/2013 (CONCLUÍDA EM 2016)		02/2013 (CONCLUÍDA EM 2016)	
d) Pregão <sup>1</sup>				
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratação	RDC-E 01/2015 - LT chesf - Boi - I	R\$ 5.618.684,01	RDC-P 01/2014 (Ramal do Agreste) - Revogado	
	RDC-E 02/2015 - Obras do Ramal do Agreste	R\$ 1.130.300.000,00	RDC-E 02/2014 - Talhas e pontes rolantes	R\$ 1.103.873,69
	RDC-E 03/2015 - Telecom - Fracassado		RDC-P 03/2014 - Fornecimento complementares de Telecom - Revogado	
	RDC-E 04/2015 - SE5, SE6, BEY em SE4 - LT E4, E6 - LT E6,E5	R\$ 50.901.981,44	RDC-E 04/2014 - QDCA	R\$ 2.513.230,57
		R\$ 8.198.986,44		
	RDC-E 05/2015 - Engenharia do Proprietário - Ramal do Agreste - Suspensão		RDC-E 05/2014 - Válvulas do Eixo Leste	R\$ 2.279.364,90
			RDC-E 06/2014 - Tubulações do Eixo Leste	R\$ 39.682.723,82
			RDC-P 07/2014 - Supervisão do Ramal do Agreste - Revogada	
			RDC-E 08/2014 - LT Chesf - Boi - I - Fracassada	
			RDC-E 09/2014 - Obras do Ramal do Agreste - Revogado	
			RDC-P 10/2014 - Prédio CCO - Revogado	
			RDC-E 11/2014 - LT Eixo Norte	R\$ 12.813.833,46
2. Contratações Diretas (h+i)				
h) Dispensa				
i) Inexigibilidade				

3. Regime de execução especial				
j) Suprimento de fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)				
k) Pagamento em folha				
l) diária		R\$ 1.099.578,05		R\$ 1.299.497,56
5. Outros <sup>2</sup>				
6. Total (1+2+3+4+5)		R\$ 1.196.119.229,94		R\$ 59.797.524,00

Fonte: SIAFI DW

Destacam-se os seguintes fatores intervenientes ao longo do exercício:

- i. Dificuldades na desapropriação de terrenos particulares nos locais das obras;
- ii. Dificuldade dos entes executores atenderem as exigências legais, para início das obras;
- iii. Dotações da LOA insuficientes para a execução de todas as ações;
- iv. Necessidade de readequação de orçamentos das obra

### **3.5 OBJETIVOS ESTABELECIDOS NO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS**

#### **3.5.1 Análise situacional dos programas temáticos**

O Programa 2051 apresenta todos seus objetivos sob responsabilidade do MI, notadamente:

- i. Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica;
- ii. Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais;
- iii. Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado.

Dentre os indicadores do Programa 2051, a SIH dispõe dos seguintes indicadores:

- i. Capacidade de Reservação de Água
  - a. O índice apurado em 31.12.2015 para o indicador é de 29.865 milhões de m<sup>3</sup>, conforme dados da SIH/MI. O índice de referência é de 29.300 milhões de m<sup>3</sup>, com data de apuração em 28.05.2013.

i. Quilometragem de Adução de Águas

- a. O índice apurado em 31.12.2015 para o indicador é de 3.258,7 quilômetros, conforme dados da SIH/MI. O índice de referência é de 2.039 quilômetros, com data de apuração em 28.5.2013.

O planejamento da SIH e de seus departamentos vincula-se com as competências específicas, estabelecidas nos artigos 16º, 17º e 18º do Decreto nº 8.161, de 18 de dezembro de 2013 e no contexto do Plano Plurianual (PPA), corresponde ao Programa Temático 2051- Oferta de Água, estando sob sua responsabilidade a implantação de estudos, projetos e obras de infraestrutura hídrica. Segue na Figura 3.3 representação esquemática dos objetivos e as ações do referido programa, coordenado pelo Ministério da Integração por meio da Secretaria de Infraestrutura Hídrica.

Na relação das ações, estão discriminados aquelas cuja unidade orçamentária seja MI (UO:53101), DNOCS (UO: 53204) e CODEVASF (UO: 53201).

No âmbito dos Objetivos 0479 (Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica) e 0480 (Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais), fazem parte do plano operativo da SIH as obras inseridas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e executadas pela SIH de forma direta, como o Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF, e indireta, por meio dos Termos de Compromisso firmado com os Estados ou Municípios.

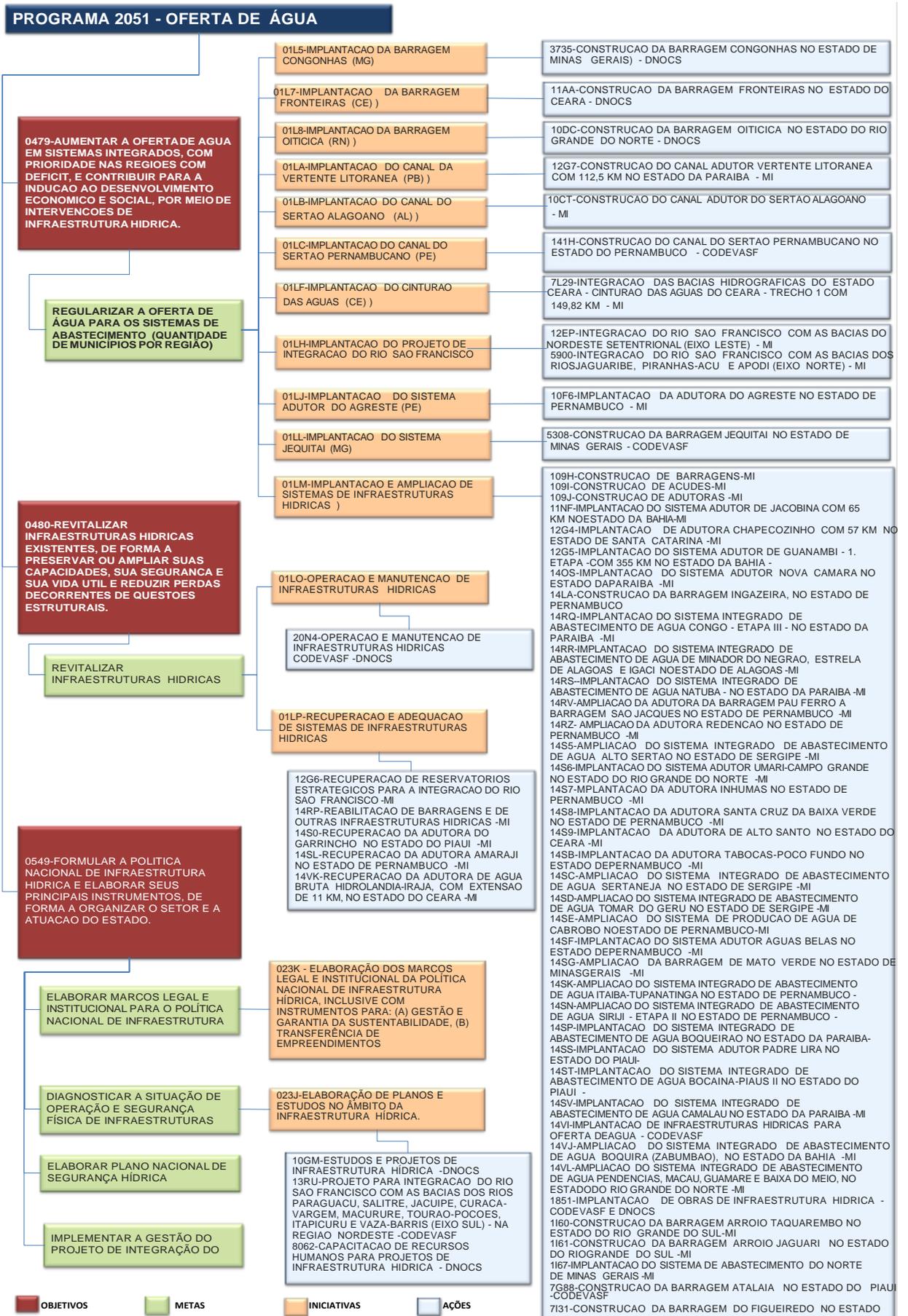
A execução dos termos de compromisso e convênios, celebrados com Estados e Municípios são acompanhados pelo Departamento de Obras Hídricas, atuando na análise de documentação para aprovação dos planos de trabalho, liberação de recursos e monitoramento da execução.

Com relação ao Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF, este é constituído por dois Eixos, Norte e Leste, que, por meio de túneis, canais, aquedutos e barragens, desenvolvendo-se ao longo de 477km, deverão levar água aos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Por ser tratar de empreendimento executado diretamente pela SIH, por meio do Departamento de Projetos Estratégicos e devido a sua complexidade, foram definidas em 2011 seis metas de implantação, visando orientar a atuação quanto à licitação dos serviços remanescentes, bem como definir os marcos de entrega.

Portanto no âmbito do planejamento estratégico do Ministério foram traçados planos operativos específicos para os Eixos Norte (ação 5900 do PPA) e Leste (ação 12EP), visando monitorar as metas e as respectivas estruturas que às compõem: Meta 1Norte (140 km) da captação do Eixo Norte até entrada no Reservatório Jati; Meta 2 Norte (39km) do Reservatório Jati até Reservatório Boi II; Meta 3Norte (81km) do Reservatório Boi II até Reservatório Engenheiro Ávidos ; Meta 1Leste (16 km) da captação do Eixo Leste até Reservatório Areias; Meta 2Leste (167km) do Reservatório Areias até Reservatório Barro Branco e Meta 3Leste (34km) do Reservatório Barro Branco até Reservatório Poções.

Atualmente a totalidade das obras do PISF estão em andamento, tendo sido registrado em avanço físico apurado em dezembro de 2015, 82,7% das obras executadas, estando o Eixo Norte com 83,8% executadas e o Eixo Leste com 81,0%

FIGURA 3.3 – PROGRAMA 2051



No âmbito do Objetivo 0549 (Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado), está em elaboração a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, na qual pretende-se organizar a atuação do Poder Público, com a definição de instrumentos que possam induzir a organização deste setor de forma cooperativa com outras políticas setoriais e nacionais.

Ainda com relação à atuações da SIH no âmbito do PPA 2012-2015, também são executadas ações vinculadas ao Programa Temático 2040 - Gestão de Risco e Respostas ao Desastre, correlato no Mapa Estratégico do MI ao Objetivo Assegurar Proteção Civil em seu eixo temático Reduzir a Vulnerabilidade por meio de Políticas de Prevenção.

Desta forma no âmbito do Objetivo 0169 (Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estrutura), faz parte do plano operativo da SIH as seguintes ações orçamentárias:

- 140M - Construção da Barragem Serro Azul no Estado de Pernambuco
- 127A - Obras de Macrodrenagem e Controle de Erosão Marítima e Fluvial
- 127C - Ampliação do Sistema de Macrodrenagem Urbana da Bacia do Rio Timbó e Bacia do Rio Paratibe, no Estado de Pernambuco
- 12L6 - Desassoreamento e Recuperação da Bacia do Rio Taquari - No Estado do Mato Grosso do Sul
- 14KS - Implantação de Sistema de Contenção de Cheias na Bacia do Córrego Prosa, no Município de Campo Grande (MS)
- 14KT - Implantação de Sistema de Contenção de Cheias na Bacia do Rio Taquari, no Município de Coxim (MS)
- 1E36 - Canalização do Córrego Cascavel em Goiânia no Estado de Goiás
- 1O92 - Macrodrenagem na Cidade de Palmas no Estado do Tocantins
- 20TI - Obras para Controle de Cheias, de Erosões Marítimas e Fluviais
- 7S46 - Elaboração de Estudos e Projetos para o Controle de Erosão Marítima e Fluvial
- 126Z - Implantação do Sistema de Macrodrenagem da Baixada Campista, no Estado do Rio de Janeiro
- 127D - Obras de Macrodrenagem em Salvador, no Estado da Bahia

### 3.5.2 Objetivos

As informações referentes aos objetivos são apresentadas nos quadros a seguir reproduzem a estrutura de informação constante do Anexo I da Lei do PPA 2012-2015 e visa possibilitar o cotejo dos resultados anualmente alcançados com as metas previstas por objetivo ao final do PPA.

**Quadro 3.5 - Objetivo 0479 – Programa 2051**

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO	
Descrição	Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

Código	0479	Órgão	Ministério da Integração Nacional			
Programa	Oferta de Água	Código	2051			
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
1	Regularizar a oferta de água para os sistemas de abastecimento	município	297	17	69	23,23%
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
	Região Centro oeste	município	2	0	0	0
	Região Sul	município	8	0	0	0
	Região Nordeste	município	250	17	69	27,6%
	Região Sudeste	município	37	0	0	0

Fonte: SIOP

**Quadro 3.6 - Objetivo 0480 – Programa 2051**

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais..					
Código	0480	Órgão	Ministério da Integração Nacional			
Programa	Oferta de Água	Código	2051			
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
1	Revitalizar infraestruturas hídricas	un	18	3	16	88%
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
	Região Nordeste	un	18	3	16	88%

Fonte: SIOP

**Quadro 3.7 - Objetivo 0549 – Programa 2051**

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado.					
Código	0549	Órgão	Ministério da Integração Nacional			
Programa	Oferta de Água	Código	2051			
METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização

						(c/a)
1	Diagnosticar a situação de operação e segurança física de infraestruturas hídricas	un	48	0	85	177%
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
	Região Nordeste	un	36	0	74	205%
	Região Sudeste	un	8	0	11	137,5%
	Região Sul	un	4	0	0	0%
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
2	Implementar a gestão do Projeto de Integração do São Francisco	un	1	0	0	0%
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2015	c)Realizada até 2015	d)% Realização (c/a)
	Região Nordeste	un	1	0	0	0%
<b>METAS QUALITATIVAS</b>						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	Elaborar marcos legal e institucional para a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica					
2	Elaborar o Plano Nacional de Segurança Hídrica					

Fonte: SIOP

### Objetivo 0479 – Programa 2051

Neste objetivo encontram-se obras estruturantes para oferta de água (adutoras, barragens e sistemas integrados de abastecimento), planejadas para resolver por um longo período problemas associados ao déficit hídrico para as localidades beneficiadas. Essa linha de ação é complementada por outras atuações federais, constantes de outros programas do PPA, e importantes para que a universalização do acesso à água potável seja alcançada. É o caso do Água Para Todos (associado à construção de poços, cisternas e sistemas simplificados de abastecimento de água), focado no alcance da população de baixa renda residente em comunidades rurais esparsas.

Dentre as ações que apresentaram avanço significativo em 2015, pontua-se as obras no âmbito do PAC listadas a seguir:

- Cinturão das Águas (CE) – Está no PAC a Implantação do Trecho I do Projeto do Cinturão das Águas. O Cinturão, que em 2015 alcançou 21% de execução física, consiste num sistema adutor com extensão aproximada de 1.300 km, quase que integralmente gravitatório. O intuito do projeto é aduzir parcela das vazões transpostas pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco para 80% do território do Ceará, beneficiando 95% da população do Estado (aproximadamente 8 milhões de pessoas).
- Canal da Vertente Litorânea (PB) – Implantação dos trechos I e II do sistema adutor Vertente Litorânea Paraibana, com aproveitamento das águas oriundas do Projeto de Integração do São Francisco, composto por canais, adutoras, túneis e estações elevatórias, visando abastecimento humano. Abrange 11 municípios situados na planície costeira da Paraíba, e beneficia 631 mil habitantes. Em 2015, o empreendimento atingiu 28% de execução física;

- Canal do Sertão (AL) – Implantação dos trechos I, II, III e IV de canal adutor com captação no rio São Francisco e da adutora do Alto Sertão, visando abastecimento humano e irrigação. O projeto do Canal do Sertão abrange 42 municípios entre Delmiro Gouveia e Arapiraca e beneficiará 1 milhão de habitantes. Em 2013 foram concluídos os trechos I e II (64 km de canal), que foram inaugurados em 12/03/2013. Em 2015 foi concluído o trecho III. No total, a obra atingiu 82% de execução física.
- O Sistema Adutor do Agreste abrange a construção de Adutora com 1.300 km de extensão, estações elevatórias, reservatórios e tubulações que visam garantir a oferta de água para o abastecimento das populações residentes em diversos municípios do Estado de Pernambuco, destacando-se: Pesqueira, São Bento do Una, Garanhuns, Caetés e Bom Conselho. Das cinco etapas previstas para o projeto, até o presente momento, apenas a primeira etapa foi pactuada com o Ministério da Integração. A primeira etapa é dividida em duas fases. A conclusão das obras que estava prevista para julho de 2015 foi adiada para 2021 por dificuldades de fluxo financeiro.
- A 2ª Etapa da Adutora do Algodão (BA) – Trecho Caetité/Maniaçu (BA), com 89,2 km de extensão, por meio de parceria com a Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA, que deverá beneficiar mais de 50 mil pessoas. O empreendimento tem como objetivo principal ampliar e melhorar o abastecimento de água nos Municípios de Caetité (sede e as localidades Velha Rita, Tanque do Caldeirão, Capoeira de Dentro, Rio Grande, Vargem, Lagoa de Fora, Lagoa de Dentro, Maniaçu e Brejinho das Ametistas), Guanambi (distrito de Morrinhos), Lagoa Real e Rio do Antônio (distrito de Ibitira). A autorização das obras foi assinada em junho de 2012 e em 2015, alcançou 99,32% de execução física. Sua conclusão está prevista para 2016;

Em 2015, as seguintes obras foram concluídas, avançando o quantitativo da meta:

- Implantação da SIAA Pocinhos (PB) - 25 Km de adutoras, captação em reservatório de Campina Grande, vazão de 0,78 m<sup>3</sup>/s, beneficia o Distrito de São José da Mata em Campina Grande e Pocinhos/PB.
- Implantação da Barragem de Pitombeiras (PB), reservação de 3 milhões de m<sup>3</sup>, beneficia Alagoa Grande/PB.
- Implantação da Adutora Aroeiras (PB), 18 Km e vazão de 0,05 m<sup>3</sup>/s, beneficia Aroeiras e comunidades.
- Ampliação do Sistema Integrado Sertaneja (SE) – 24 Km e vazão de 0,09 m<sup>3</sup>/s. Beneficia os municípios de Aquidabã, Gararu e Nossa Senhora de Lourdes, em Sergipe;
- Adutora Pajeú – 2ª Etapa/PE (conclusão parcial). Em 2015 foram concluídos 110 km, correspondentes ao trecho entre Afogados da Ingazeira até São José do Egito. Esse trecho disponibilizará água para os municípios de Carnaubeira da Penha, Tabira, São José do Egito e Tuparetama. Quando concluída em sua integralidade, a 2ª etapa da Adutora Pajeú beneficiará um total de 14 municípios, e 112 mil habitantes.
- Adutora Araras-Crateús e Nova Russas (CE). Adutora com 153 km, deverá beneficiar os municípios de Crateús e Nova Russas, no Ceará.
- Adutora Manoel Balbino-Caririáçu (CE). Adutora com 13 km, deverá reforçar o abastecimento do município de Caririáçu, no Ceará.;
- Adutora Flor do Campo-Quiterianópolis (CE). Com 39 km, deverá beneficiar o município cearense de Quiterianópolis.
- Canal do Sertão - Trecho III (AL). Já se encontram concluídos os trechos I, II e III do Canal do Sertão Alagoano, o qual, após a conclusão dos quatro trechos presentes no PAC, abarcará 42 municípios e beneficiará mais de um milhão de pessoas. A conclusão do Trecho III, em 2015, permitirá levar água a mais de 60 mil pessoas nos municípios de Água Branca (já

computado quando da conclusão dos Trechos I e II), Olho D'Água do Casado (já computado quando da conclusão dos Trechos I e II), Inhapi e Senador Rui Palmeira

Também faz parte deste Objetivo, a implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF, que atenderá aos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O projeto é constituído por dois Eixos, Norte (252 km) e Leste (217 km), que, por meio de túneis, canais, aquedutos e barragens, deverão levar água aos referidos Estados.

Trata-se da principal obra de infraestrutura de abastecimento em execução no país, e objetiva garantir, em conjunto com suas obras complementares, segurança hídrica para 12 milhões de habitantes de 390 municípios, impulsionando o desenvolvimento socioeconômico das regiões beneficiadas. Ao mesmo tempo em que busca garantir o abastecimento por longo prazo de grandes centros urbanos da região (Fortaleza, Juazeiro do Norte, Crato, Mossoró, Campina Grande, Caruaru, João Pessoa) e de centenas de pequenas e médias cidades inseridas no semiárido, o projeto beneficia áreas do interior do Nordeste com razoável potencial econômico, importantes no âmbito de uma política de desconcentração do desenvolvimento nacional.

No tocante ao Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), em 2015 foi aplicado R\$ 1,76 bilhão nas obras destinadas à execução dos Eixos Norte e Leste, atingindo 82,7% de execução do Empreendimento. Encontram-se concluídos, no Eixo Norte, os segmentos de canais a partir da captação no Rio São Francisco até o Reservatório Negreiros, a 1ª Estação de Bombeamento, os Reservatórios Tucutú, Terra Nova, Serra do Livramento, Mangueira, Morros, Boa Vista e Caiçara, os Aquedutos Logradouro, Saco da Serra, Mari, Terra Nova, Salgueiro, Pinga e Catingueira e também os Túneis Cuncas I e Cuncas II.

Já no Eixo Leste, foram concluídos os segmentos de canais da captação até o Reservatório Mandantes, a 1ª e 2ª Estações de Bombeamento, os Reservatórios Areias, Braúnas, Mandantes, Muquém, Cacimba Nova, Bagres e Barro Branco, além dos Aquedutos sobre a BR-316, Branco e Barreiros.

Quanto às contribuições da Codevasf, no ano de 2015, pode-se ressaltar:

- A Barragem I do Sistema Jequitaiá – MG, que no exercício de 2015 teve alguns dos seus instrumentos celebrados paralisados devido à crise fiscal. Não há previsão para a publicação de novos editais e a retomada das obras. As obras civis da montagem da Barragem I que estavam previstas para ser concluídas em julho de 2015 tiveram seu contrato rescindido com 22% de execução de forma amigável baseado no artigo 79, II, da Lei 8.666/93. Os trabalhos em campo relativos ao cumprimento do Programa de Gestão Ambiental Integrado - PGAI foram readequados, ficando somente em execução aqueles programas necessários para manter vigente a Licença de Instalação obtida em 2013.
- A Barragem de Atalaia (PI) encontra-se em fase de conclusão, apresenta potencial para projetos de irrigação e piscicultura, pretendendo elevar o crescimento da renda para a população beneficiada. Serão beneficiados 29.265 habitantes dos municípios de Sebastião Barros, Corrente e Cristalândia do Piauí e cidades circunvizinhas. Foram Realizados 92% da execução física da Barragem até 2013. A obra tinha previsão para conclusão em 2014. Encontra-se, contudo, paralisada devido a atrasos com a desapropriação de terras e construção das vilas para reassentamento da população local. A elaboração do projeto executivo para reassentar a população desalojada encontra-se em andamento. O serviço foi contratado pelo Instituto de Desenvolvimento do Piauí – IDEPI, órgão vinculado ao Governo do Estado, responsável pela execução das obras e serviços.

- O Sistema Integrado de Abastecimento de Água (SIAA) de Campo Alegre de Lourdes/BA visa atender a 71 localidades rurais dos municípios de Pilão Arcado, Remanso e Campo Alegre de Lourdes, beneficiando uma população de 27 mil pessoas. No exercício de 2015, foi contratado serviço para a implantação das Instalações para energização do sistema integrado de abastecimento e água e dada continuidade a execução do projeto executivo e obras de implantação do sistema. O serviço encontra-se com 74% de execução.
- Canal do Sertão Pernambucano: foi concluído em 2015 o Serviço para consolidar o Projeto Básico existente e elaborar o Projeto Executivo do Perímetro Pariconha, situado nos municípios de Pariconha, Delmiro Gouveia e Água Branca – AL para uma área de 6.500 ha com suprimento hídrico pelo canal do Sertão Alagoano - km 35; Serviço especializado para consolidar projeto básico existente e elaborar o Projeto Executivo do Perímetro Delmiro Gouveia - AL, para uma área de 6.200 ha com suprimento hídrico pelo canal do Sertão Alagoano - km 49,760. Devido às restrições orçamentárias e financeiras encontra-se paralisado, sem previsão para retomada, a consolidação do projeto básico existente e elaborar projeto executivo do Perímetro Irrigação de Inhapi, no estado de Alagoas com 45% de execução, sendo 23% realizados em 2015
- Adutora do Algodão – 2ª Etapa/BA, Trecho Caetité/Maniaçu (BA), com 89,2 km de extensão, por meio de parceria com a Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA, que deverá beneficiar mais de 50 mil pessoas. O empreendimento tem como objetivo principal ampliar e melhorar o abastecimento de água nos Municípios de Caetité (sede e as localidades Velha Rita, Tanque do Caldeirão, Capoeira de Dentro, Rio Grande, Vargem, Lagoa de Fora, Lagoa de Dentro, Maniaçu e Brejinho das Ametistas), Guanambi (distrito de Morrinhos), Lagoa Real e Rio do Antônio (distrito de Ibitira). A autorização das obras foi assinada em junho de 2012 e em 2015, alcançou 99,32% de execução física. Sua conclusão está prevista para 2016.

O DNOCS realizou importantes contribuições ao objetivo, a saber:

- Continuidade das atividades relativas à Barragem Oiticica/RN, que beneficiará 75 mil pessoas, com 23% avanço físico concluído.
- Adutora Pajeú – 2ª Etapa (conclusão parcial). Em 2015 foram concluídos 110 km, correspondentes ao trecho entre Afogados da Ingazeira até São José do Egito. Esse trecho disponibilizará água para os municípios de Carnaubeira da Penha, Tabira, São José do Egito e Tuparetama. Quando concluída em sua integralidade, a 2ª etapa da Adutora Pajeú beneficiará um total de 14 municípios, e 112 mil habitantes.

Considerações finais sobre o Objetivo:

O foco para realização das obras são as regiões de maior déficit hídrico do país, dentre as quais se destaca, pela gravidade da situação hídrica, o semiárido. Ressalte-se que a maior parte das intervenções aqui incluídas compõe a carteira de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, revelando a importância que assumem na estratégia de atuação do Governo Federal.

## **Objetivo 0480 – Programa 2051**

A revitalização de infraestruturas hídricas prevê a recuperação de estruturas danificadas ou com capacidade reduzida de operação e também a sua modernização e ampliação, bem como sua regularização documental e ambiental. Desta forma, são executadas obras para operação, manutenção e recuperação das infraestruturas hídricas; atividades de prestação de assistência técnica para elaboração de estudos de regularização de segurança, fundiária e ambiental; modernização e implantação de novos sistemas que garantam a otimização e a atualização do empreendimento; recuperação das estruturas já implementadas.

As infraestruturas hídricas compreendem sistemas adutores e de transposição de bacias, barragens e reservatórios, e poços profundos.

Barragem é uma importante infraestrutura de hídrica que consiste em uma barreira artificial construída em um vale, objetivando o armazenamento da água a ser utilizado para diversos fins: regularização de vazão, controle de cheias, abastecimento humano e industrial, produção de energia, irrigação, retenção de resíduos minerais e industriais, piscicultura, lazer, entre outros. Este tipo de infraestrutura é uma obra de engenharia complexa, que está sujeita a riscos geológicos, hidrológicos e técnicos que podem gerar acidentes com grandes danos sociais, econômicos e ambientais, incluindo perdas de vidas.

O Objetivo 0480 foi priorizado para revitalização de barragens, devido ao risco à perda de vidas humanas, porém foi registrada a necessidade de recuperação de adutoras e poços de propriedade dos Estados.

A Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), instituída pela Lei 12.334/2010, objetiva garantir a observância de padrões de segurança das barragens, através da fiscalização do poder público sobre o empreendedor, de maneira a reduzir a possibilidade de acidentes e suas consequências, em especial, junto à população potencialmente afetada. Basicamente a PNSB define: as características das barragens que se enquadram na nova política, os instrumentos de controle e monitoramento, a competência dos fiscalizadores, e as responsabilidades do empreendedor da barragem.

A Lei determina ao empreendedor a responsabilidade legal pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento de ações para garanti-la, que inclui: i) a operação e manutenção; ii) a inspeção periódica; e iii) a elaboração, divulgação e atualização do Plano de Segurança de Barragens. O artigo 18 da referida lei é específico sobre a necessidade de recuperação de barragens: “Art 18. A barragem que não atender aos requisitos de segurança nos termos da legislação pertinente deverá ser recuperada ou desativada pelo seu empreendedor, que deverá comunicar ao órgão fiscalizador as providências adotadas”.

Sendo assim, a Codevasf classificou suas barragens em níveis de responsabilidade, baseado no inciso IV do artigo 2º da Lei 12.334/10, que define o Empreendedor como agente privado ou governamental com direito real sobre as terras onde se localizam a barragem e o reservatório ou que explore a barragem para benefício próprio ou da coletividade, isto é, os proprietários ou usuários.

Por meio do presente Objetivo, busca-se não somente dar cumprimento ao comando legal acima, mas principalmente garantir a segurança do abastecimento de água à população. Assim, com fundamento no Programa de Segurança de Barragens (PROSB), foi identificada a necessidade de

recuperação de 67 barragens (44 prioritárias e 23 assistidas) das 73 barragens diagnosticadas em 2012 e 2013. O PROSB tem o objetivo de adequar a gestão de segurança estrutural e hídrica das barragens estratégicas, visando à redução de riscos de desastres e manutenção do abastecimento de água para seus empreendimentos, além da reabilitação e transferência das barragens construídas pela Empresa aos seus usuários, adequando-se as exigências da Lei nº 12.334/10. As ações foram divididas em 3 eixos: i) Gestão e Operação; ii) Planos e Estudos; e iii) Reabilitação e Modernização. Quanto às barragens de grande porte, que necessitam de manutenção permanente, haja vista o risco a pessoas, meio ambiente e sistema econômico regional, ressalta-se que têm sido realizadas vistorias, elaboração de checklists e relatórios de segurança, de forma a agregar informações necessárias à recuperação das Barragens, para promover a segurança hídrica e das próprias estruturas. Como exemplo, citam-se as barragens do Orós, Castanhão e Banabuiú, no Ceará.

Em 2015, foram finalizadas as obras da recuperação das barragens no estado de Alagoas: Mercado Grande, Mercado dos Pereiras e Itapecuru.

Importante mencionar também que o DNOCS executa a recuperação de reservatórios estratégicos que deverão se integrar operacionalmente ao Projeto de Integração do Rio São Francisco. São intervenções complementares às obras do PISF, e importantes para que esta possa alcançar a máxima efetividade. Neste sentido, foi celebrado o Contrato DNOCS 12/2104 com a Empresa KL - Serviços de Engenharia S/A, que tem como objeto a “Elaboração de estudos técnicos e projetos no âmbito das ações para recuperação e atualização dos açudes inseridos no Sistema de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.

Em 2015, foram concluídos os estudos básicos e projetos básicos da Elaboração de estudos técnicos e projetos no âmbito das ações para recuperação e atualização dos açudes inseridos no Sistema de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF. Os projetos executivos encontram-se em execução.

As obras de recuperação deverão ser priorizadas conforme a criticidade dos reservatórios para a operação do PISF, bem como de acordo com o cronograma de disponibilização das águas do projeto.

## **Objetivo 0549 – Programa 2051**

Com a elaboração da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, pretende-se organizar a atuação do Poder Público, com a definição de instrumentos que possam induzir a organização deste setor de forma cooperativa com outras políticas setoriais e nacionais. A Política dará sinergia às ações do Estado e permitirá eliminar sobreposições e lacunas nos investimentos. Permitirá também a integração de sistemas, resultando em operação inteligente das infraestruturas com diminuição da pressão sobre o meio ambiente. A atuação articulada do Estado, em seus diversos níveis, e do setor privado dentro de uma estratégia de desenvolvimento regional e nacional contribui para a universalização do acesso à água e para a redução da pobreza.

O Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH) constitui-se no mais importante instrumento para a elaboração da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica que está em andamento no âmbito desta Secretaria de Infraestrutura Hídrica. Seu produto poderá orientar a atuação do Poder Público na formulação de programas e ações para o setor, permitindo constituir intervenções específicas e até mesmo um banco de projetos estratégicos que fortaleça a atuação propositiva do Estado.

Com o intuito de promover a organização dos aspectos relacionados à infraestrutura hídrica no Brasil, o PNSH contratou, em 2014, por intermédio da Agência Nacional de Águas (ANA) e financiamento do Banco Mundial, uma empresa de consultoria para o desenvolvimento das etapas necessárias à composição do Plano.

O desenvolvimento do PNSH ancora-se na realização de três etapas, quais sejam: 1 – Inventário e análise de estudos, planos, projetos e obras existentes em todos os Estados; 2 – Estudo integrado dos problemas de oferta de água e controle de cheias nas áreas críticas e 3 – Detalhamento das intervenções estratégicas selecionadas a partir dos critérios e conceitos previamente estabelecidos.

Os trabalhos foram iniciados no final de 2014, com a realização de visitas aos Estados, abrangendo as regiões III (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), IV (Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), V (Alagoas, Bahia, Minas Gerais e Sergipe) e parte da região II (sendo visitados Espírito Santo e Minas Gerais).

Até o momento, foram produzidos os relatórios de Inventário da infraestrutura (Relatório 1A) para as Regiões III e IV. Para a Região IV, também foram produzidos o Relatório de Obras Complementares ao Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) e o Relatório de Detalhamento da Região IV e do Projeto de Integração do Rio São Francisco, ambos ainda em análise.

Como resultados obtidos tem-se a definição dos critérios dos empreendimentos (obras, projetos, estudos etc.) que devem fazer parte do inventário (etapa 1) e conseqüentemente de todo o estudo, os quais sejam: atender cidade com população maior que 100 mil habitantes; atender mais de um município; volume de uso consuntivo acima de 10 hm<sup>3</sup> para as barragens; vazão superior a 1,0 m<sup>3</sup>/s para canal ou eixo de integração e intervenção associada a sistema estruturante.

As etapas 02 e 03 estão sendo desenvolvidas com base em discussões entre a equipe técnica envolvida (MI, ANA e consultora) bem como com a participação dos Estados.

Quanto à meta de “Diagnosticar a situação de operação e segurança física de infraestruturas hídricas”, destaca-se, no âmbito da SIH, o plano de ações estratégicas para reabilitação de barragens da união (PLANERB), com vistas ao atendimento à lei de segurança de barragem (Lei Nº 12.334/10).

O PLANERB tem como objetivo a execução dos diagnósticos estrutural, jurídico, fundiário e ambiental e a elaboração de um plano de ações estratégicas para a reabilitação de 164 barragens da União (DNOCS, CODEVASF e do extinto DNOS).

No final de 2014 ao início de 2015, ocorreu o período de licitação aos moldes do Banco Mundial. Primeiramente, foram pré-selecionadas 6 empresas (lista curta) dentre 25 empresas (lista longa) que apresentaram interesse em elaborar os estudos. Após a pré-seleção, em abril de 2015, foi solicitado às empresas selecionadas que apresentasse uma proposta técnica-financeira, sendo selecionado um Consórcio. O contrato foi recentemente assinado e a primeira ordem de serviço emitida. Foi realizada reunião com a contratada para definição da metodologia de execução dos serviços.

Tanto o PNSH quanto o PLANERB constituem-se em importantes bases para a formulação da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, a qual conferirá sinergia às ações do Estado e permitirá eliminar sobreposições e lacunas nos investimentos, promovendo também a integração de

sistemas hídricos com operação inteligente e redução da pressão sobre o meio ambiente, estabelecendo uma atuação de forma cooperativa com outras políticas setoriais e nacionais.

A atuação articulada do Estado, em seus diversos níveis, e do setor privado dentro de uma estratégia de desenvolvimento regional e nacional contribui para a universalização do acesso à água e, conseqüentemente, para a redução da pobreza.

Com o objetivo de identificar a infraestrutura estruturante existente e a planejada, para produção dos relatórios de Inventário, foram iniciadas em 2015 as visitas aos Estados. Elas se desenvolveram, numa primeira fase, abrangendo as regiões III (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), IV (Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), V (Alagoas, Bahia, Minas Gerais e Sergipe) e parte da região II (sendo visitados Espírito Santo e Minas Gerais).

Foram produzidos os relatórios de inventário da infraestrutura (Relatório 1A) para as Regiões III e IV. Para a Região IV, também foram produzidos o Relatório de Obras Complementares ao Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) e o Relatório de Detalhamento da Região IV e do Projeto de Integração do Rio São Francisco, ambos ainda em análise.

Em 2016 deverão ser retomadas as visitas aos Estados e elaborados os relatórios restantes, com previsão de entrega do Relatório Final em dezembro de 2016.

Quanto à meta de “Diagnosticar a situação de operação e segurança física de infraestruturas hídricas”, foram realizados levantamentos para subsidiar os termos de referência do edital de contratação de serviços e obras necessários para a revitalização de infraestruturas hídricas. Além disso, este Objetivo tem suas atividades relacionadas com outro Objetivo do Programa 2051, o 0480 (Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais).

Com fundamento no Programa de Segurança de Barragens (PROSB) da Codevasf, foram diagnosticadas 85 barragens e, dentre elas, foi identificada a necessidade de recuperação de 44 barragens. As 85 barragens diagnosticadas localizam-se nas Regiões Nordeste (74) e Sudeste (11).

### 3.5.3 Ações orçamentárias geridas pela SIH

#### 3.5.3.1 Departamento de Projetos Estratégicos – DPE

Quadro 3.8- PISF– Eixo Leste

Identificação da Ação						
Código	12EP					
Título	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional – (Eixo Leste)					
Iniciativa	01LH – Implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco					
Objetivo	Ampliar a Oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de Infraestrutura Hídrica. Código: 0479					
Programa	Oferta de Água <b>Código: 2051 Tipo: Temático</b>					
Unidade Orçamentária	53101 – Ministério da Integração Nacional					
Ação Prioritária	( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( X) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos <sup>2</sup> 2015	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
206.139.235,00	741.959.235,00	347.058.228,60	169.695.241,81	168.699.091,16	996.150,65	177.362.986,79
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra Em Execução			% de Execução	8,0	-	12,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1.1.2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
458.056.054,06	388.544.435,99	666.653,72	Obra Executada	% de Execução	8,0	

(1) Refere-se a valores consignados na LOA para a ação;

(2) Refere-se à execução da UG 530013 (SIH).

Quadro 3.9 - PISF – Eixo Norte

Identificação da Ação	
Código	5900
Título	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)
Iniciativa	01LH – Implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco

Objetivo	Ampliar a Oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de Infraestrutura Hídrica.					
	Código: 0479					
Programa	Oferta de Água <b>Código: 2051 Tipo: Temático</b>					
Unidade Orçamentária	53101 – Ministério da Integração Nacional					
Ação Prioritária	( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( X ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação <sup>1</sup>		Despesa			Restos a Pagar inscritos <sup>2</sup> 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
611.999.989,00	1.539.759.685,00	1.115.201.434,81	595.619.707,02	595.359.623,82	260.083,20	519.581.727,79
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Obra Executada		% de Execução	25,0	-	15,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1.1.2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
471.702.658,33	408.253.362,23	861.279,25	Obra Executada	% de Execução	6,0	

Fonte: SIAFI

(<sup>1</sup>) Refere-se a valores consignados na LOA para a ação;

(<sup>2</sup>) Refere-se à execução da UG 530013 (SIH).

#### Quadro 3.10 - Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano

Identificação da Ação	
Código	152D
Título	Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano – No Estado do Pernambuco
Iniciativa	04HB - Implantação do Ramal do Agreste Pernambucano (PE)
Objetivo	Ampliar a Oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de Infraestrutura Hídrica. Código: 0479
Programa	Oferta de Água <b>Código: 2051 Tipo: Temático</b>
Unidade Orçamentária	53101 – Ministério da Integração Nacional

Ação Prioritária		( X ) Sim( )NãoCaso positivo: ( X)PAC() Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos <sup>2</sup> 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
31.500.000,00	26.499.999,00	8.130.327,46	1.532.581,86	1.532.581,86	0,00	6.597.745,60
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra Executada			% de Execução	3,0	-	1,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1.1.2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.234.427,12	711.815,64	0,00	Obra Executada		% de Execução	1,0

Fonte: SIAFI

(1) Refere-se a valores consignados na LOA para a ação;

(2) Refere-se à execução da UG 530013 (SIH).

### Quadro 3.11 - Construção do Sistema Adutor do Ramal do Entremontes

Identificação da Ação						
Código	152E					
Título	Construção do Sistema Adutor do Ramal do Entremontes – No Estado do Pernambuco					
Iniciativa	04HA -Implantação do Ramal do Entremontes (PE)					
Objetivo	Ampliar a Oferta de água em sistemas integrados,com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de Infraestrutura Hídrica. Código: 0479					
Programa	Oferta de Água <b>Código: 2051 Tipo: Temático</b>					
Unidade Orçamentária	53101 – Ministério da Integração Nacional					
Ação Prioritária	( X ) Sim( )NãoCaso positivo: ( X)PAC() Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos <sup>2</sup> 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

21.600.000,00	5.680.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra Executada			% de Execução	6,0	-	1,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1.1.2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada
4.320.468,45	1.897.732,05	0,00	Obra Executada	% de Execução	de	1,0

Fonte: SIAFI

(<sup>1</sup>) Refere-se a valores consignados na LOA para a ação;

(<sup>2</sup>) Refere-se à execução da UG 530013 (SIH).

### Quadro 3.12- Construção do Sistema Ramal Adutor Ramal do Apodi

Identificação da Ação						
Código	152F					
Título	Construção do Sistema Ramal Adutor Ramal do Apodi, na Região Nordeste					
Iniciativa	04H9 – Implantação do Ramal do Apodi (CE, PB e RN)					
Objetivo	Ampliar a Oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de Infraestrutura Hídrica. Código: 0479					
Programa	Oferta de Água <b>Código:</b> 2051 <b>Tipo:</b> Temático					
Unidade Orçamentária	53101 – Ministério da Integração Nacional					
Ação Prioritária	( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( X ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos <sup>2</sup> 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
13.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra Executada			% de Execução	3,0	-	0,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1.1.2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada
5.846.890,94	0,00	0,00	Obra Executada	% de	de	0,00

			Execução	
--	--	--	----------	--

Fonte: SIAFI

(1) Refere-se a valores consignados na LOA para a ação;

(2) Refere-se à execução da UG 530013 (SIH).

### Quadro 3.13- Manutenção Operacional do PISF

Identificação da Ação						
Código		213R				
Título		Manutenção Operacional do Projeto de Integração do Rio São Francisco				
Iniciativa		01LO - Operação e manutenção de infraestruturas hídricas				
Objetivo		Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais. Código: 0480				
Programa		Oferta de Água <b>Código:</b> 2051 <b>Tipo:</b> Temático				
Unidade Orçamentária		53101 – Ministério da Integração Nacional				
Ação Prioritária		( X ) Sim( ) Não Caso positivo: ( X)PAC( ) Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos <sup>2</sup> 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
81.000.000,00	57.500.000,00	39.455.428,84	15.504.755,40	15.504.755,40	0,00	23.950.673,44
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Obra Executada		% de Execução	40,0	-	5,0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 1.1.2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
-	-	-	Obra Executada		% de Execução	0,0

Fonte: SIAFI

(1) Refere-se a valores consignados na LOA para a ação;

(2) Refere-se à execução da UG 530013 (SIH).

### Quadro 3.14- Recuperação de Reservatórios Estratégicos para O PISF

Identificação da Ação
-----------------------

Código	12G6					
Título	Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco					
Iniciativa	01LP - Recuperação e adequação de sistemas de infraestruturas hídricas					
Objetivo	Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais. Código: 0480					
Programa	Oferta de Água <b>Código: 2051 Tipo: Temático</b>					
Unidade Orçamentária	53101 – Ministério da Integração Nacional					
Ação Prioritária	( X ) Sim ( ) Não Caso positivo: ( X ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos <sup>2</sup> 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
18.000.000,00	14.400.000,00	9.391.826,85	5.389.959,23	2.798.137,35	2.591.821,88	4.001.867,62
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	de	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Obra Executada		% de Execução		10,0	-	1,0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1.1.2015	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
4.497.588,86	4.396.737,87	0,00	Obra Executada		% de Execução	1,0

Fonte: SIAFI

(1) Refere-se a valores consignados na LOA para a ação;

(2) Refere-se à execução da UG 530013 (SIH).

✓ *Análise situacional – Ações sob gestão do DPE*

Implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco – Eixo Leste (12EP) e Eixo Norte (5900)

Conforme informações do avanço físico apurado em dezembro de 2015, o Projeto de Integração do Rio São Francisco registrou 82,7% das obras executadas, estando o Eixo Norte com 83,8% executadas e o Eixo Leste com 81,0% executadas.

No Eixo Norte, a meta 1N (Captação até o reservatório de Jatí) registrou 83,1% das obras executadas, a meta 2N (Reservatório de Jatí até o Reservatório Boi II) 72,1% das obras executadas e a meta 3N (Reservatório de Boi II até o Reservatório Eng. Ávidos) 91,6% das obras executadas.

Já no Eixo Leste, foram concluídos os segmentos de canais da captação até o Reservatório Mandantes, a 1ª e 2ª Estações de Bombeamento, os Reservatórios Areias, Braúnas, Mandantes, Muquém, Cacimba Nova, Bagres e Barro Branco, além dos Aquedutos sobre a BR-316, Branco e Barreiros.

Dentre as obras do Eixo Norte (ação 5900), foram concluídos até o final de 2015, o canal de captação, a concretagem de 145 km de canal, os Reservatórios Tucutú, Terra Nova, Serra do Livramento, Mangueira, Morros, Boa Vista e Caiçara, a montagem civil e mecânica da 1ª Estação de bombeamento, todos os 8 aquedutos (Logradouro, Saco da Serra, Mari, Terra Nova, Salgueiro, Boi, Pinga e Catingueira), o Túnel Cuncas II com 4 km e as escavações do Túnel Cuncas I, com 15 km. Deu-se continuidade a execução das demais estruturas, dentre as quais cita-se os Reservatórios Negreiros, Milagres, Jati, Porcos, Cana Brava e Cipó, Boi I e Boi II, segmentos de canais, pontes, passarelas, estações elevatórias EBI-2 e EBI-3. O andamento das obras na totalidade do Eixo Norte proporcionou a mobilização de 7.150 trabalhadores em tal Eixo.

No Eixo Leste (ação 12Ep), foram concluídos até 2015, os segmentos de canais da captação até o Reservatório Mandantes, a 1ª e 2ª Estações de Bombeamento, os Reservatórios Areias, Braúnas, Mandantes, Salgueiro, Muquém, Cacimba Nova, Bagres e Barro Branco, além dos Aquedutos sobre a BR-316, Branco e Barreiros. A mobilização de pessoal alcançou a marca de 3.500 trabalhadores. Foi dada continuidade à execução dos canais da adução, Reservatórios Copiti, Moxotó e Barreiro, além do Túnel Monteiro com 3km na divisa entre Pernambuco e Paraíba e as estações elevatórias EBV-3, EBV-4 e EBV-5.

Destaca-se que além da pré-operação da 1ª estação de bombeamento do Eixo Leste em setembro de 2014, foi iniciado em agosto de 2015 o funcionamento da 1ª estação de bombeamento do Eixo Norte e em setembro de 2015 a 2ª estação de bombeamento do Eixo Leste. Desta forma foi garantido o avanço da água por 36 km no Eixo Leste e 49 km no Eixo Norte, enchendo 5 reservatórios que totalizam 58,8 milhões de m<sup>3</sup> de água.

Ramais Associados ao Projeto de Integração do Rio São Francisco – Ramal do Agreste Pernambucano (Ação 152D), Ramal do Entremontes (Ação 152 E) e Ramal do Apodi (Ação 152F)

Dentre as obras associadas ao Projeto de Integração do Rio São Francisco, estão os Ramais do Agreste pernambucano, Entremontes e Apodi, que permitirão a distribuição das águas dos eixos do PISF para as regiões beneficiadas.

O ramal do Agreste Pernambucano consiste no sistema adutor com 70 km de extensão, no norte do Estado de Pernambuco, a partir do Eixo Leste do PISF. Esta obra, complementar ao PISF,

transportará água do rio São Francisco para a Adutora do Agreste, visando garantir segurança hídrica para 68 municípios do sertão e do agreste pernambucanos. Em 2015 foi dado prosseguimento às desapropriações, bem como foi finalizado o processo licitatório para contratação das obras de implantação do empreendimento, sendo assinado o contrato em dezembro. Encontram-se em andamento a contratação dos serviços de supervisão e acompanhamento do programas ambientais.

O Ramal do Entremontes é um sistema adutor iniciado no reservatório de Mangueira no município de Salgueiro/PE, que conduzirá água do Eixo Norte para atender às demandas de municípios inseridos em duas sub-bacias do Rio São Francisco: Brígida e Terra Nova. Esta obra, complementar ao Eixo Norte do PISF, promoverá a garantia de oferta hídrica à população beneficiada, além de tornar possível dinamizar e incrementar a irrigação nos vales dos rios São Pedro, Brígida e Terra Nova, fortalecendo a economia local. Em 2014 foi concluído o Projeto Executivo, bem como iniciado a desapropriação das propriedades necessárias à implantação do empreendimento. Em 2015 foi concluído a fase interna de elaboração do edital de contratação das obras, no entanto em razão de recomendação do órgão de controle, para sua publicação deve ser obtido o CERTOH (Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica) junto à Agência Nacional de Águas.

O Ramal do Apodi consiste em um sistema adutor composto por canais, aquedutos e túneis, que irão conduzir água do Eixo Norte do PISF até a bacia do Rio Apodi, atendendo ao estado do Rio Grande do Norte. Ao longo de 2015 permaneceu em elaboração o projeto executivo que permitirá a elaboração do edital de licitação das obras.

### 3.5.3.2 Departamento de Obras Hídricas – DOH

#### Programa 2040 - GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES (DOH)

Quadro 3.15 - Programa 2040

Emitido em: 01/06/2016 Por: BRUNO DE OLIVEIRA ARAGÃO													Unidade Orçamentária		Período: JAN-DEZ		Página 1 de 3			
Órgão: 53000 - Ministério da Integração Nacional																				
Unidade Orçamentária: 53101 - Ministério da Integração Nacional																				
Programa: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres																				
Produto (Unidade)	Financeiro (R\$ 1.00)							Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.					
	Localizador - Data da Apropriação	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (e/b)	Meta LOA (g)	Reprogramado (h)	Realizado (i)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico		
												EFLQA (b/g) (j)*	EFREP (c/h) (k)*	ECLOA (e/g) (l)*	ECREP (e/h) (m)*	Pago Exercício	Inscrito Liquidado		Realizado	
Plano Orçamentário																				
Ação: 100W - Construção da Barragem Castelo, no Estado do Piauí																			Não possui alertas; Não possui pendências;	
Obra executada - percentual de execução		18.000.000	14.400.000	0	0	0	0	0,00	6		0			0,00		0	0	0	0	
0022 - No Estado do Piauí - 01/01/16		18.000.000	14.400.000	0	0	0	0	0,00	6		0			0,00		0	0	0	0	
Ação: 126X - Dragagem e Desassoreamento dos Rios Gravata, das Pedras e Guaporana em Navegantes, no Estado de Santa Catarina																			Não possui alertas; Não possui pendências;	
Projeto executado - percentual de execução		100.000	100.000	0	0	0	0	0,00	-1		0			0,00		0	0	0	0	
0042 - No Estado de Santa Catarina - 01/01/16		100.000	100.000	0	0	0	0	0,00	1		0			0,00		0	0	0	0	
Ação: 127A - Obras de Macrodrenagem e Controle de Erosão Marinha e Fluvial																			Não possui alertas; Não possui pendências;	
Projeto apoiado - unidade		32.850.000	32.850.000	0	0	0	0	0,00	2		0			0,00		0	0	0	0	
0031 - No Estado de Minas Gerais - 01/01/16		650.000	650.000	0	0	0	0	0,00	2		0			0,00		0	500.000	0	0	
0211 - No Município de Manaus - AM -		26.000.000	26.000.000	0	0	0	0	0,00	7		0			0,00		0	0	0	0	
1392 - No Município de Campina Grande - PB		5.000.000	5.000.000	0	0	0	0	0,00	1		0			0,00		0	0	0	0	
1365 - No Município de Volta Redonda - RJ -		1.200.000	1.200.000	0	0	0	0	0,00	1		0			0,00		0	0	0	0	
Ação: 14LJ - Fortalecimento das Instituições de Defesa Civil e de Corpos de Bombeiros para Grandes Eventos																			Não possui alertas; Não possui pendências;	
Instituição equipada - unidade		1.000.000	1.000.000	0	0	0	0	0,00	1		0			0,00		0	0	0	0	
7002 - Aquisição de veículos e equipamentos		1.000.000	1.000.000	0	0	0	0	0,00	1		0			0,00		0	0	0	0	

Legenda: EFLQA - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 EFREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 ECREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)  
 ECLOA - Eficiência (Meta Física Realizada / Meta Física na LOA)

\* - - - Indicador não calculável.

\*\* - - - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

\*\*\* - - - Campo com "preenchimento opcional".

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.

Quadro 3.16 – Programa 2040

Emitido em: 01/05/2016 Por: BRUNO DE OLIVEIRA ARAGÃO												Unidade Orçamentária		Período: JAN-DEZ		Página 2 de 3		
Órgão: 53000 - Ministério da Integração Nacional																		
Unidade Orçamentária: 53101 - Ministério da Integração Nacional																		
Programa: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres																		
Projeto (unidade)	Localizador - Data da Aportação	Financeiro (R\$ 1.00)						Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.			
		Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (e/b)	Meta LOA (g)	Reprogramado (h)	Realizado (i)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico
												EFLOA (b/g)(e/i)*	EFREP (c/h)(e/i)*	ECLOA (i/g)*	ECREP (i/h)*	Pago Exercício	Inscrito Liquidado	Realizado
Ação: 14RL - Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais												Não possui alertas; Não possui pendências.						
Projeto apoiado - unidade		288.019.992	111.719.992	0	56.133.000	39.164.132	35.164.132	35,06	23		20	296,57		86,96		0	0	19
0001 - Nacional - 01/01/16		176.950.764	39.950.764	0	30.733.000	16.817.629	16.817.629	42,18	23		20	296,57		86,96		8.610.100	75.948.248	10
0216 - No Município de Marabá - PA - 01/01/16		2.500.000	2.500.000	0	0	0	0	0,00	1		0			0,00		0	0	0
4942 - No Município de Mampituba - RS -		700.000	700.000	0	0	0	0	0,00	1		0			0,00		0	0	0
6023 - Na Bacia do Rio Itajaí Mirim - 01/01/16		54.000.000	28.200.000	0	25.400.000	22.348.504	18.346.504	79,24	25		41	286,96		104,00		0	21.521.791	0
6024 - Na Bacia do Rio Paraíba do Sul -		13.500.000	0	0	0	0	0	0,00	15		0			0,00		0	2.000.000	0
7000 - Desassoreamento e Recuperação da		26.000.000	20.000.000	0	0	0	0	0,00	1		0			0,00		0	0	0
7002 - Sistema de Drenagem Urbana no Canal		20.369.228	20.369.228	0	0	0	0	0,00	1		0			0,00		0	0	0
Ação: 14UX - Ampliação e Modernização do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD												Não possui alertas; Não possui pendências.						
Centro modernizado - percentual de execução		26.632.266	21.305.808	0	567.917	412.620	412.620	1,94	42		23	2.827,65		54,76		2.917.489	2.191.272	25
5664 - Em Brasília - DF - 31/12/16		26.632.266	21.305.808	0	567.917	412.620	412.620	1,94	42		23	2.827,65		54,76		2.917.489	2.191.272	25
Ação: 29R2 - Mapeamento de áreas de riscos												Não possui alertas; Não possui pendências.						
Município beneficiado - unidade		23.382.800	20.153.092	0	0	0	0	0,00	212		0			0,00		5.779.535	7.102.692	238
0001 - Nacional - 31/12/16		23.382.800	20.153.092	0	0	0	0	0,00	212		0			0,00		5.779.535	7.102.692	238
Ação: 8172 - Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil												Não possui alertas; Não possui pendências.						
Entidade apoiada - unidade		31.796.700	31.769.004	0	3.580.113	118.186	0	0,37	1		222	262.910.022,31		22.200,00		0	0	2.910
0001 - Nacional - 31/12/16		11.796.700	11.769.004	0	3.580.113	118.186	0	1,00	1		222	262.910.022,31		22.200,00		0	829.126	2.910
7002 - Preparação e orientação de		20.000.000	20.000.000	0	0	0	0	0,00	1		0			0,00		0	0	0

Legenda: EFLOA - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 EFREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 ECREP - Eficácia em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)  
 ECLOA - Eficácia (Meta Física Realizada / Meta Física na LOA)

\* - - Indicador não calculável.

\*\*\* - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

\*\*\*\* - Campo com 'preenchimento opcional'.

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.

Quadro 3.17 - Programa 2040

Emitido em: 01/06/2016 Por: BRUNO DE OLIVEIRA ARAGÃO													Unidade Orçamentária		Período: JAN-DEZ		Página 3 de 3				
Órgão: 53009 - Ministério da Integração Nacional																					
Unidade Orçamentária: 53101 - Ministério da Integração Nacional																					
Programa: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres																					
Produto (Unidade)	Financeiro (R\$ 1,00)							Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.						
	Localizador - Data de Apeção	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (e/b)	Meta LOA (g)	Reprogramado (h)	Realizado (i)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico			
Plano Orçamentário												EFLQA (b/g)(a) *	EFREP (c/h)(e) **	ECLQA (i/g) *	ECREP (i/h) **	Pago Exercício	Inscrito Liquidado	Realizado			
Ação: 0348 - Apoio a Obras Preventivas de Desastres																	Não possui alertas; Não possui pendências;				
Projeto apoiado - unidade	162.916.666	162.583.254	0	1.862.137	0	0	0,00	12		0						0	0	28			
0001 - Nacional - 31/12/16	21.000.000	21.000.000	0	0	0	0	0,00	12		0						0	0	28			
0025 - No Estado da Paraíba - 31/12/16	1.000.000	1.000.000	0	0	0	0	0,00	40		0						0	0	0			
0029 - No Estado da Bahia - 31/12/16	4.100.000	4.100.000	0	1.409.750	0	0	0,00	9		0						0	0	0			
0052 - No Estado de Goiás - 31/12/16	600.000	286.588	0	0	0	0	0,00	3		0						0	0	0			
1719 - No Município de São Lourenço da Mata	500.000	500.000	0	0	0	0	0,00	1		0						0	0	0			
1840 - No Município de São Miguel dos	42.000.000	42.000.000	0	0	0	0	0,00	2		0						0	0	0			
2279 - No Município de São Félix - BA -	790.000	790.000	0	0	0	0	0,00	1		0						0	0	0			
3309 - No Município de Laje do Muriaé - RJ -	350.000	350.000	0	0	0	0	0,00	1		0						0	0	0			
4311 - No Município de Reserva - PR -	500.000	500.000	0	0	0	0	0,00	1		0						0	0	0			
7032 - na Região Metropolitana do Recife - No	46.000.000	46.000.000	0	0	0	0	0,00	6		0						0	0	0			
7034 - Na Região Metropolitana do Vale do	10.666.666	10.666.666	0	0	0	0	0,00	20		0						0	0	0			
7038 - Obras de proteção das estruturas de	500.000	500.000	0	362.387	0	0	0,00	1		0						0	0	0			
7040 - Desassoreamento do Rio Taboão - No	35.000.000	35.000.000	0	0	0	0	0,00	2		0						0	0	0			

Legenda: EFLQA - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 EFREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 ECREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)  
 ECLQA - Eficácia (Meta Física Realizada / Meta Física na LOA)

\* - \* - Indicador não calculável.

\*\* - \* - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

\*\*\* - \* - Campo com "preenchimento opcional".

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.

✓ *Análise Situacional / Programa 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres (DOH)*

**Construção da Barragem Serro Azul / PE**

O empreendimento consiste na implantação de barragem no Rio Una, como parte do Sistema Integrado de Controle de Enchentes da Bacia do Una, visando controle e minimização de enchentes e inundações. O sistema abrange 28 municípios da Mata Sul Pernambucana, beneficiando 135 mil habitantes. Foram necessárias modificações significativas na barragem devido às condições do solo. A barragem de CCR teve que ser alterada para barragem mista. Foram executados cerca de 85% da obra e sua conclusão esta prevista para 2016.

**14RL - Realização de Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais;**

Os projetos e obras abrangidos nessa ação são: Barragem Igarapeba e Barragem Guabiraba em Pernambuco; Barragem Oeste e Barragem Sul, Implantação de obras e melhoramentos no canal do rio Itajaí Mirim e instalação de comportas de regulação no rio Itajaí Mirim, em Itajaí; Construção de 3 barragens de contenção de cheias nos Rios Tributários Taió, Perimbó e Braço do Trombudo, em Rio do Sul-SC; elaboração de Estudos Ambientais e Socioambientais na Bacia do Rio Itajaí, no Estado de Santa Catarina.

- Barragem Guabiraba/PE teve uma execução física de 22% até 2014.
- Barragem Igarapeba/PE até dezembro de 2015 teve um avanço de 32%.
- Sobre-elevação das barragens Oeste e Sul: está em andamento, Barragem Oeste 88%, Barragem Sul 90% de execução.
- Implantação de obras e melhoramentos no canal do rio Itajaí Mirim e instalação de comportas de regulação no rio Itajaí Mirim, em Itajaí: os Projetos já foram concluídos. Início das obras depende da avaliação e diligência por parte do comitê do PAC (CGPAC) sobre a possibilidade de permitir a execução integral do objeto.
- Construção de 3 barragens de contenção de cheias nos Rios Tributários Taió, Perimbó e Braço do Trombudo, em Rio do Sul: Estado informou que após estudos, uma das barragens foi considerada inviável devido o alto custo para baixo volume de reservação. Desta forma, seriam executadas somente 2 das 3 barragens previstas. DOH se manifestou por meio de Despacho e foi enviado Ofício nº 378/SIH/MI ao Estado em 08/12/2015 solicitando documentação técnica e justificativas. Previsão de término 2016
- Estudos Ambientais e Socioambientais na Bacia do Rio Itajaí: em execução, com previsão de conclusão em agosto de 2016.
- Plano Diretor das Bacias dos rios Mearim e Bacanga/MA, com previsão de conclusão em 2015.
- Elaboração de Estudos na porção mineira ds bacia do Rio Doce/MG, com previsão de conclusão em 2015.

**Análise das Obras de Macrodrenagem**

127C - Drenagem da Bacia do Rio Paratibe: Implantação de obras de macrodrenagem compostas por revitalização do Rio Limoeiro, canalização dos córregos na av. "F" e da rua Araxá, revestimento do canal das Tintas e desassoreamento do Rio Paratibe, visando controle e minimização de enchentes e inundações. Abrange o município de Paulista e beneficia 100 mil habitantes. Término previsto para 2016. Execução física 60%

# Programa 2051 - OFERTA DE ÁGUA (DOH)

## Quadro 3.18 – PROGRAMA 2051

Emitido em: 01/06/2016 Por: BRUNO DE OLIVEIRA ARAGÃO

Unidade Orçamentária

Período: JAN-DEZ

Página 1 de 11

Órgão: 53000 - Ministério da Integração Nacional

Unidade Orçamentária: 53101 - Ministério da Integração Nacional

Programa: 2051 - Oferta de Água

Produto (Unidade)	Financeiro (R\$ 1,00)							Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.			
	Localizador - Data da Operação	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (g/h)	Meta LOA (g)	Reprogramado (h)	Realizado (i)	Eficiência		Eficácia		Físico		
												EFLOA (b/g/e/g)	EFREP (c/h/e/h)	ECLOA (d/g)	ECREP (d/h)	Pago Exercício	Inscrito Liquidado	Realizado
Ação: 109H - Construção de Barragens																		
Obra executada - unidade																		
	83.000.000	83.000.000	0	800.000	0	0	0	0,00	1		0						0	
1720 - No Município de São Vicente Ferrer -	1.000.000	1.000.000	0	800.000	0	0	0	0,00	1		0						0	
7000 - Construção da Barragem Engenho	50.000.000	50.000.000	0	0	0	0	0	0,00	10		0						0	
7010 - Construção de Barragem na Bacia	16.000.000	16.000.000	0	0	0	0	0	0,00	15		0						0	
7014 - Construção de Barragens para	16.000.000	16.000.000	0	0	0	0	0	0,00	26		0						0	
Ação: 109I - Construção de Açudes																		
Obra executada - unidade																		
	2.300.000	2.300.000	0	0	0	0	0	0,00	1		0						0	
9023 - No Estado do Ceará - 01/01/16	1.000.000	1.000.000	0	0	0	0	0	0,00	1		0						0	
9025 - No Estado da Paraíba - 01/01/16	1.300.000	1.300.000	0	0	0	0	0	0,00	12		0						0	
Ação: 10CT - Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano																		
Obra executada - percentual de execução																		
	261.000.000	158.800.000	0	135.748.131	83.627.836	83.627.836	52,66	14			6	81,38		42,86		224.262.526	228.062.217	17
9027 - No Estado de Alagoas - 01/01/16	261.000.000	158.800.000	0	135.748.131	83.627.836	83.627.836	52,66	14			6	81,38		42,86		224.262.526	228.062.217	17
Ação: 10E9 - Implantação da Adutora Gavão-Pecém no Estado do Ceará																		
Obra executada - percentual de execução																		
	100.000	100.000	0	0	0	0	0	0,00	1		0						0	
9023 - No Estado do Ceará - 01/01/16	100.000	100.000	0	0	0	0	0	0,00	1		0						0	
Ação: 10F6 - Implantação da Adutora do Agreste no Estado de Pernambuco																		
Obra executada - percentual de execução																		
	180.000.000	125.000.000	0	10.000.000	0	0	0	0,00	19		0					64.569.216	64.569.216	6
9020 - Na Região Nordeste - 01/01/16	180.000.000	125.000.000	0	10.000.000	0	0	0	0,00	19		0					64.569.216	64.569.216	6
Ação: 19GM - Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica																		
Estado realizado - unidade																		
	9.000.000	0	0	0	0	0	0		5		0					1.000.000	1.840.083	0
9001 - Nacional - 01/01/16	9.000.000	0	0	0	0	0	0		5		0					1.000.000	1.840.083	0

Legenda: EFLOA - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 EFREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 ECREP - Eficácia em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)  
 ECLOA - Eficácia (Meta Física Realizada / Meta Física na LOA)

\* - Indicador não calculável.

\*\* - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

\*\*\* - Campo com "preenchimento opcional".

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.

Quadro 3.19 – PROGRAMA 2051

Emitted em: 01/05/2016 Por: BRUNO DE OLIVEIRA ARAGÃO											Unidade Orçamentária		Período: JAN-DEZ		Página 2 de 11							
Orgão: 53000 - Ministério da Integração Nacional																						
Unidade Orçamentária: 53101 - Ministério da Integração Nacional																						
Programa: 2051 - Obra de Água																						
Projeto (Unidade)	Localidade - Data da Operação	Financeiro (R\$ 1.00)							Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc						
		Dotação Inicial (A)	Dotação Atual (B)	Reprogramado Financeiro (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Pago (F)	Execução (%) (G/H)	Meta LOA (I)	Reprogramado (J)	Realizado (K)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico				
												EFLQA (Brasil)*	EFREP (Brasil)*	ECLQA (I)*	ECREP (I)*	Pago Exercido	Recursos Liquidados	Realizado				
Ação: 11NF - Implantação de Sistema Adutor de Jacobina com 65 km no Estado da Bahia																		Não possui alertas. Não possui pendências.				
Obra executada - percentual de execução		120.000	0	0	0	0	0	1	0	0					0,00		0	0	0			
0020 - No Estado da Bahia - 01/01/16		120.000	0	0	0	0	0	1	0	0					0,00		0	0	0			
Ação: 124L - Construção da Barragem Arvorezinha no Estado do Rio Grande do Sul, no Município de Bagé - RS																		Não possui alertas. Não possui pendências.				
Obra executada - percentual de execução		100.000	0	0	0	0	0	1	0	0					0,00		0	0	0			
0043 - No Estado do Rio Grande do Sul -		100.000	0	0	0	0	0	1	0	0					0,00		0	0	0			
Ação: 12EP - Integração do Rio São Francisco com as Barras do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)																		Não possui alertas. Não possui pendências.				
Projeto executado - percentual de execução		206.130.235	348.958.235	0	347.058.229	160.695.240	168.689.091	48,63	0	4	162,62				50,00		382.231.191	411.651.032	0			
0020 - Na Região Nordeste - 31/12/16		206.130.235	348.958.235	0	347.058.229	160.695.240	168.689.091	48,63	0	4	162,62				50,00		382.231.191	411.651.032	0			
Ação: 1204 - Implantação da Adutora Chapecozinho com 57 km no Estado de Santa Catarina																		Não possui alertas. Não possui pendências.				
Adutora implantada - quilômetros		36.000.000	0.000.000	0	0	0	0	0,00	22	0					0,00		0	10.000.000	0			
0042 - No Estado de Santa Catarina - 01/01/16		36.000.000	0.000.000	0	0	0	0	0,00	22	0					0,00		0	10.000.000	0			
Ação: 1206 - Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco																		Não possui alertas. Não possui pendências.				
Barragem recuperada - unidade		18.000.000	14.400.000	0	9.391.827	5.389.958	2.798.137	37,43	10	1	26,72				10,00		4.396.738	4.396.738	1			
0020 - Na Região Nordeste - 31/12/16		18.000.000	14.400.000	0	9.391.827	5.389.958	2.798.137	37,43	10	1	26,72				10,00		4.396.738	4.396.738	1			
Ação: 1257 - Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea com 112,5 km no Estado da Paraíba																		Não possui alertas. Não possui pendências.				
Obra executada - percentual de execução		180.000.000	77.958.120	0	0	0	0	0,00	26	0					0,00		67.518.438	190.000.440	13			
0025 - No Estado da Paraíba - 01/01/16		180.000.000	77.958.120	0	0	0	0	0,00	26	0					0,00		67.518.438	190.000.440	13			
Ação: 1495 - Implantação do Sistema Adutor Nova Camará no Estado da Paraíba																		Não possui alertas. Não possui pendências.				
Obra executada - percentual de execução		5.544.000	12.584.880	0	10.104.316	10.104.316	10.104.316	74,38	0	10	100,00				125,00		0	12.318.380	0			
0025 - No Estado da Paraíba - 01/01/16		5.544.000	12.584.880	0	10.104.316	10.104.316	10.104.316	74,38	0	10	100,00				125,00		0	12.318.380	0			

Legenda: EFLQA - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 EFREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 ECREP - Eficácia em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)  
 ECLQA - Eficácia (Meta Física Realizada / Meta Física na LOA)

\* - - Indicador não calculável.

\*\* - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

\*\*\* - Campo com 'preenchimento opcional'.

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.

Quadro 3.20 – PROGRAMA 2051

Emitido em: 01/06/2016 Por: BRUNO DE OLIVEIRA ARAGÃO										Unidade Orçamentária		Período: JAN-DEZ		Página 3 de 11				
Órgão: 53000 - Ministério da Integração Nacional																		
Unidade Orçamentária: 53101 - Ministério da Integração Nacional																		
Programa: 2051 - Oferta de Água																		
Produto (Unidade)	Localizador - Data da Aproximação	Financeiro (R\$ 1.00)						Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.			
		Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (g/h)	Meta LOA (i)	Reprogramado (j)	Realizado (l)	Eficiência		Eficácia		Pág. Exercício	Inscritas Líquidas	Físico Realizado
												EFLDA (b/g/w)/	EFREP (c/h/w)/	ECLDA (i/g)/	ECREP (j/l)/			
Ação: 14RN - Implantação da Barragem Germinai no Estado do Ceará																		
Obra executada - percentual de execução																		
0023 - No Estado do Ceará - 01/01/16																		
Ação: 14RP - Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hidricas																		
Infraestrutura recuperada - unidade																		
0001 - Nacional - 01/01/16																		
Ação: 14RQ - Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Congo - Etapa III - no Estado da Paraíba																		
Obra executada - percentual de execução																		
0025 - No Estado da Paraíba - 01/01/16																		
Ação: 14RR - Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Minador do Negão, Estrada de Alagoas e Igaci no Estado de Alagoas																		
Obra executada - percentual de execução																		
0027 - No Estado de Alagoas - 01/01/16																		
Ação: 14RS - Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Natividade - no Estado da Paraíba																		
Obra executada - percentual de execução																		
0025 - No Estado da Paraíba - 01/01/16																		
Ação: 14RU - Recuperação e Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Baía Leiteira no Estado de Alagoas																		
Obra executada - percentual de execução																		
0027 - No Estado de Alagoas - 01/01/16																		
Ação: 14RV - Ampliação da Adutora da Barragem Pau Ferro à Barragem São Jacques no Estado de Pernambuco																		
Obra executada - percentual de execução																		
0026 - No Estado de Pernambuco - 01/01/16																		

Legenda: EFLDA - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 EFREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 ECREP - Eficácia em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)  
 ECLDA - Eficácia (Meta Física Realizada / Meta Física na LOA)

\* - \* - Indicador não calculável.

\*\* - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

\*\*\* - Campo com "preenchimento opcional".

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAR.

Quadro 3.21 – Programa 2051

Emissão em: 01/06/2016 Por: BRUNO DE OLIVEIRA ARAGÃO								Unidade Orçamentária			Período: JAN-DEZ		Página 4 de 11					
Órgão: 53000 - Ministério da Integração Nacional																		
Unidade Orçamentária: 53101 - Ministério da Integração Nacional																		
Programa: 2051 - Oferta de Água																		
Produto (Unidade)	Financeiro (R\$ 1.00)							Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.			
	Localizador - Data da Aproximação	Dotação Inicial (A)	Dotação Atual (B)	Reprogramado Financeiro (C)	Empenhado (D)	Liquidade (E)	Pago (F)	Execução (%) (G/H)	Meta LOA (I)	Reprogramado (J)	Realizado (K)	Eficiência		Eficiência		Financeiro		Físico
												EFLDA (L/M)*	EFREP (N/O)*	ECLDA (P/Q)*	ECREP (R/S)*	Pago Exercício	Resumo Líquido	
Ação 1406 - Recuperação e Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Oito D'Água do Casado e Piauí no Estado de Alagoas													Não possui alertas; Não possui pendências;					
Obra executada - percentual de execução	100.000	100.000	0	0	0	0	0,00	2	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0
0027 - No Estado de Alagoas - 01/01/16	100.000	100.000	0	0	0	0	0,00	2	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0
Ação 1407 - Implantação de Barragem e do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Riogres no Estado do Piauí													Não possui alertas; Não possui pendências;					
Obra executada - percentual de execução	4.500.000	4.500.000	0	120.000	0	0	0,00	3	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0
0022 - No Estado do Piauí - 01/01/16	4.500.000	4.500.000	0	120.000	0	0	0,00	3	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0
Ação 1402 - Ampliação da Adutora Rodoleno no Estado de Pernambuco													Não possui alertas; Não possui pendências;					
Obra executada - percentual de execução	500.000	500.000	0	0	0	0	0,00	5	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	2.526.513	0	0
0026 - No Estado de Pernambuco - 01/01/16	500.000	500.000	0	0	0	0	0,00	5	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	2.526.513	0	0
Ação 1408 - Recuperação da Adutora do Garinho no Estado do Piauí													Possui alertas; Não possui pendências;					
Obra executada - percentual de execução	900.000	900.000	0	0	0	0	0,00	23	0	0	0	0,00	0,00	0,00	7.724	180.800	0	0
0022 - No Estado do Piauí - 01/01/16	900.000	900.000	0	0	0	0	0,00	23	0	0	0	0,00	0,00	0,00	7.724	180.800	0	0
Ação 1405 - Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Alto Sertão no Estado de Sergipe													Não possui alertas; Não possui pendências;					
Obra executada - percentual de execução	14.652.000	22.221.600	0	4.000.000	0	0	0,00	9	0	0	0	0,00	0,00	0,00	11.250.000	12.937.900	25	25
0028 - No Estado de Sergipe - 01/01/16	14.652.000	22.221.600	0	4.000.000	0	0	0,00	9	0	0	0	0,00	0,00	0,00	11.250.000	12.937.900	25	25
Ação 1404 - Implantação do Sistema Adutor Itamar Campo Grande no Estado do Rio Grande do Norte													Não possui alertas; Não possui pendências;					
Obra executada - percentual de execução	4.891.000	4.891.000	0	140.000	0	0	0,00	70	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	1.340.000	0	0
0024 - No Estado do Rio Grande do Norte -	4.891.000	4.891.000	0	140.000	0	0	0,00	70	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	1.340.000	0	0
Ação 1407 - Implantação da Adutora Infernas no Estado de Pernambuco													Não possui alertas; Não possui pendências;					
Obra executada - percentual de execução	500.000	500.000	0	0	0	0	0,00	10	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0
0026 - No Estado de Pernambuco - 01/01/16	500.000	500.000	0	0	0	0	0,00	10	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0

Legenda: EFLDA - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 EFREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 ECREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)  
 ECLDA - Eficiência (Meta Física Realizada / Meta Física na LOA)

\* - \* - Indicador não calculável

\*\* - \* - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

\*\*\* - \* - Campo com "preenchimento opcional".

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.

Quadro 3.22 – PROGAMA 2051

Emitido em: 01/06/2016 Por: BRUNO DE OLIVEIRA ARAGÃO													Unidade Orçamentária		Período: JAN-DEZ		Página 5 de 11	
Órgão: 53000 - Ministério da Integração Nacional																		
Unidade Orçamentária: 53101 - Ministério da Integração Nacional																		
Programa: 2051 - Obra de Água																		
Produto (Instituição)	Financeiro (R\$ 1,00)						Físico			Indicadores (%)				RAP do Proc.				
	Localizador - Data da Apropriação	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramação Financeira (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (g/h)	Meta LOA (i)	Reprogramado (j)	Realizado (l)	Eficiência		Efetividade		Financeiro		Físico
Plano Orçamentário											EFLOA (b/g)(e)(i)	EFREP (c/h)(e)(i)	ECLOA (d/g)	ECREP (d/h)	Pago Exercício	Inscrito Liquidado	Realizado	
Ação: 1458 - Implantação da Adutora Santa Cruz da Barra Verde no Estado de Pernambuco																	Não possui alertas; Não possui pendências;	
Obra executada - percentual de execução	800.000	800.000	0	120.000	0	0	0,00	12		0				0,00	0	3.487.308	0	
0026 - No Estado de Pernambuco - 01/01/16	800.000	800.000	0	120.000	0	0	0,00	12		0				0,00	0	3.487.308	0	
Ação: 1459 - Implantação da Adutora de Alto Santo no Estado de Ceará																	Possui alertas; Não possui pendências;	
Obra executada - percentual de execução	2.952.000	2.952.000	0	0	0	0	0,00	23		0				0,00	1.213.704	1.213.704	0	
0023 - No Estado do Ceará - 01/01/16	2.952.000	2.952.000	0	0	0	0	0,00	23		0				0,00	1.213.704	1.213.704	0	
Ação: 145B - Implantação da Adutora Tabocas-Poco Fundo no Estado de Pernambuco																	Não possui alertas; Não possui pendências;	
Obra executada - percentual de execução	1.710.000	1.710.000	0	0	0	0	0,00	8		0				0,00	0	14.000.000	0	
0026 - No Estado de Pernambuco - 01/01/16	1.710.000	1.710.000	0	0	0	0	0,00	8		0				0,00	0	14.000.000	0	
Ação: 145C - Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Sertaneja no Estado de Sergipe																	Não possui alertas; Não possui pendências;	
Obra executada - percentual de execução	1.170.000	1.170.000	0	0	0	0	0,00	10		0				0,00	0	3.192.353	0	
0028 - No Estado de Sergipe - 01/01/16	1.170.000	1.170.000	0	0	0	0	0,00	10		0				0,00	0	3.192.353	0	
Ação: 145D - Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Tomar do Oeste no Estado de Sergipe																	Não possui alertas; Não possui pendências;	
Obra executada - percentual de execução	16.203.000	13.010.400	0	3.000.000	0	0	0,00	42		0				0,00	10.176.670	10.176.670	0	
0028 - No Estado de Sergipe - 01/01/16	16.203.000	13.010.400	0	3.000.000	0	0	0,00	42		0				0,00	10.176.670	10.176.670	0	
Ação: 145E - Ampliação do Sistema de Produção de Água de Calendó no Estado de Pernambuco																	Não possui alertas; Não possui pendências;	
Obra executada - percentual de execução	100.000	100.000	0	0	0	0	0,00	7		0				0,00	0	0	0	
0026 - No Estado de Pernambuco - 01/01/16	100.000	100.000	0	0	0	0	0,00	7		0				0,00	0	0	0	
Ação: 145O - Ampliação da Barragem de Mato Verde no Estado de Minas Gerais																	Não possui alertas; Não possui pendências;	
Obra executada - percentual de execução	4.500.000	4.500.000	0	0	0	0	0,00	10		0				0,00	0	8.400.000	0	
0031 - No Estado de Minas Gerais - 01/01/16	4.500.000	4.500.000	0	0	0	0	0,00	10		0				0,00	0	8.400.000	0	

Legenda: EFLOA - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 EFREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 ECREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)  
 ECLOA - Eficiência (Meta Física Realizada / Meta Física na LOA)

\* - - - Indicador não calculável.

\*\* - - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

\*\*\* - - Campo com 'preenchimento opcional'.

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.

Quadro 3.23 – programa 2051

Emissão em: 01/06/2016 Por: BRUNO DE OLIVEIRA ARAGÃO													Unidade Orçamentária		Período: JAN-DEZ		Página 6 de 11	
Órgão: 53000 - Ministério da Integração Nacional													Unidade Orçamentária: 53101 - Ministério da Integração Nacional		Programa: 2051 - Oferta de Água			
Produto (Unidade)	Financeiro (R\$ 1,00)						Físico			Indicadores (%)				SAFI não Proc.				
	Localizador - Data da Apropriação	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (g/h)	Meta LOA (g)	Reprogramado (h)	Realizado (i)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico
												EFLQA (b/g)(e)(f)*	EFREP (c/h)(e)(f)*	ECLQA (i/g)*	ECREP (i/h)*	Pago Exercício	Inscrito Líquido	Realizado
Ação 145H - Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água do Oeste no Estado de Pernambuco																	Não possui alertas; Não possui pendências;	
Obra executada - percentual de execução	7.335.000	7.335.000	0	0	0	0	0,00	0		0						2.000.000	29.143.164	2
0026 - No Estado de Pernambuco - 01/01/16	7.335.000	7.335.000	0	0	0	0	0,00	0		0						2.000.000	29.143.164	2
Ação 145K - Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Itaba Tupanatinga no Estado de Pernambuco																	Não possui alertas; Não possui pendências;	
Obra executada - percentual de execução	100.000	100.000	0	0	0	0	0,00	0		0						0	0	0
0026 - No Estado de Pernambuco - 01/01/16	100.000	100.000	0	0	0	0	0,00	0		0						0	0	0
Ação 145L - Recuperação da Adutora Amaral no Estado de Pernambuco																	Não possui alertas; Não possui pendências;	
Obra executada - percentual de execução	100.000	100.000	0	100.000	0	0	0,00	4		0						0	0	0
0026 - No Estado de Pernambuco - 01/01/16	100.000	100.000	0	100.000	0	0	0,00	4		0						0	0	0
Ação 145P - Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Boqueirão no Estado da Paraíba																	Não possui alertas; Não possui pendências;	
Obra executada - percentual de execução	100.000	100.000	0	0	0	0	0,00	5		0						0	0	0
0025 - No Estado da Paraíba	100.000	100.000	0	0	0	0	0,00	5		0						0	0	0
Ação 145R - Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água para Comunidades Vizinhas do Eixo das Águas no Estado do Ceará																	Não possui alertas; Não possui pendências;	
Obra executada - percentual de execução	100.000	100.000	0	0	0	0	0,00	3		0						0	0	0
0023 - No Estado do Ceará - 01/01/16	100.000	100.000	0	0	0	0	0,00	3		0						0	0	0
Ação 145S - Implantação do Sistema Adutor Padre Lira no Estado do Piauí																	Não possui alertas; Não possui pendências;	
Obra executada - percentual de execução	5.400.000	5.400.000	0	0	0	0	0,00	21		0						4.000.224	4.090.224	2
0022 - No Estado do Piauí - 01/01/16	5.400.000	5.400.000	0	0	0	0	0,00	21		0						4.000.224	4.090.224	2
Ação 145T - Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Bocaina-Piauí II no Estado do Piauí																	Não possui alertas; Não possui pendências;	
Obra executada - percentual de execução	10.000.000	23.400.000	0	0.000.000	0	0	0,00	21		0						8.150.000	10.834.020	0
0022 - No Estado do Piauí - 01/01/16	10.000.000	23.400.000	0	0.000.000	0	0	0,00	21		0						8.150.000	10.834.020	0

Legenda: EFLQA - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 EFREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 ECREP - Eficácia em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)  
 ECLQA - Eficácia (Meta Física Realizada / Meta Física na LOA)

\* - \* - Indicador não calculável.  
 \*\*\* - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.  
 \*\* - Campo com "preenchimento opcional".  
 - Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SAFI.

Quadro 3.24 – programa 2051

Entidade em: 01/05/2016 Por: BRUNO DE OLIVEIRA ARAGÃO										Unidade Orçamentária		Período: JAN-DEZ		Página 7 de 11											
Órgão: 53000 - Ministério da Integração Nacional																									
Unidade Orçamentária: 53101 - Ministério da Integração Nacional																									
Programa: 2051 - Oferta de Água																									
Produto (Unidade)	Financeiro (R\$ 1.00)							Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.										
	Localizador - Data da Apropriação	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (g) (h)	Meta LQA (i)	Reprogramado (j)	Realizado (k)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico							
												EFLOA (l) (m) (n)	EFREP (o) (p) (q)	ECLOA (r) (s)	ECREP (t) (u) (v)	Pago Exercício	Inscrito Liquidado		Realizado						
Ação: 148V - Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Camaleão no Estado da Paraíba														Possui alertas; Não possui pendências.											
Obra executada - percentual de execução										6.300.000	6.300.000	0	0	0	0	0,00	25	0	0			0,00	1.200.000	8.498.700	0
0025 - No Estado da Paraíba - 01/01/16										6.300.000	6.300.000	0	0	0	0	0,00	25	0	0			0,00	1.200.000	8.498.700	0
Ação: 14VJ - Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água														Não possui alertas; Não possui pendências.											
Obra executada - unidade										223.657.900	122.784.560	0	51.735.944	19.633.777	19.633.777	15,99	24	0	208,42		33,33		65.907.415	120.488.964	29
0001 - Nacional - 01/01/16										223.657.900	122.784.560	0	51.735.944	19.633.777	19.633.777	15,99	24	0	208,42		33,33		65.907.415	120.488.964	29
Ação: 14VJ - Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Boqueira (Zabumbá), no Estado da Bahia														Não possui alertas; Não possui pendências.											
Obra executada - percentual de execução										27.567.000	1.567.000	0	0	0	0	0,00	10	0	0		0,00	0	0	0	
0029 - No Estado da Bahia - 01/01/16										27.567.000	1.567.000	0	0	0	0	0,00	10	0	0		0,00	0	0	0	0
Ação: 14VK - Recuperação da adutora de água bruta Hidrolândia-Irajá, com extensão de 11 km, no Estado do Ceará														Não possui alertas; Não possui pendências.											
Obra executada - percentual de execução										100.000	100.000	0	0	0	0	0,00	2	0	0		0,00	0	50.272	0	
0023 - No Estado do Ceará - 01/01/16										100.000	100.000	0	0	0	0	0,00	2	0	0		0,00	0	50.272	0	
Ação: 14VL - Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Pendências, Macaé, Guamaré e Barra do Meio, no Estado do Rio Grande do Norte														Não possui alertas; Não possui pendências.											
Obra executada - percentual de execução										0.000.000	0.000.000	0	0	0	0	0,00	35	0	0		0,00	3.945.599	9.500.000	30	
0024 - No Estado do Rio Grande do Norte										0.000.000	0.000.000	0	0	0	0	0,00	35	0	0		0,00	3.945.599	9.500.000	30	
Ação: 15ZD - Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano														Não possui alertas; Não possui pendências.											
Obra executada - percentual de execução										31.500.000	26.490.999	0	8.130.327	1.532.982	1.532.982	5,78	3	1	576,37		33,33		711.816	1.234.427	1
0026 - No Estado de Pernambuco - 31/12/16										31.500.000	26.490.999	0	8.130.327	1.532.982	1.532.982	5,78	3	1	576,37		33,33		711.816	1.234.427	1
Ação: 15ZE - Construção do Sistema Adutor Ramal do Entrecoitos, no Estado de Pernambuco														Não possui alertas; Não possui pendências.											
Obra executada - percentual de execução										21.600.000	5.680.000	0	0	0	0	0,00	6	0	0		0,00		1.807.732	4.320.468	1
0026 - No Estado de Pernambuco - 31/12/16										21.600.000	5.680.000	0	0	0	0	0,00	6	0	0		0,00		1.807.732	4.320.468	1

Legenda: EFLOA - Eficiência em relação à meta na LQA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LQA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 EFREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 ECREP - Eficácia em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)  
 ECLOA - Eficácia (Meta Física Realizada / Meta Física na LQA)

\* - \* - Indicador não calculável.

\*\* - \* - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

\*\*\* - \* - Campo com "preenchimento opcional".

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do OIAFI.

Quadro 3.25 – programa 2051

Entidade em: 01/06/2016 Por: BRUNO DE OLIVEIRA ARAÇÃO											Unidade Orçamentária		Período: JAN-DEZ		Página 8 de 11				
Órgão: 53000 - Ministério da Integração Nacional																			
Unidade Orçamentária: 53101 - Ministério da Integração Nacional																			
Programa: 2051 - Obra de Água																			
Projeto (Unidade)		Financeiro (R\$ 1.00)						Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.				
Localizador - Data da Apropriação		Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (g/h)	Meta LOA (i)	Reprogramado (j)	Realizado (k)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico	
Plano Orçamentário												EFLDA (l/m)***	EFREP (n/otw)**	ECLDA (p)†	ECREP (q)†	Pago Exercício	Reserva Lapidada	Realizado	
Ação: 152F - Construção do Sistema Adutor Rural do Apodi											Não possui alertas. Não possui pendências.								
Obra executada - percentual de execução		13.500.000	0	0	0	0	0	0	3		0			0,00		0	5.846.894	0	
0028 - Na Região Nordeste - 31/12/16		13.500.000	0	0	0	0	0	0	3		0			0,00		0	5.846.894	0	
Ação: 154Q - Construção do Sistema Adutor Rural do Saigado											Não possui alertas. Não possui pendências.								
Canal construído - percentual de execução		10.000.000	0	0	0	0	0	0	0		0			0,00		0	0	0	
0028 - Na Região Nordeste - 31/12/16		10.000.000	0	0	0	0	0	0	0		0			0,00		0	0	0	

Legenda: EFLDA -- Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 EFREP -- Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 ECREP -- Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)  
 ECLDA -- Eficiência (Meta Física Realizada / Meta Física na LOA)

\* - \* - Indicador não calculável.

\*\* - \* - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

\*\*\* - \* - Campo com preenchimento opcional.

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.

Quadro 3.26 – programa 2051

Produto (Unidade)		Financeiro (R\$ 1.00)						Físico			Indicadores (%)				BIAPI do Pro.				
Localizador - Data de Apreciação	Plano Orçamentário	Dotação Inicial (a)	Dotação Atual (b)	Reprogramado Financeiro (c)	Empenhado (d)	Liquidado (e)	Pago (f)	Execução (%) (g)	Meta LOA (h)	Reprogramado (i)	Realizado (j)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico	
												EFLOA (Região)*	EFREP (Região)*	ECLOA (Região)	ECREP (Região)	Pago-Empenho	Insoluto Líquido	Realizado	
Ação: 1851 - Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica												Possui alertas: Não possui pendências.							
Obra executada - unidade		216.250.073	216.850.073	0	9.707.300	0	0	0,00	5		0					0	0		
9023 - No Estado do Ceará - 01/01/16		3.300.000	3.800.000	0	2.700.000	0	0	0,00	5		0					380.000	2.500.000		
9024 - No Estado do Rio Grande do Norte -		3.000.000	3.000.000	0	995.000	0	0	0,00	10		0					0	250.000		
9025 - No Estado da Paraíba - 01/01/16		4.150.000	4.150.000	0	400.000	0	0	0,00	9		0					0	2.525.000		
9026 - No Estado de Pernambuco - 01/01/16		3.812.300	3.812.300	0	1.852.300	0	0	0,00	7		0					0	2.000.000		
9033 - No Estado do Rio de Janeiro - 01/01/16		1.000.000	1.000.000	0	0	0	0	0,00	1		0					0	0		
1031 - No Município de Cabaria - CE -		800.000	800.000	0	0	0	0	0,00	2		0					0	0		
3766 - No Município de Paratimna - SP -		800.000	800.000	0	0	0	0	0,00	1		0					0	0		
4272 - No Município de Peróta - PR - 01/01/16		250.000	250.000	0	0	0	0	0,00	10		0					0	0		
7002 - Em Municípios - No Estado da Paraíba		1.500.000	1.500.000	0	0	0	0	0,00	4		0					1.015.115	1.962.774		
7004 - em Municípios - No Estado do Ceará -		1.000.000	1.000.000	0	500.000	0	0	0,00	10		0					0	2.150.000		
7020 - Na Região Metropolitana de Cajazeiras		36.000.000	36.000.000	0	0	0	0	0,00	1		0					0	0		
7022 - Sistema Integrado de Abastecimento		40.000.000	40.000.000	0	0	0	0	0,00	50		0					0	0		
7024 - Aquisição de Equipamentos - No		50.000.000	50.000.000	0	0	0	0	0,00	30		0					0	0		
7030 - Canalização de Corrego no Bairro		500.000	500.000	0	0	0	0	0,00	1		0					0	0		
7034 - Em Municípios - No Estado do		1.000.000	1.000.000	0	250.000	0	0	0,00	4		0					0	0		
7040 - Sistema Adutor de Borborema - No		5.000.000	5.000.000	0	0	0	0	0,00	10		0					0	0		
7044 - Aquisição de Equipamentos - No		38.453.000	38.453.000	0	0	0	0	0,00	100		0					0	0		
7048 - Construção de canal de integração		21.303.771	21.303.771	0	0	0	0	0,00	1		0					0	0		
7050 - Poços Artesianos - No Estado de		600.000	600.000	0	250.000	0	0	0,00	30		0					0	0		
7052 - Implantação de sistemas de poços de		1.000.000	1.000.000	0	1.000.000	0	0	0,00	1		0					0	0		
7054 - Açude Grande de Cajazeiras - No		1.000.000	1.000.000	0	0	0	0	0,00	1		0					0	0		
7056 - Construção de Barragem Perenização		2.000.000	2.000.000	0	2.000.000	0	0	0,00	1		0					0	0		

Legenda: EFL0A - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 EFREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 ECREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)  
 ECLOA - Eficiência (Meta Física Realizada / Meta Física na LOA)

\* - - - Indicador não calculável.  
 \*\*\* - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.  
 \*\*\*\* - Campo com preenchimento opcional.  
 - Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do BIAPI.

Quadro 3.27 – programa 2051

Emitido em: 01/06/2016 Por: BRUNO DE OLIVEIRA ARAGÃO													Unidade Orçamentária		Período: JAN-DEZ		Página 10 de 11										
Órgão: 53000 - Ministério da Integração Nacional																											
Unidade Orçamentária: 53101 - Ministério da Integração Nacional																											
Programa: 2051 - Oferta de Água																											
Produto (Unidade)	Financeiro (R\$ 1,00)							Físico			Indicadores (%)				RAP não Proc.												
	Localizador - Data da Apropriação	Dotação Inicial (A)	Dotação Anual (B)	Reprogramado Financeiro (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Pago (F)	Execução (% (A/B))	Meta LOA (G)	Reprogramado (H)	Realizado (I)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico									
												EFLDA (J/K/L)*	EFREP (M/N)**	ECLDA (O/P)**	ECREP (Q/R)**	Pago Exercício	Resolvido Líquido		Realizado								
Ação 189 - Construção da Barragem Amio Tapacembo no Estado do Rio Grande do Sul																	Não possui alertas; Não possui pendências.										
Outra executada - percentual de execução													29.457.000	33.365.600	0	21.000.000	0.000.000	0.000.000	26,97	16	11	254,88	68,75	0	0	0	0
0943 - No Estado do Rio Grande do Sul -													29.457.000	33.365.600	0	21.000.000	0.000.000	0.000.000	26,97	16	11	254,88	68,75	0	0	0	0
Ação 191 - Construção da Barragem Amio Jaguarí no Estado do Rio Grande do Sul																	Não possui alertas; Não possui pendências.										
Outra executada - percentual de execução													22.500.000	18.000.000	0	10.000.000	0	0	0,00	20	0	0	0,00	2.000.000	5.000.000	22	22
0943 - No Estado do Rio Grande do Sul -													22.500.000	18.000.000	0	10.000.000	0	0	0,00	20	0	0	0,00	2.000.000	5.000.000	22	22
Ação 1944 - Construção da Barragem Rio do Salto no Estado de Santa Catarina																	Não possui alertas; Não possui pendências.										
Outra executada - percentual de execução													100.000	100.000	0	0	0	0	0,00	1	0	0	0,00	0	0	0	0
0942 - No Estado de Santa Catarina - 01/01/16													100.000	100.000	0	0	0	0	0,00	1	0	0	0,00	0	0	0	0
Ação 2094 - Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas																	Não possui alertas; Não possui pendências.										
Infraestrutura mantida - unidade													330.000	330.000	0	0	0	0	0,00	1	0	0	0,00	0	0	0	0
0942 - No Estado de Santa Catarina - 01/01/16													330.000	330.000	0	0	0	0	0,00	1	0	0	0,00	0	0	0	0
Ação 2139 - Manutenção Operacional do Projeto de Integração do Rio São Francisco																	Não possui alertas; Não possui pendências.										
Infraestrutura mantida - unidade													81.000.000	57.500.000	0	30.455.429	15.504.755	15.504.755	26,96	40	5	46,36	12,50	0	0	0	0
0928 - Na Região Nordeste - 31/12/16													81.000.000	57.500.000	0	30.455.429	15.504.755	15.504.755	26,96	40	5	46,36	12,50	0	0	0	0
Ação 3180 - Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)																	Não possui alertas; Não possui pendências.										
Projeto executado - percentual de execução													611.999.989	1.212.759.685	0	1.115.201.435	595.619.707	595.259.624	49,11	25	9	73,36	36,08	394.259.548	436.933.573	6	6
0928 - Na Região Nordeste - 31/12/16													611.999.989	1.212.759.685	0	1.115.201.435	595.619.707	595.259.624	49,11	25	9	73,36	36,08	394.259.548	436.933.573	6	6
Ação 3910 - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Aracaju no Estado de Sergipe																	Não possui alertas; Não possui pendências.										
Outra executada - percentual de execução													3.987.900	3.987.600	0	0	0	0	0,00	3	0	0	0,00	0	0	0	0
0928 - No Estado de Sergipe - 01/01/16													3.987.900	3.987.600	0	0	0	0	0,00	3	0	0	0,00	0	0	0	0

Legenda: EFLDA - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 EFREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 ECREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)  
 ECLDA - Eficiência (Meta Física Realizada / Meta Física na LOA)

\* - - - Indicador não calculável.

\*\* - - - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

\*\*\* - - - Campo com "preenchimento opcional".

- Os valores financeiros apresentados referem-se a posição do dia anterior do SIAFI.

Quadro 3.28 – programa 2051

Emitido em: 01/06/2016 Por: BRUNO DE OLIVEIRA ARAGÃO <span style="float: right;">Unidade Orçamentária: Período: JAN-DEZ Página 11 de 11</span>																		
Orç: 53996 - Ministério da Integração Nacional																		
Unidade Orçamentária: 53101 - Ministério da Integração Nacional																		
Programa: 2051 - Oferta de Água																		
Produto (Unidade)	Financeiro (R\$ 1.00)							Físico			Indicadores (%)				RAP no Proc.			
	Localidade - Data de Apreciação Plano Orçamentário	Dotação Inicial (A)	Dotação Atual (B)	Reprogramado Financeiro (C)	Empenhado (D)	Liquidado (E)	Pago (F)	Execução (%) (G/H)	Meta LOA (I)	Reprogramado (J)	Realizado (K)	Eficiência		Eficácia		Financeiro		Físico
													EFLOA (L/M)*	EFREP (N/O)**	ECLOA (P/Q)*	ECREP (R/S)**	Pago Exercício	Inscrito Liquidado
Ação: 7L25 - Integração das Bacias Hidrográficas do Estado Ceará - Canteiro das Águas do Ceará - Trecho 1 com 149,82 km													Não possui alertas; Não possui pendências;					
Obra executada - percentual de execução	180.000.000	125.000.000	0	71.000.000	51.000.000	51.000.000	40,80	18		7	95,32			38,89		94.000.000	94.000.000	11
9623 - No Estado do Ceará - 01/01/16	180.000.000	125.000.000	0	71.000.000	51.000.000	51.000.000	40,80	18		7	95,32			38,89		94.000.000	94.000.000	11

**Legenda:** EFLOA - Eficiência em relação à meta na LOA (Valor da Dotação Atual / Meta Física na LOA) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 EFREP - Eficiência em relação à meta após a reprogramação (Reprogramado Financeiro / Meta Física Reprogramada) / (Valor Liquidado / Meta Física Realizada)  
 ECREP - Eficácia em relação à meta após a reprogramação (Meta Física Realizada / Meta Física Reprogramada)  
 ECLOA - Eficácia (Meta Física Realizada / Meta Física na LOA)

\* - \* - Indicador não calculável.

\*\* - Para as ações será feita a média dos indicadores dos localizadores ponderada pelo peso das dotações atuais. Maiores informações no Orientador do Acompanhamento Orçamentário.

\*\*\* - Campo com "preenchimento opcional".

- Os valores financeiros apresentados referem-se à posição do dia anterior do SIAFI.



✓ **Análise Situacional / Programa 2051 – Oferta de Água (DOH)**

**1I60 - Construção da Barragem Arroio Taquarembó no Estado do Rio Grande do Sul**

A Conclusão da Barragem Arroio Taquarembó, no Estado do Rio Grande do Sul, está em execução. Visa a conclusão da barragem no Arroio Taquarembó, vertedouro, supressão vegetal racional, instalações elétricas e sistemas de proteção, ponte na RS-630, ponte de fuga, canal de aproximação e mecanismo de transposição de peixes, visando abastecimento humano, controle de cheias e irrigação. Beneficia 41.300 habitantes. . As obras em 2015 alcançaram o percentual de execução de 8% do Plano de Trabalho atual e 52% todos os Planos de Trabalho.

**1I61 - Construção da Barragem Arroio Jaguari no Estado do Rio Grande do Sul**

Conclusão da barragem no Arroio Jaguari, visa abastecimento humano e irrigação. Abrange os municípios de Lavras do Sul, Rosário do Sul, São Gabriel e Dom Pedrito, no Rio Grande do Sul, e beneficia 41 mil habitantes. As obras em 2015 alcançaram o percentual de execução 68 % de todos os Planos de Trabalho e 0% do Plano de Trabalho atual

**1K44 - Construção da Barragem Rio do Salto no Estado de Santa Catarina**

As obras para a implantação desta barragem não foram iniciadas, por dificuldades na obtenção da licença ambiental.

**10CT - Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano**

O Canal do Sertão Alagoano consiste na implantação dos trechos I, II, III e IV com vazão total de 32 m<sup>3</sup>/s, visando abastecimento humano e irrigação. Existe ainda o trecho V, porém este ainda não foi pactuado com o Ministério da Integração.

A parte pactuada do empreendimento abrange 42 municípios entre Delmiro Gouveia e Arapiraca e beneficiará 1 milhão habitantes.

Os Trechos I e II estão concluídos e foram inaugurados pela Presidente em 12/03/2013. Já o percentual executado até dezembro de 2014 dos demais trechos foi de:

- Trecho III (1º etapa): 100% executado, inaugurado em setembro de 2015
- Trecho III (2º etapa) 100% executado, inaugurado em setembro de 2015
- Trecho IV: 52,25% executado, a ser concluída em dezembro 2017.
- Sistema elétrico: 82% executado;
- Interligação com adutora Alto Sertão: 60% executado, com conclusão prevista para dezembro de 2016.
- Comportas do trecho I e II: 94% prevista conclusão para 2016.
- Trecho V ainda não foi iniciado.

O percentual global acumulado da obra é de 82% e a previsão de conclusão das obras é dezembro de 2017.

**10F6 - Implantação da Adutora do Agreste no Estado de Pernambuco**

O Sistema Adutor do Agreste abrange a construção de Adutora com 1.300km de extensão, estações elevatórias, reservatórios e tubulações que visam garantir a oferta de água para o

abastecimento de 28 municípios do Estado de Pernambuco, destacando-se Pesqueira, São Bento do Uno, Garanhuns, Caetés e Bom Conselho. até o presente momento, apenas a primeira etapa foi pactuada com o Ministério da Integração. A primeira etapa é dividida em duas fases. A conclusão das obras que estava prevista para julho de 2015 foi adiada para 2021 por dificuldades de fluxo financeiro. O Percentual de Execução física até dezembro de 2015 foi de 64%

### **10GM - Estudos e Projetos de Infraestrutura Hídrica**

Elaboração dos estudos de viabilidade técnica e econômica, e dos projetos básico e executivo de barragem e adutora no Rio Pardo, visando abastecimento humano e irrigação. Abrange o município de Vitória da Conquista/BA. As atividades foram iniciadas em setembro/2012 e em dezembro/2015 aferiu-se uma execução de XX%

Elaboração de Estudos e Projetos para o Sistema Adutor de Borborema, no Estado da Paraíba, compreendendo os estudos preliminares, os estudos de viabilidade técnica, econômica e social e o anteprojeto. Em dezembro/2015 registrou-se um avanço de 50%.

### **12G7 - Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea com 112,5 km no Estado da Paraíba**

A Implantação dos trechos I e II do sistema adutor Vertente Litorânea Paraibana, com aproveitamento das águas oriundas do Projeto de Integração do São Francisco, composto por canais, adutoras, túneis e estações elevatórias, visando abastecimento humano. Abrange 11 municípios situados na planície costeira da Paraíba, e beneficia 631 mil habitantes. Em 2015, o empreendimento atingiu 28% de execução física.

### **14RQ - Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Congo - Etapa III - no Estado da Paraíba**

Composto por adutoras (70 Km), stand pipe, TAU, reservatórios e rede de distribuição, visando abastecimento humano. Abrange os municípios de Santo André, Sucuru e Cochichola e beneficia cerca de 4 mil habitantes. No final de 2015 apresentou 63% de obras concluídas.

### **14RR - Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Minador do Negrão, Estrela de Alagoas e Igaci no Estado de Alagoas**

Composto por captação na barragem do Bálsamo, adutora (16 Km), EE e melhorias na ETA visando abastecimento humano. Abrange os municípios de Minador do Negrão, Estrela de Alagoas e povoados de Igaci e beneficia 35 mil habitantes. Foram aferidos em dezembro/2015 29% no avanço das obras.

### **14RS - Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Natuba - no Estado da Paraíba**

**Composto por adutoras (48 Km), ETA's, EB's, TAU's, *stand pipe*, reservatórios e chafarizes, visando abastecimento humano. Abrange os municípios de Natuba, Umbuzeiro e Santa Cecília e beneficia cerca de 48 mil habitantes.**

Foram aferidos em dezembro/2015 54% no avanço das obras.

### **14RU - Recuperação e Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Bacia Leiteira no Estado de Alagoas**

Composto por captação no Rio São Francisco, adutora (92 Km), EE's, reservatórios e ETA, visando abastecimento humano. Abrange 19 municípios na região de Pão de Açúcar e beneficia 300 mil habitantes. A primeira etapa desse empreendimento fechou o ano de 2015 com um percentual de 65% das obras, correspondendo a 27% do total do empreendimento. A previsão de início da segunda etapa é de 31/05/2016 e para a terceira etapa em 01/08/2016.

#### **14RV - Ampliação da Adutora da Barragem Pau Ferro à Barragem São Jacques no Estado de Pernambuco.**

O objetivo deste empreendimento será alcançado através de ações contempladas no plano de trabalho da Adutora do Agreste. O Termo de Compromisso foi distrato.

#### **14RW - Recuperação e Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Olho D'Água do Casado e Piau no Estado de Alagoas**

Composto por nova captação, adutoras (4,5 Km), ampliação de EE's e ETA, visando abastecimento humano. Abrange os municípios de Olho D'Água do Casado e Piranhas e beneficia 32 mil habitantes. Foram aferidos em dezembro/2015 25% no avanço das obras.

#### **14RY - Implantação de Barragem e do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Milagres no Estado do Piauí**

#### **14RZ - Ampliação da Adutora Redenção no Estado de Pernambuco**

Ampliação da captação flutuante, substituição da adutora de água bruta de recalque (Adutora Redenção), melhorias na ETA Redenção e implantação de subadutora para alimentar o reservatório de Mandacarú, visando abastecimento humano. Abrange o município de Sta. Maria da Boa Vista e beneficia cerca de 9 mil habitantes. Este empreendimento encontra-se em fase de testes.

#### **14SB - Implantação da Adutora Tabocas-Poço Fundo no Estado de Pernambuco**

Estado de Pernambuco solicitou e foi autorizado o distrato deste Termo de Compromisso, com remanejamento dos recursos (R\$ 19.567.489,00) para o Sistema Adutor do Oeste - Trecho Orocó-Ouricuri (ação 14SH).

#### **14SC - Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Sertaneja no Estado de Sergipe**

Ampliação do Sistema Integrado Sertaneja compreende a implantação de subadutoras (com 24 Km de extensão e uma vazão de 0,09 m<sup>3</sup>/s) derivadas da Adutora Sertaneja, compostas por estações elevatórias, reservatórios e redes de distribuição, visando abastecimento humano. Abrange os municípios de Aquidabã, Gararu e Nossa Senhora de Lourdes, em Sergipe, e beneficia cerca de 21 mil habitantes. Este empreendimento entrou em funcionamento em julho/2015 e encontra-se em fase de implantação de melhorias no sistema de bombeamento para aumento da vazão.

#### **14SD - Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Tomar do Geru no Estado de Sergipe**

Composto por adutoras e subadutoras, com extensão total de 81 km. A obra contará ainda com barragem de nível, captação, estações elevatórias e de tratamento, reservatórios, ampliação das

redes de distribuição e ligações domiciliares, visando abastecimento humano. Abrange os municípios de Umbaúba, Itabaianinha e Tomar do Geru e beneficia cerca de 38 mil habitantes. Foram aferidos em dezembro/2015 52% no avanço das obras.

#### **14SG - Ampliação da Barragem de Mato Verde no Estado de Minas Gerais**

Barragem em Mato Verde, no Rio Viamão com capacidade de acumulação de 74 milhões de m<sup>3</sup> e ampliação de adutoras (17 Km), rede de, visando abastecimento humano. Abrange os municípios de Mato Verde e Catuti e beneficia 13 mil habitantes. Foram aferidos em dezembro/2015 5% no avanço das obras.

#### **14SH - Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água do Oeste no Estado de Pernambuco.**

Composto por ETA e adutora (43 Km), que interliga as Barragens Algodões e Tamburil, reforçando o Sistema Adutor do Oeste, visando abastecimento humano. Abrange o município de Ouricuri e beneficia cerca de 64 mil habitantes. Em 2015 foram realizados 26,3% do empreendimento; 31% da Adutora do Chapéu; 25% da Estação Elevatória de Orocó.

#### **14SK - Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Itaíba-Tupanatinga no Estado de Pernambuco**

Recuperação do Sistema Integrado Itaíba-Tupanatinga, com a perfuração de dois poços tubulares de 280 metros, aquisição de conjunto moto-bomba e macromedidores, visando abastecimento humano. Abrange os municípios de Itaíba e Tupanatinga e beneficia cerca de 36 mil habitantes. Os poços foram perfurados, mas apresentaram baixa vazão e estão sendo realocados. Há necessidade de aporte adicional de recursos da União de aproximadamente R\$ 1,5 milhões, ainda não autorizado.

#### **14SL - Recuperação da Adutora Amaraji no Estado de Pernambuco**

Recuperação da Adutora Amaraji, com substituição da tubulação, para aumento da vazão disponibilizada, visando abastecimento humano. Abrange os municípios de Gravatá e Chã Grande e beneficia cerca de 97 mil habitantes. O projeto inicial foi subestimado acarretando a necessidade de readequação do Plano de Trabalho e consequentemente um atraso no início das obras que só ocorrerá em 2016.

#### **14SP - Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Boqueirão no Estado da Paraíba**

Composto por adutoras (63 Km), ETA, TAU's, stand pipe, reservatórios e chafarizes, visando abastecimento humano. Abrange os municípios de Riacho de Santo Antônio, Barra de São Miguel e Alcantil e beneficia cerca de 18 mil habitantes. Este empreendimento encontra-se com um percentual de 20% obras concluídas. Mas as obras foram paralisadas em abril de 2015 por problemas na execução do projeto executivo, desapropriações e desempenho da empresa contratada devendo serem retomadas em 2016.

#### **14SR - Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água para Comunidades Vizinhas do Eixão das Águas no Estado do Ceará**

Compreende a implantação de sistemas de abastecimento de água em dez comunidades, distribuídas nos municípios de Alto Santo, Morada Nova, Chorozinho e Ocara e beneficia cerca de

1 mil habitantes. Situação aferida em dezembro de 2015: Comunidade da Jurema - 100%; Comunidade Bastiões - 100%; Comunidade Alto Alegre - 100%; Comunidade Lagoa do Capim - 95%; Comunidade Patos do Silva - 90%; Comunidade Juazeiro - 95%; Comunidade Amazonas - 0%; Comunidade lagoa da Seriema - 70%; Sítio Estrela - 0% e Menino Jesus - 60%.

#### **14SS - Implantação do Sistema Adutor Padre Lira no Estado do Piauí**

Composto por adutora (51 Km), com captação na Barragem Jenipapo, além de reservatórios apoiados e ETA, visando abastecimento humano e dessedentação animal. Abrange os municípios de Dom Inocêncio e São João do Piauí e beneficia cerca de 9 mil habitantes. Em dezembro de 2015 apresentava um percentual de 40% de execução física, com as obras em ritmo lento, devido a alterações no Projeto Executivo e problemas contratuais no fornecimento dos tubos.

#### **14ST - Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Bocaina-Piaus II no Estado do Piauí**

Composto por dois ramais que captarão água nos açudes Bocaina e Piaus, além de reservatórios, estações elevatórias e ETA's, visando abastecimento humano. Abrange os municípios de Bocaina, Sussupara, Picos, Alagoinha do Piauí, Monsenhor Hipólito, Francisco Santos e Sto. Antônio de Lisboa, no Estado do Piauí, e beneficia cerca de 117 mil habitantes. As obras foram paralisadas em junho/2015, com um percentual de 50% de execução física, devido a alterações no Projeto Executivo que necessitam de recursos da ordem de R\$ 22 milhões de reais.

#### **14SV - Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Camalaú no Estado da Paraíba**

Composto por adutoras (87 Km), ETA, TAU, stand pipe, reservatórios e chafarizes, visando abastecimento humano. Abrange os municípios de Camalaú, São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro, Zabelê e a comunidade de Cacimbinha e beneficia cerca de 10 mil habitantes. Este empreendimento encontra-se com um percentual de 21% obras concluídas. Mas as obras foram paralisadas em março de 2015 por problemas na execução do projeto executivo, desapropriações e desempenho da empresa contratada devendo serem retomadas em 2016.

#### **14S5 - Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Alto Sertão no Estado de Sergipe**

Composto pela implantação de adutora (80 Km) e subadutoras, estações elevatórias, reservatórios, redes de distribuição e ligações domiciliares, visando abastecimento humano. Abrange os municípios de São Miguel do Aleixo, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora das Dores, Moita Bonita e Ribeirópolis e beneficia cerca de 106 mil habitantes. No final de 2015 foi aferido um percentual de 58% de obras concluídas.

#### **14S6 - Implantação do Sistema Adutor Umari-Campo Grande no Estado do Rio Grande do Norte**

Com a implantação de captação flutuante, estação de tratamento de água, reservatório, adutora (31 Km) e redes de distribuição, visando abastecimento humano. Abrange os municípios de Umari e Campo Grande e beneficia 2,6 mil habitantes. Devido à revisão e ampliação do projeto inicial este empreendimento necessita de readequação da Carteira para um aporte de recursos de R\$ 34.137.767,92. Totalizando R\$ 41.937.767,92, ainda não autorizada.

#### **14S7 - Implantação da Adutora Inhumas no Estado de Pernambuco**

Composto por adutora (8 Km) de água bruta e de estação elevatória, que parte do Sistema Inhumas até o reservatório da ETA existente; ampliação e melhoria da ETA, rede de distribuição e ligações prediais, visando abastecimento humano. Abrange o município de Palmeirina e beneficia cerca de 6 mil habitantes. Este empreendimento encontra-se em fase de testes.

#### **14S8 - Implantação da Adutora Santa Cruz da Baixa Verde no Estado de Pernambuco**

Composto pela implantação de ETA, reservatório elevado e adutora (15 Km), que interliga o Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Sta. Cruz da Baixa Verde à Adutora do Pajeú; substituição e ampliação da rede de distribuição existente, inclusive com ligações intradomiciliares, visando abastecimento humano. Abrange o município de Sta. Cruz da Baixa Verde e beneficia cerca de 9 mil habitantes. Devido a revisão e ajustes no Projeto Básico, as obras foram iniciadas em junho de 2015, sem medição no final de 2012.

#### **14S9 - Implantação da Adutora de Alto Santo no Estado do Ceará**

Composto por captação no Açude Riacho da Serra e adutoras (10 Km), visando abastecimento humano. Abrange o município de Alto Santo e beneficia cerca de 7 mil habitantes. Este empreendimento encontra-se em fase de testes.

#### **14VI - Implantação de Infraestruturas Hídricas para Oferta de Água**

Dentre os empreendimentos componentes da ação 14VI, registra-se a seguir os integrantes da Carteira PAC Semiárido (Prevenção Estiagem/Seca) operacionalizada pela Caixa econômica Federal, por Estado da Federação e com a situação em que cada uma se encontrava em dezembro de 2015.

No Estado da Bahia a Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Cotegipe, foi iniciada em setembro de 2014, apresentando 39% de execução física em dezembro. Quanto a Barragem Baraúnas, as obras foram iniciadas em maio/2015 e em dezembro aferiu-se um percentual de 0,1% de obras concluídas.

O Estado do Ceará pactuou em dezembro de 2014 os Termos de Compromisso para os seguintes empreendimentos: Adutora do Rio Choró; Adutora e Barragem de Jucá; Adutora Poço da Pedra; Barragem Frecheirinha e Adutora Angicos cujas obras em dezembro de 2015 encontravam-se em fase de finalização dos projetos e de processos licitatórios, o mesmo acontecendo com a implantação da Barragem Amarelas e da Adutora de Fortim e Barragem Melancias.

No Estado da Paraíba foram concluídas as obras:

- Sistema Integrado de Abastecimento de Água do Município de Pocinhos/PB, composto por captação no açude Boqueirão, adutoras (25 Km), ETA, reservatórios e chafarizes, visando abastecimento humano. Abrange o município de Pocinhos, o distrito de São José da Mata e parte da zona rural de Campina Grande, beneficiando cerca de 28 mil habitantes, foi concluída em dezembro/2015.
- Barragem em terra no Riacho Pitombeira com capacidade de acumulação de 3 milhões de m<sup>3</sup>, visando abastecimento humano que atende ao Município de Alagoa Grande/PB e beneficia cerca de 29 mil de habitantes, foi concluída em dezembro/2015.
- A Adutora Aroeiras, com ampliação de captação, adutoras de água bruta e tratada (totalizando 18 Km de extensão) e ETA, visando abastecimento humano. Abrange os

municípios de Aroeiras e as comunidades de Novo Pedro Velho, Boa Vista e Riachão, na Paraíba, e beneficia cerca de 17 mil habitantes, foi inaugurada em outubro/2015.

Quanto a Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Retiro, em dezembro/2015 foram aferidos 30% de obras realizadas.

A barragem e adutora de São Bento do Uma, no Estado de Pernambuco teve o seu Projeto concluído e aferiu um avanço nas obras de 1% ano 2015.

O Estado do Rio Grande do Norte pleiteou, junto a este Ministério, um readequação na carteira de empreendimentos, sugerindo o distrato da implantação Sistema de Abastecimento de Água nas Comunidades da Barragem Santa Cruz, a cargo da SEMARH, com conseqüente remanejamento dos recursos para a ação 14S6 - Implantação do Sistema Adutor Umari-Campo Grande, ainda não autorizado.

Na ação 14VI ressalta-se ainda a conclusão das adutoras, no Estado do Ceará, em método construtivo de engate rápido:

- Adutora Araras-Crateús e Nova Russas (CE). Adutora com 153 km, deverá beneficiar os municípios de Crateús e Nova Russas, no Ceará.
- Adutora Manoel Balbino-Caririaçu (CE). Adutora com 13 km, deverá reforçar o abastecimento do município de Caririaçu, no Ceará.;
- Adutora Flor do Campo-Quiterianópolis (CE). Com 39 km, deverá beneficiar o município cearense de Quiterianópolis.

#### **14VJ - Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Boquira (Zabumbão), no Estado da Bahia**

Composto por captação na Barragem Zabumbão, adutoras (208 Km) e ETA, visando abastecimento humano. Abrange os municípios de Paramirim, Boquira, Macaúbas, Ibipitanga, Rio do Pires, Caturama e Ibitiara e beneficia 188 mil habitantes. As obras foram iniciadas em junho de 2015, mas a Barragem Zabumbão está com indisponibilidade hídrica e os atuais beneficiados estão negociando com o governo estadual um acordo para reduzir o volume de captação e outros benefícios.

#### **14VK - Recuperação da adutora de água bruta Hidrolândia-Irajá, com extensão de 11 km, no Estado do Ceará**

Esta adutora com captação no Açude Araras, visa abastecimento humano. Abrange os municípios de Hidrolândia e Irajá e beneficia cerca de 19 mil habitantes. Em dezembro/2015 as obras encontravam-se 67% concluídas.

#### **14VL - Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água Pendências, Macaú, Guimarães e Baixa do Meio, no Estado do Rio Grande do Norte.**

Com a implantação de nova captação, adutora de água bruta (26 Km) e estação elevatória, que será interligada à ETA de Macau, visando abastecimento humano. Abrange os municípios de Pendências, Macau, Baixa do Meio e o distrito de Guimarães e beneficia 104 mil habitantes. Em dezembro/2015 as obras encontravam-se 67% concluídas.

#### **7L29 - Integração das Bacias Hidrográficas do Estado Ceará - Cinturão das Águas do Ceará - Trecho 1 com 149,82 km**

Esta ação, discriminada como de Transferência Obrigatória (PAC), refere-se a Implantação do Trecho I do Projeto do Cinturão das Águas. Composto por um canal principal com 30m<sup>3</sup>/s de capacidade, visa abastecimento humano, dessedentação animal, irrigação, uso industrial e lazer. Abrange 24 municípios entre Jati e Orós. As obras foram iniciadas em outubro de 2013, e têm como percentual executado até dezembro de 2015, de aproximadamente: Lote1:35%; Lote2:22%; Lote3: 17%; Lote4:2%; Lote5:52% e avanço total do empreendimento de 21%.

### 3.6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

Os indicadores de desempenho desenvolvidos em 2015 pela SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HIDRICA estão relacionados no quadro a seguir.

- i) Índice de efetivação do empenho;
- ii) Índice de estoque de restos a pagar;
- iii) Índice de eficiência das propostas;
- iv) Índice de avanço físico do Projeto de Integração do Rio São Francisco;

O resultado da apuração de tais indicadores foram apresentados no Relatório de Gestão da SECEX, no entanto apresentamos nos tópicos a seguir os resultados apurados em 2015 quanto a SIH (UG 530013). Neste caso se aplicam os índices de efetivação do empenho, de estoque de restos a pagar e de eficiência das propostas.

#### 3.6.1 Índice de efetivação do empenho

O “Índice de efetivação do empenho” é calculado anualmente por meio da razão entre o total de recursos pagos do orçamento do ano corrente sobre o total de recursos empenhados no ano corrente.

**Quadro 3.29 - Índice de efetivação do empenho**

Índice de efetivação do empenho - SIH						
Produto	Cliente	Eficiência				
		Ano	2012	2013	2014	2015
Recursos inscritos	Estados, Municípios E Outros Entes Federados	Despesa Empenhada	1.672.410.502,17	2.183.965.952,47	2.480.759.534,28	1.830.637.989,99
		Valores pagos	380.273.739,21	984.445.305,14	1.067.076.054,18	977.865.574,51
		Índice	22,74%	45,08%	43,0%	53,4%

- Análise: Os valores de empenho pagos no próprio exercício corroboram a avaliação de que a execução orçamentária da SIH, melhorou no período de 2012 a 2015, com um crescimento significativo desse indicador.

#### 3.6.2 Índice de estoque de restos a pagar

O “Índice de estoque de restos a pagar” é calculado anualmente por meio da razão do RAP no exercício corrente sobre o RAP de 2011 utilizado como referência.

**Quadro 3.30 - Índice de estoque de restos a pagar**

Índice de estoque de restos a pagar- SIH							
Produto	Cliente	Eficiência					
		Ano	2011	2012	2013	2014	2015
Recursos inscritos	Estados, Municípios E Outros Entes Federados	RAP (milhões)	2.157,8	1.820,9	2.247,7	1.939,9	2.281,2
		Índice	-	84,4%	104,2%	89,9%	105,7%

- Análise: A baixa execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco no ano de 2012, devido a renegociação dos contratos e licitação das obras remanescentes contribuiu significativamente para o aumento do estoque de RAP no exercício de 2013. Com a retomada das obras em 2013, observamos que o estoque de RAP retornou em 2014 para níveis próximos ao resultado alcançado em 2012. Já em 2015, houve aumento no RAP devido à complementação orçamentária realizada em dezembro de 2015 em ações do PAC.

### 3.6.3 Índice de eficiência das propostas

O “Índice de eficiência das propostas” é calculado anualmente por meio da razão entre o total de instrumentos formalizados que tiveram repasses efetuados sobre o total de instrumentos de repasse formalizados.

**Quadro 3.31- Índice de eficiência das propostas**

Índice de eficiência das propostas - SIH			
Processo:	Implementar Política - Repassar Recurso		
Produto	Cliente	Nível De Resultado - 2015	
		Convênios	Termo De Compromisso
Repasses Efetuados	Estados, Municípios E Outros Entes Federados	Eficiência	
		0%	0%

- Análise crítica:  
O índice de 0% relativo aos convênios ocorreu pelo fato dos empenhos terem sido liberados nos últimos meses de 2015 em virtude do contingenciamento orçamentário. Foram celebrados 16 convênios, todos com cláusula suspensiva, não havendo, portanto, repasse de recursos referentes ao OGU 2015.

Não houve celebração de Termos de Compromisso (PAC).

### 3.6.4 Índice de avanço físico do Projeto de Integração do Rio São Francisco

O indicador de desempenho operacional, desenvolvido a partir de junho de 2013, para o monitoramento da implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco, foi o índice de avanço físico. Tal índice foi desenvolvido por meio de metodologia que apura a execução de todas estruturas analíticas do projeto, representadas pelos trechos de canal, barragens, aquedutos, túneis, pontes e passarelas que compõem os Eixos Norte e Leste.

Os índices de avanço físico são apurados mensalmente e contribuem para avaliação do andamento dos serviços executados pelas contratadas, sendo um importante instrumentos para

avaliar o planejamento da obra. O índices apurados ao longo de 2014 e 2015 estão relacionados no quadro a seguir:

**Quadro 3.32 - Índices de Avanço Físico do PISF**

ÍNDICES DE AVANÇO FÍSICO DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO - PISF									
Mês	PISF	Eixo Norte	Meta 1N	Meta 2N	Meta 3N	Eixo Leste	Meta 1L	Meta 2L	Meta 3L
dez/13	52,2%	50,2%	57,3%	24,7%	47,3%	55,0%	86,3%	58,1%	16,0%
jan/14	54,7%	53,9%	61,5%	25,0%	51,6%	55,9%	87,1%	59,1%	16,1%
fev/14	55,5%	54,5%	61,9%	25,0%	52,6%	56,8%	87,2%	60,3%	17,0%
mar/14	56,6%	55,9%	63,7%	25,2%	54,0%	57,5%	87,5%	60,9%	17,9%
abr/14	57,8%	57,4%	65,4%	25,2%	55,5%	58,4%	88,6%	62,0%	18,1%
mai/14	59,1%	58,9%	67,3%	26,3%	56,4%	59,4%	88,9%	62,8%	20,5%
jun/14	60,6%	60,4%	68,9%	27,8%	57,7%	61,8%	89,4%	64,0%	23,4%
jul/14	62,4%	62,3%	71,1%	29,1%	59,3%	62,6%	91,0%	65,9%	24,8%
ago/14	64,6%	64,1%	72,6%	30,4%	62,1%	65,3%	91,6%	69,4%	26,1%
set/14	66,1%	66,0%	73,3%	33,9%	65,8%	66,1%	91,9%	70,3%	27,2%
out/14	67,5%	67,8%	74,6%	35,5%	68,9%	67,1%	92,1%	71,4%	27,7%
nov/14	68,7%	68,7%	75,2%	36,2%	70,5%	68,7%	92,7%	73,2%	29,1%
dez/14	69,2%	69,0%	75,3%	36,7%	71,0%	69,6%	92,8%	73,8%	32,1%
jan/15	70,7%	71,0%	76,0%	40,9%	75,1%	70,2%	93,1%	74,5%	33,0%
fev/15	72,9%	74,4%	76,2%	53,8%	80,7%	70,8%	93,1%	74,8%	35,1%
mar/15	73,7%	75,1%	76,4%	55,1%	82,3%	71,6%	93,2%	75,6%	36,5%
abr/15	74,5%	76,0%	77,3%	55,6%	83,6%	72,4%	93,3%	76,4%	37,7%
mai/15	75,6%	76,9%	78,0%	56,6%	84,7%	73,7%	93,5%	77,0%	42,8%
jun/15	76,7%	77,9%	78,7%	58,6%	85,9%	74,9%	93,7%	77,7%	47,5%
jul/15	77,8%	79,2%	79,5%	60,7%	87,7%	75,8%	94,8%	78,5%	48,5%
ago/15	78,6%	80,0%	80,1%	63,3%	88,2%	76,6%	97,1%	78,9%	49,8%
set/15	79,7%	81,0%	80,9%	65,2%	89,2%	77,8%	97,8%	80,2%	51,3%
out/15	81,0%	82,2%	81,7%	67,7%	90,6%	79,2%	97,9%	81,7%	53,4%
nov/15	81,8%	83,1%	82,5%	70,2%	91,1%	79,8%	97,9%	82,2%	54,4%
dez/15	82,7%	83,8%	83,1%	72,1%	91,6%	81,0%	98,1%	83,5%	56,8%
Resultado 2014	17,0%	18,8%	18,1%	12,0%	23,7%	14,6%	6,5%	15,8%	16,1%
Resultado 2015	13,5%	14,9%	7,7%	35,5%	20,6%	11,5%	5,3%	9,7%	24,7%

A apuração dos índices de avanço físico demonstram que a execução do Eixo Norte apresentou melhor resultado (14,9%) frente ao Eixo Leste (11,5%), sendo justificado principalmente pela observação de melhor eficiência das frentes de serviço das Metas 2N e 3N.

O melhor resultado na execução das Metas 2N e 3L, estão relacionados ao atingimento do pico de execução, no qual todas as frentes de serviço estiveram em andamento. No caso das metas 1L e 3N, devido a finalização dos serviços nos quais estão sendo executados serviços complementares como muretas e drenagem externa, o avanço físico é menor, característico de obras em fase de conclusão.

Os resultados deste indicador, são utilizadas nas reuniões de monitoramento bimestrais que ocorrem em campo, visando garantir o cumprimento do planejamento acordado com as contratadas. Tais informações são divulgadas mensalmente aos órgãos da administração e sociedade civil, que acompanha os resultados alcançados na implantação do PISF.

### 3.7 INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES RELATIVAS AO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL

Considerando a relevância do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, bem como a complexidade na sua execução, estão apresentados neste item as informações relativas ao fluxo de recursos aplicados, estágio da execução física, listagem das licitações realizadas, bem como dos contratos celebrados e suas alterações e indicação de licitações prevista.

#### 3.7.1 5.4.1 Fluxo de Recursos Aplicados

Quadro 3.33- Ministério da Integração Nacional

Cod.	Ação	LOA Inicial	Autorizado LOA	Empenhado <sup>1</sup>	Pago <sup>2</sup>	Posição RAP Pago	28/03/2016 Total Pago
	EXERCÍCIOS DE 1997 A 1999						26.756.000,00
3406	Fortalecimento da Infraestrutura Hídrica	-	-	-	-	-	17.066.000,00
1234	Irrigação Nacional	-	-	-	-	-	2.068.061,00
3690	Construção de Adutoras	-	-	-	-	-	7.621.939,00
	EXERCÍCIO DE 2000	7.760.000,00	7.760.000,00	7.760.000,00	7.760.000,00	-	7.760.000,00
5414	Estudos para a Transposição das Águas do Rio São Francisco	7.760.000,00	7.760.000,00	7.760.000,00	7.760.000,00		7.760.000,00
	EXERCÍCIO DE 2001	7.400.000,00	7.400.000,00	7.400.000,00	7.400.000,00	-	7.400.000,00
5414	Estudos para a Transposição das Águas do Rio São Francisco	7.400.000,00	7.400.000,00	7.400.000,00	7.400.000,00		7.400.000,00
	EXERCÍCIO DE 2002	5.820.000,00	5.765.387,00	5.765.387,00	621.275,00	-	621.275,00
5414	Estudos para a Transposição das Águas do Rio São	5.820.000,00	5.765.387,00	5.765.387,00	-	-	-

	Francisco						
3429	Infraestrutura Hídrica	-	-	-	621.275,00	-	621.275,00
	EXERCÍCIO DE 2003	2.400.000,00	2.400.000,00	341.495,00	1.287.938,00	-	1.287.938,00
5414	Estudos para a Transposição das Águas do Rio São Francisco	2.400.000,00	2.400.000,00	341.495,00	-	-	-
3429	Infraestrutura Hídrica	-	-	-	1.287.938,00	-	1.287.938,00
	EXERCÍCIO DE 2004	23.301.000,00	17.301.000,00	8.012.062,00	5.912.062,00	341.495,00	6.253.557,00
5900	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)	4.800.000,00	7.500.000,00	4.200.000,00	2.500.000,00	-	2.500.000,00
5906	Estudo para Integração entre as Bacias do Rio Tocantins e São Francisco	4.000.000,00	-	-	-	-	-
5908	Estudo de Integração das Bacias dos Rios Tocantins e Parnaíba com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Poti, Acaraú e Piranhas	4.000.000,00	-	-	-	-	-
5912	Estudo de Integração das Bacias dos Rios Parnaíba e Grande com a Bacia do São Francisco no Estado de Minas Gerais	6.000.000,00	-	-	-	-	-
101M	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Paraíba, Moxotó e Ipojuca (Eixo Leste)	4.501.000,00	9.801.000,00	3.812.062,00	3.412.062,00	-	3.412.062,00
5414	Estudos para a Transposição das Águas do Rio São Francisco	-	-	-	-	341.495,00	341.495,00
	EXERCÍCIO DE 2005						

		563.889.282,00	512.820.200,00	135.518.789,15	49.312.081,50	1.700.000,00	51.012.081,50
12EO	Reassentamento da População Residente em Áreas Afetadas pela Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste)	43.750.001,00	65.590.001,00	38.264.554,00	890.800,00	-	890.800,00
12EP	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste)	519.639.281,00	446.730.199,00	97.254.235,15	48.421.281,50	-	48.421.281,50
5904	Estudo de Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Vaza-Barris, Itapecuru, Jacuípe e Contas (Eixo Sul)	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-
5900	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)	-	-	-	-	1.700.000,00	1.700.000,00
	<b>EXERCÍCIO DE 2006</b>	451.240.540,00	344.721.251,00	25.883.192,01	7.795.433,01	19.498.660,50	27.294.093,51
12EO	Reassentamento da População Residente em Áreas Afetadas pela Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste)	22.185.000,00	13.458.782,00	35.824,00	-	8.660,00	8.660,00
12EP	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste)	429.055.540,00	331.262.469,00	25.847.368,01	7.795.433,01	19.490.000,50	27.285.433,51
	<b>EXERCÍCIO DE 2007</b>	15.000.000,00	397.049.798,00	392.042.448,00	19.959.586,00	16.689.273,79	36.648.859,79
12EP	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos	15.000.000,00	383.902.000,00	379.224.542,00	19.177.445,00	2.600.425,65	21.777.870,65

	Norte e Leste)						
12EO	Reassentamento da População Residente em Áreas Afetadas pela Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste)	-	-	-	-	14.088.848,14	14.088.848,14
10GM¹	Estudos e Projetos de Infra-estrutura Hídrica	-	13.147.798,00	12.817.906,00	782.141,00		782.141,00
	<b>EXERCÍCIO DE 2008</b>	<b>837.144.000,00</b>	<b>1.010.401.664,00</b>	<b>1.000.789.657,00</b>	<b>69.417.361,00</b>	<b>101.539.440,79</b>	<b>170.956.801,79</b>
12EP	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste)	309.452.500,00	419.053.451,00	416.279.375,00	29.563.795,00	92.538.172,56	122.101.967,56
5900	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)	499.725.500,00	588.496.006,00	581.814.584,00	39.120.726,00	-	39.120.726,00
12EO	Reassentamento da População Residente em Áreas Afetadas pela Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste)	-	-	-	-	9.001.268,23	9.001.268,23
10GM¹	Estudos e Projetos de Infra-estrutura Hídrica	27.966.000,00	2.852.207,00	2.695.698,00	732.840,00		732.840,00
	<b>EXERCÍCIO DE 2009</b>	<b>1.164.576.680,00</b>	<b>1.166.192.131,00</b>	<b>1.162.943.570,00</b>	<b>221.478.164,00</b>	<b>616.290.605,99</b>	<b>837.768.769,99</b>
12EP	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste)	492.896.000,00	673.845.664,00	673.189.597,00	180.263.697,00	431.923.607,36	612.187.304,36

5900	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)	671.680.680,00	492.346.467,00	489.753.973,00	41.214.467,00	170.057.178,38	211.271.645,38
12EO	Reassentamento da População Residente em Áreas Afetadas pela Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste)	-	-	-	-	14.309.820,25	14.309.820,25
	<b>EXERCÍCIO DE 2010</b>	<b>1.135.583.352,00</b>	<b>1.135.583.352,00</b>	<b>995.898.073,00</b>	<b>173.652.853,84</b>	<b>859.882.086,86</b>	<b>1.033.534.940,70</b>
12EP	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste)	809.200.000,00	809.200.000,00	605.602.136,00	127.235.769,00	531.970.017,37	659.205.786,37
5900	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)	326.383.352,00	326.383.352,00	390.295.937,00	46.417.084,84	327.912.069,49	374.329.154,33
	<b>EXERCÍCIO DE 2011</b>	<b>1.104.736.690,00</b>	<b>1.114.732.066,00</b>	<b>281.737.272,77</b>	<b>96.473.898,09</b>	<b>539.772.471,02</b>	<b>636.246.369,11</b>
12EP	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste)	609.651.001,00	609.651.001,00	54.909.779,72	21.619.931,43	190.291.318,64	211.911.250,07
5900	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)	495.085.689,00	505.081.065,00	226.827.493,05	74.853.966,66	349.481.152,38	424.335.119,04
	<b>EXERCÍCIO DE 2012</b>	<b>924.032.503,00</b>	<b>950.724.189,00</b>	<b>851.357.021,67</b>	<b>184.222.504,98</b>	<b>518.817.305,80</b>	<b>703.039.810,78</b>
12EP	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste)	439.967.366,00	149.967.366,00	117.432.025,90	33.437.894,73	167.660.244,06	201.098.138,79

5900	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)	439.967.366,00	790.659.052,00	727.111.810,98	150.784.610,25	351.157.061,74	501.941.671,99
13RU	Projeto para a integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Paraguaçu, Salitre, Jacuípe, Curaçá-Vargem, Macururê, Tourão-Poções, Itapicuru e Vaza-Barris (Eixo sul) na Região Nordeste.	97.771,00	97.771,00	-	-	-	-
12G6	Recuperação de reservatórios estratégicos da integração para a Integração do Rio São Francisco.	44.000.000,00	10.000.000,00	6.813.184,79	-	-	-
	<b>EXERCÍCIO DE 2013</b>	<b>1.288.288.989,00</b>	<b>1.288.983.267,00</b>	<b>1.273.266.833,06</b>	<b>331.448.661,40</b>	<b>622.962.079,21</b>	<b>954.410.740,61</b>
12EP	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste)	560.000.000,00	565.652.018,00	562.328.106,87	29.715.512,77	93.411.975,44	123.127.488,21
5900	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)	686.288.989,00	716.581.249,00	707.938.726,19	301.733.148,63	525.232.781,77	826.965.930,40
13RU	Projeto para a integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Paraguaçu, Salitre, Jacuípe, Curaçá-Vargem, Macururê, Tourão-Poções, Itapicuru e Vaza-Barris (Eixo sul) na Região Nordeste.	12.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	-	-	-
12G6	Recuperação de reservatórios estratégicos da integração para a Integração do Rio São Francisco.	30.000.000,00	3.750.000,00	-	-	4.317.322,00	4.317.322,00

	<b>EXERCÍCIO DE 2014</b>	<b>1.593.631.308,00</b>	<b>1.398.871.308,00</b>	<b>1.246.571.072,2 1</b>	<b>468.883.153,79</b>	<b>889.351.559,98</b>	<b>1.358.234.713,77</b>
12EP	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste)	379.600.000,00	265.010.000,00	255.892.487,88	64.110.184,74	326.467.202,76	390.577.387,50
5900	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)	638.842.158,00	1.104.585.969,00	969.821.713,01	401.935.245,32	560.489.345,42	962.424.590,74
152D	Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano - No Estado do Pernambuco	290.266.500,00	1.585.172,00	1.585.171,86	333.383,74	-	333.383,74
152E	Construção do Sistema Adutor Ramal do Entremontes - No Estado do Pernambuco	91.615.000,00	4.520.276,00	4.520.275,76	64.444,97	-	64.444,97
152F	Construção do Sistema Adutor Ramal do Apodi - Na Região Nordeste	174.984.650,00	5.846.891,00	5.846.890,94	-	-	-
12G6	Recuperação de reservatórios estratégicos da integração para a Integração do Rio São Francisco.	18.323.000,00	17.323.000,00	8.904.532,76	2.439.895,02	2.395.011,80	4.834.906,82
	<b>EXERCÍCIO DE 2015</b>	<b>1.093.043.594,00</b>	<b>2.385.798.919,00</b>	<b>1.519.237.246,5 6</b>	<b>783.894.189,59</b>	<b>1.003.361.840,30</b>	<b>1.787.256.029,89</b>
12EP	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste)	229.043.594,00	741.959.235,00	347.058.228,60	168.699.091,16	422.694.214,47	591.393.305,63
5900	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)	680.000.000,00	1.539.759.685,00	1.115.201.434,8 1	595.359.623,82	571.593.440,40	1.166.953.064,22

152D	Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano - No Estado do Pernambuco	35.000.000,00	26.499.999,00	8.130.327,46	1.532.581,86	711.815,64	2.244.397,50
152E	Construção do Sistema Adutor Ramal do Entremontes - No Estado do Pernambuco	24.000.000,00	5.680.000,00	-	-	1.897.732,05	1.897.732,05
152F	Construção do Sistema Adutor Ramal do Apodi - Na Região Nordeste	15.000.000,00	-	-	-	-	-
12G6	Recuperação de reservatórios estratégicos da integração para a Integração do Rio São Francisco.	20.000.000,00	14.400.000,00	9.391.826,85	2.798.137,35	6.464.637,74	9.262.775,09
213R	Manutenção Operacional do Projeto de Integração do Rio São Francisco	90.000.000,00	57.500.000,00	39.455.428,84	15.504.755,40	-	15.504.755,40
	<b>TOTAL DO MINISTÉRIO</b>	10.217.847.938,00	11.746.504.532,00	8.914.524.119,43	2.429.519.162,20	5.190.206.819,24	7.646.481.981,44

Nota Explicativa:

- Inclui os valores da ação do Programa 0515 (10GM) - Estudos e Projetos de Infra-estrutura Hídrica - 2007 e 2008.
- 1) No exercício de 2005, na coluna "Empenhado" na ação "12EP" foi excluído o valor de R\$ 311.349.168,85, referente a:
    - a) Convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social - Secretaria de Segurança Alimentar R\$ 50.000.000,00  
168.630.000,0
    - b) Convênio Governo do Estado do Ceará R\$ 0
    - c) Convênio Governo do Estado de Alagoas R\$ 92.055.991,85
    - d) DNOCS (Adutora Pajeú) R\$ 963.177,00  
311.649.168,8

TOTAL R\$ 5
  - 3) No exercício de 2005, na coluna "Pago" na ação "12EP" foi excluído o valor de R\$ 50.000.000,00, referente Convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social - Secretaria de Segurança Alimentar.
  - 4) No exercício de 2006, na coluna " RAP Pago" na ação "12EP" foi excluído o valor de R\$ 56.904026,13, referente a Convênio com o Estado do

Ceará e Alagoas.

No exercício de 2007, na coluna "RAP Pago" na ação "12EP" foi excluído o valor de R\$

5) 151.426.008,71.831,71, referernte a:

a) Convênio Governo do Estado de Alagoas

R\$ 50.370.661,21

b) Convênio Governo do Estado do Ceará

R\$ 100.092.170,50

c) Adutora PAJEU/DNOCS

R\$ 963.177,00

TOTAL

R\$ 151.426.008,71

No exercício de 2008, na coluna "RAP Pago" na ação "12EP" foi excluído o valor de R\$ 53.319.134,01, referente a pagamento de convênio do

6) Estado do Ceará.

### 3.7.2 Estágio da execução física

Conforme apresentado no item 3.6.4, até dezembro de 2015 o PISF alcançou o índice de 82,7% do empreendimento concluído. Com relação ao Eixo Norte (ação 5900), foi concluído 83,8% e no Eixo Leste (ação 12EP) 81,0%, registrando em 2015 o avanço de respectivamente 14,9% e 11,5%. Quanto as demais ações relacionadas às obras associadas ao PISF, houve avanço na execução dos projetos executivos, não tendo sido iniciada as obras.

**Quadro 3.33 - Estágio da Execução Física**

Ação do Programa 2051		Unidade de Medida	Meta Prevista %	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2016 (LOA)
12EP	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional - (Eixo Leste)	% de Execução	8,00	12,00	13,00
5900	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi - (Eixo Norte)	% de Execução	25,00	19,00	11,00
213R	Manutenção Operacional do Projeto de Integração do Rio São Francisco	% de Execução	40,00	5,00	10,00
12G6	Recuperação dos Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco	Barragem recuperada	10	1,00	1,00
152D	Construção do Sistema Adutor do Ramal do Agreste Pernambucano	% de Execução	3,00	1,00	13,00
152E	Construção do Sistema Adutor do Ramal do Entremontes	% de Execução	6,00	1,00	11,00
152F	Construção do Sistema Adutor Ramal do Apodi	% de Execução	3,00	-	1,00

## **4 GOVERNANÇA**

### **4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA**

Em decorrência da publicação do Decreto nº 8.161, de 18 de dezembro de 2013, o qual aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em comissão do Ministério da Integração Nacional (MI) foi publicada a Portaria MI nº 270, de 28 de julho de 2014, a qual atualiza o Regimento Interno deste Ministério. Adicionado a isto, foi editada a Portaria nº 450, de 23 de Dezembro de 2014, que aprova o modelo institucional da gestão por processos no Ministério da Integração Nacional, trás definições para gestão por processos, macroprocessos, processos e indicadores de desempenho e estatui, também, a figura de Escritório de Processos (EP), definindo sua composição.

Atinente à Secretaria Infraestrutura Hídrica, esta é membro do EP que conta com um Comitê Estratégico cuja competência é definir estratégias e prioridades do EP, monitorar a implementação e revisar periodicamente as estratégias, avaliar os resultados das ações realizadas, buscar os meios e os recursos para execução dos projetos e articular com as unidades do MI.

Destarte, o arranjo estabelecido para o modelo permite a implementação dos processos organizacionais mapeados e analisados, dando-lhes a eficácia necessária e possibilitando seu monitoramento, com foco no alcance dos resultados e no enfrentamento dos desafios institucionais contribuindo para orientar e apoiar à tomada de decisão.

Os trabalhos e as atividades do Comitê Estratégico figuram e constam nos Relatórios de Gestão da Secretaria Executiva.

A Secretaria de Infraestrutura Hídrica, por ser Unidade da Administração Direta do Poder Executivo Federal, não possui unidade de auditoria Interna na sua estrutura, porem se subordina aos comandos estatuídos no Decreto no 3.591, de 6 de setembro de 2000 recebe e segue a orientação normativa e da supervisão técnica da Controladoria-Geral da União bem como a realização de auditorias no âmbito desta Secretaria.

### **4.2 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS**

O regime jurídico dos servidores públicos civis da União, materializado pela Lei nº 8.112/1990, previu no Título IV, um Regime Disciplinar próprio. Nele constam os deveres e proibições a que estão submetidos os servidores públicos, o procedimento adotado nas apurações de desvios de conduta, as penas aplicáveis em caso de cometimento de infrações disciplinares e, por fim, o rito para apuração de irregularidades de cunho correccional.

A crescente demanda social por transparência e combate aos desvios praticados por servidores públicos foi elemento fundamental para a criação do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. Este sistema tem por fim estruturar e harmonizar as ações disciplinares no âmbito da União. A Controladoria-Geral da União é o órgão central do Sistema e as Corregedorias inseridas nas estruturas dos Ministérios atuam como unidades seccionais

Dessa forma, a Corregedoria do Ministério da Integração Nacional é uma Corregedoria Seccional integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. Ela foi formalmente

criada por meio do Decreto nº 8.161, de 18/12/2013, que aprovou a nova estrutura regimental do MI. Tendo suas competências estabelecidas no Regimento Interno deste Ministério, por meio da Portaria nº 270, de 28/07/2014.

Embora formalmente criada apenas em 2014, a Corregedoria estava estruturada desde o ano de 2009, sendo a atividade disciplinar coordenada por um Corregedor, cujo cargo era vinculado ao Gabinete do Ministro e as competências eram exercidas por meio de delegação.

Como se depreende do texto acima, as atividades de Correição e apuração de ilícitos são atribuições da Corregedoria Geral vinculada ao Gabinete do Ministro da Integração Nacional conforme previsto no artigo 17, seção VII, Anexo I da Portaria nº 270, de 28 de julho de 2014, assim o detalhamento daquela atividade devem estar no relatório de gestão da Corregedoria/MI.

Em atendimento a consulta formulada pela SIH para que detalhasse a existência em 2015 de SINV - Sindicância Investigativa e PAD - Processo Administrativo Disciplinar que tenha servidores da SIH, a CORREGEDORIA/MI informou:

*Em atendimento ao despacho de vossa senhoria, informo que o relatório anual do sistema CGU-PAD somente é emitido pela Controladoria-Geral da União, e que foram levantados todos os processos de cunho disciplinar conduzidos por esta corregedoria no ano de 2015, conforme listados na tabela abaixo, sendo SINV - Sindicância Investigativa e PAD - Processo Administrativo Disciplina.*

**Quadro 4.1- Processo Administrativo Disciplinar**

<b>PROCESSO</b>	<b>TIPO</b>	<b>OBJETO</b>
59000.000049/2013-38	SINV	APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES PELA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO DAS OBRAS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO – PISF.
59000.000272/2012-02	SINV	ACÓRDÃO 446/2011-TCU-PLENÁRIO. VERSANDO SOBRE A APLICAÇÃO DOS RECURSOS DESTINADOS AO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL, COM ENFOQUE NOS CONTRATOS DE UTILIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA RESULTANTES DO EDITAL 01/2005.
59000.001059/2012-18	SINV	ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU DE N° 2628/2011, REALIZADO EM PLENÁRIO, NA DATA DE 28/09/2011, REFERENTE A OBRA DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO, TEM A FINALIDADE DE APURAR IRREGULARIDADES DE SUP ERFATURAMENTO DECORRENTE DE QUANTITATIVO INADEQUADO, FISCALIZAÇÃO DEFICIENTE E OMISSA E EXISTÊNCIA DE ATRASOS INJUSTIFICÁVEIS NAS OBRAS.
59000.000041/2013-71	SINV	ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DE PROCESSOS INVESTIGATIVOS, CONSTITUÍDA PELA PORTARIA SIFI N° 40, 12 DE JUNHO DE 2012, PUBLICADA NO BOLETIM INTERNO DE 12 DE JUNHO DE 2012, NO ÂMBITO DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DPE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA - SIH, RELATIVAMENTE AO "LOTE 10 DO PISF" (PROCESSOS N° 59100.000047/2012-30 E 59100.000008/2012-32).
59000.000892/2012-33	SINV	ATENDIMENTO ÀS CONSTATAÇÕES APONTADAS PELO RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 201204564 DA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO, DA CGU. O OBJETO DA AUDITORIA FOI O CONTRATO N° 32/2008 E A RESPECTIVA LICITAÇÃO (CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 02/2007), COM A PARTICIPAÇÃO DA EMPRESA DELTA CONSTRUÇÕES.
59000.001055/2012-21	SINV	ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA TCU DE N° 723/2012, DE 03/04/2012, QUE TRAZ O RESULTADO DA AUDITORIA REALIZADA OBRAS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL - LOTE 5 (PISF).
59000.001058/2012-65	SINV	ANÁLISE DO ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU DE N° 1007/2011, DE 28-04-2011, QUE VERSA SOBRE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA EXECUÇÃO DO CONTRATO N° 09/2005, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - ML E O CONSÓRCIO LOGOS-CONCREMAT, CUJO OBJETO ERA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E APOIO TÉCNICO PARA A IMPLANTAÇÃO DA ETAPA DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL -PISF.
59000.001286/2013-16	PAD	POSSÍVEIS IRREGULARIDADES DETECTADAS NO CONVÊNIO N° 722/2005-MI, CELEBRADO ENTRE ESTA PASTA E A FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E APLICAÇÕES TECNOLÓGICAS ESPECIAIS - FUNCATE
59000.001285/2013-71	PAD	POSSÍVEIS IRREGULARIDADES JUNTO AO SICONV NAS PRORROGAÇÕES DE CONVÊNIOS, NO ÂMBITO DA SIH.
59000.000971/2011-63	PAD	EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS N° 08/2007-MI (LOTE II), 1/2007-MI (LOTE I) E 10/2007-MI (LOTE III), CELEBRADOS ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, E O CONSÓRCIO KSB BOMBAS HIDRÁULICAS S/A / SULZER BRASIL S/A (LOTES I E II) E A EMPRESA ALSTOM HYDRO ENERGIA BRASIL LTDA. (LOTE I E II)

### 4.3 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Quadro 4.2- Elementos de Avaliação

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p><b>Análise crítica e comentários relevantes:</b></p> <p>A avaliação dos Sistemas de Controle Interno da SIH é considerada boa podendo o ambiente de controle ser aperfeiçoado. Do total dos 30 questionamentos, 20 foram avaliados com nota 3 e 4, ou seja, 66% obtiveram uma boa avaliação e indicando espaço para melhorias e aperfeiçoamentos.</p> <p>Em 2015 destacou-se a estruturação da Assessoria da SIH que permitiu uma instância a mais de avaliação e controle na gestão interna como na melhor condução da gestão do Comitê Gestor do PISF, contando com uma estreita parceria com a AECI e CONJUR.</p> <p>A implantação do sistema SEI que digitalizou toda documentação que tramita no âmbito do MI, fez com que toda documentação em papel fosse digitalizada, com ganho tanto de produtividade quanto de eficiência na gestão interna da SIH, bem como permitiu uma transparência maior e mais adequada as ações da Secretaria e o início do aprimoramento do controle interno.</p> <p>Evidencia-se a necessidade de aprimoramento e revisão de procedimentos, manualização de rotinas e adoção de políticas de prevenção e mitigação de riscos. Os procedimento de Controle precisam ser aperfeiçoados e os processos críticos precisam ainda ser melhor identificados e tratados ao longo do exercício.</p>					

## **5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

O relacionamento com a sociedade no âmbito do Ministério da Integração Nacional segue as normas estabelecidas em diversos órgãos da esfera administrativa federal, entre eles a Secretaria de Comunicação da Presidência da República, a ex-Controladoria Geral da União (atual Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle), recomendações dos órgãos de contas, entre outros.

Nesse contexto, a Secretaria de Infraestrutura Hídrica, mantém em seu site e em complementos de outras páginas eletrônicas do Ministério, as informações sobre suas ações, incluindo inclusive uma página específica para o Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF. Incluem-se as ações financeiras e orçamentárias, seus programas, projetos, entre outros. Em relação ao atendimento direto com o cidadão, quando este procura o Ministério sem a interferência de outro órgão, o Ministério concentrou suas ações na Ouvidoria. tanto que, mesmo ocorrendo as ações de participação social pelo PISF, há uma parceria entre a Ouvidoria e a equipe de campo da obra. Ao final, todos os registros são feitos no sistema da Ouvidoria e respondidas ao cidadão conforme sua orientação. Mas o cidadão, caso queira ir diretamente ao setor responsável, tem seu acesso garantido.

### **5.1 CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO**

Os canais de acesso ao cidadão são disponibilizados pelos sistemas da ouvidoria, o Sisouvidor3, e pelo sistema do SimRelatórios, desenvolvido pelo próprio Ministério para o acompanhamento e controle das demandas do E-Sic. O Sisouvidor3 é o meio de entrada das manifestações feitas pelos cidadãos através do Fale Conosco de todas as páginas eletrônicas do site do Ministério da Integração Nacional (MI) e das entidades vinculadas, também são registradas as mensagens encaminhadas pelo e-mail institucional (ouvidoria.mi@integracao.gov.br), pelo 0800.610021, sendo neste caso quando há a necessidade de buscar maiores informações além daquelas já prestadas pela equipe do teleatendimento, e as cartas encaminhadas pelos cidadãos à Ouvidoria-Geral.

Até março de 2015, o Ministério utilizava algumas tipologias próprias para classificar os assuntos que eram manifestados pelos cidadãos. Havia a tipologia “Pedidos de Informação” e “Outras Situações”, entretanto como estava havendo conflito com a LAI, estas nomenclaturas foram suspensas e passou-se a usar a terminologia “Solicitações”. As alterações se basearam nas novas tipologias adotadas pela IN 01/OGU/CGU, em que adaptamos as nossas estruturas para o enquadramento à Instrução Normativa.

Os dados estatísticos e gerenciais, em relação ao relacionamento social, são os fornecidos por meio do Relatório Anual da Ouvidoria – Secretaria de Infraestrutura Hídrica, anexado ao relatório de gestão encaminhado. Isto porque, como citado, não há canais de relacionamento com a sociedade por Secretaria, algo que dispersaria o atendimento além de não permitir o agregamento das informações de forma a demonstrar o conjunto de demandas do órgão como um todo.

## 5.2 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Em relação às demandas da SIH, considerando as antigas e novas tipologias, houveram manifestações classificadas em todas as existentes, quando verificamos as informações do DPE, relacionadas ao PISF. Nas duas outras áreas solucionadoras, Gabinete e DOH, apenas algumas tipologias foram classificadas conforme as demandas. Vide tabelas abaixo:

FIGURA 5.1- TIPOS DE MANIFESTAÇÃO

**Tabela Gabinete**

PRINCIPAIS TIPOS - GAB	
Classificação	Qtd
Denúncia	2
Pedido de Informação	3
Solicitações	6
Sugestão	2
<b>Total Geral</b>	<b>13</b>

FONTE: Sisouvidor3 – extração feita em 29/01/2016

**Tabela DOH**

PRINCIPAIS TIPOS - DOH	
Classificação	Qtd
Reclamação	1
Solicitações	3
<b>Total</b>	<b>4</b>

**Tabela PISF**

PRINCIPAIS TIPOS - PISF	
Classificação	Qtd
Denúncia	1
Elogio	50
Outras Situações	1
Pedido de Informação	39
Reclamação	50
Solicitações	79
Sugestão	13
<b>Total Geral</b>	<b>233</b>

FONTE: Sisouvidor3 – extração feita em 29/01/2016

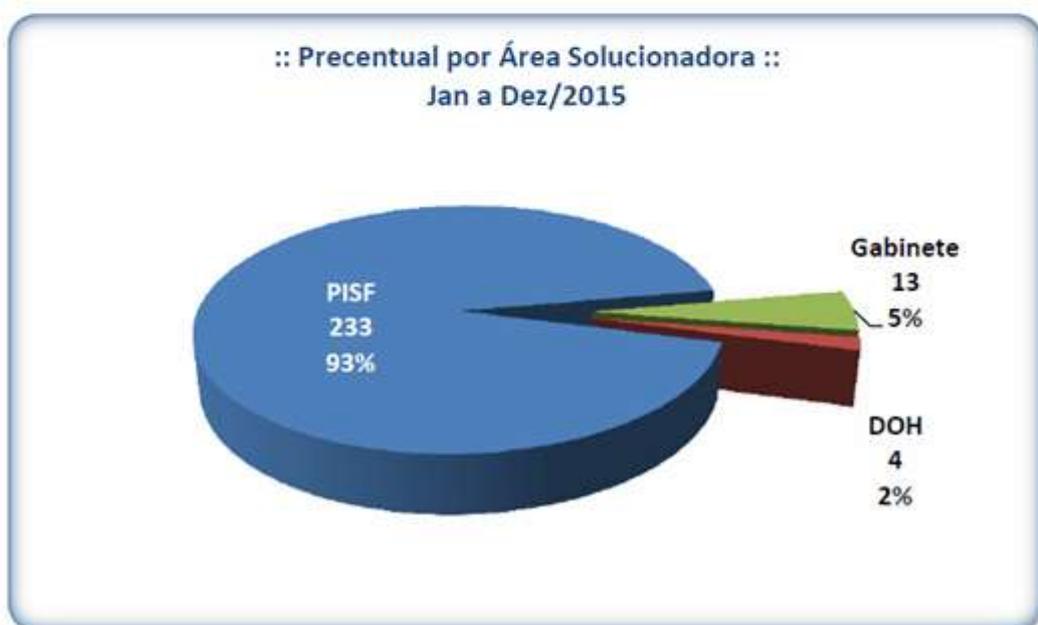
**Tabela Consolidada Gabinete/DOH/PISF**

PRINCIPAIS TIPOS - SIH	
Classificação	Qtd
Solicitações	88
Reclamação	51
Elogio	50
Pedido de Informação	42
Sugestão	15
Denúncia	3
Outras Situações	1
<b>Total</b>	<b>250</b>

FIGURA 5.2 – PERCENTUAL DE MANIFESTAÇÃO



FONTE: Sisouvidor3 – extração feita em 29/01/2016



FONTE: Sisouvidor3 – extração feita em 29/01/2016

Somando às tipologias Pedido de Informação, Solicitações e Outras Situações, elas representam um total de 52% aproximadamente das manifestações. Contudo houve um número relevante de Elogio, manifestados por meio das caixas de comunicação do PISF e Reclamação, também concentradas nas demandas do Projeto.

Em relação ao Gabinete e ao DOH, as demandas foram quase específicas a obras executadas nos municípios, por convênios.

### 5.3 MECANISMO DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

Diferentemente das demais secretarias do órgão, mais da metade das manifestações é registrada por meio das caixas de comunicação, e fortemente relacionada à Comunicação Itinerante, evento realizado pelo Ministério nas cidades beneficiadas ou com influência direta, levando ao cidadão informações e especificações sobre a obra do PISF, seus programas, suas etapas, entre outros temas próprios. Nestes eventos a população local aproveita para expor suas opiniões e dúvidas, bem como solicitar demandas que nem sempre são possíveis apenas durante o encontro. Verifica-se que do total de requerimentos feitos pelas caixas de comunicação, quase 79% entraram pelas caixas do Eixo Norte.

Em relação às demais demandas, boa parte se concentra no site do Ministério. Como todas as manifestações são direcionadas para a Ouvidoria, os servidores do setor, responsáveis pelas análises das perguntas e seu encaminhamento, verificam as mensagens e têm o cuidado de encaminhar à Secretaria responsável pela demanda, podendo algumas serem encaminhadas a mais de uma secretaria.

FIGURA 5.3– MEIOS DE ENTRADA SIH

Meio de Entrada - Gabinete		Meio de Entrada - DOH	
Classificação	Qtd	Classificação	Qtd
E-mail	3	Internet/ProjetoSaoFrancisco	1
Internet	1	Internet/SIH	3
Internet/ASCOM	4	<b>Total Geral</b>	<b>391</b>
Internet/DNOCS	1		
Internet/Ouvidoria	3		
Internet/SIH	1		
<b>Total Geral</b>	<b>13</b>		

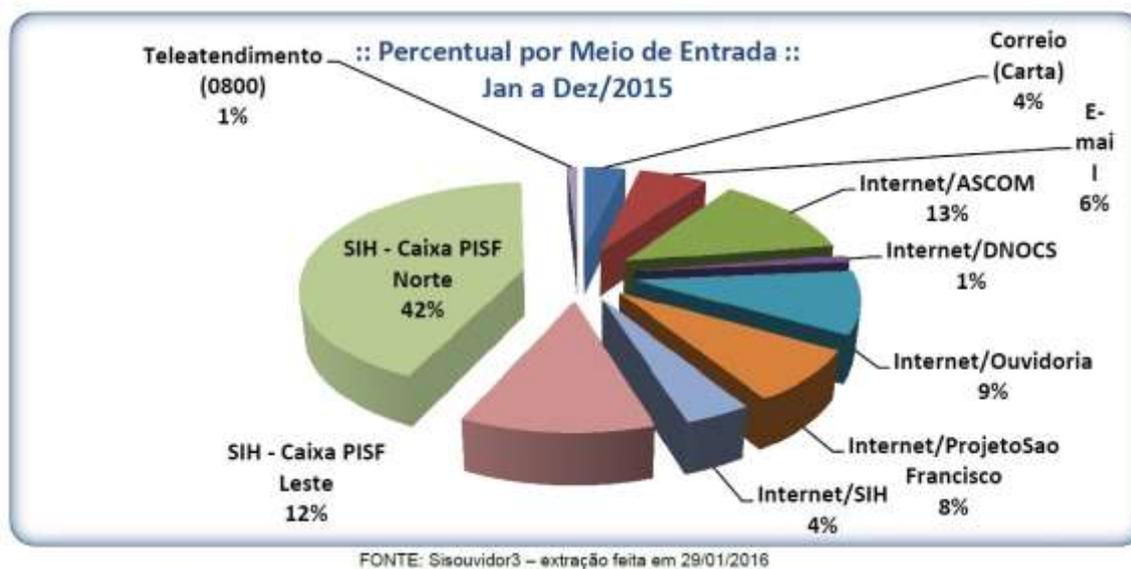
Meio de Entrada - DPE (PISF)		Meio de Entrada – SIH (Consolidado)	
Classificação	Qtd	Classificação	Qtd
Correio (Carta)	9	Correio (Carta)	9
E-mail	12	E-mail	15
Internet/ASCOM	28	Internet/ASCOM	32
Internet/DNOCS	2	Internet/DNOCS	3
Internet/Ouvidoria	20	Internet/Ouvidoria	24
Internet/ProjetoSaoFrancisco	19	Internet/ProjetoSaoFrancisco	20
Internet/SIH	6	Internet/SIH	10
SIH - Caixa PISF Leste	29	SIH - Caixa PISF Leste	29
SIH - Caixa PISF Norte	106	SIH - Caixa PISF Norte	106
Teletendimento (0800)	2	Teletendimento (0800)	2
<b>Total Geral</b>	<b>233</b>	<b>Total Geral</b>	<b>250</b>

FONTE: Sisouvidor3 – extração feita em 29/01/2016

## 5.4 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

Do total de requerimentos, somando as páginas da internet, foram registradas 75 manifestações, 135 pelas caixas de comunicação, e o restante pelos demais canais. Independentemente do meio de entrada, todas as demandas são registradas no sistema da Ouvidoria, o Sisouvidor3, e tramitada às áreas por ele.

FIGURA 5.4 – PERCENTUAL MEIOS DE ENTRADA



Somando os serviços prestados, a Secretaria atuou em 277 demandas ligadas aos canais de responsabilidade da Ouvidoria, sendo 250 do Sisouvidor3 e 27 do SIC, além do recebimento das ligações provenientes do teleatendimento, mas que foram apenas informados os contatos do telefone geral do Ministério.

Em relação às respostas, a Secretaria está se preocupando em responder adequadamente o cidadão. Contudo, se limita a responder apenas aquilo que lhe é solicitado. Na verificação do que é perguntado, verifica-se que algumas informações constam do site do Ministério, porém ainda assim o cidadão procura o canal da Ouvidoria para esclarecimentos. Sugere-se verificar se as informações constantes nas páginas do MI estão de fácil acesso e com uma linguagem simples, não complexa.

O canal da Ouvidoria, além de fornecer dados diretos do cidadão, que pode vir a trazer uma melhoria nos processos e nos trabalhos da Secretaria, pode demonstrar o andamento das ações do Ministério e suas complexidades, transformando-se em um canal educativo.

A SIH situa-se na Esplanada dos Ministérios, Bloco E, 9º andar, e o cidadão pode, identificando-se na portaria, ir ao andar por meio do elevador localizado ao final do corredor interno do prédio. Foi feita uma reforma em todos os ambientes dessa unidade, e procurou-se seguir os padrões de acessibilidade adotados pelas legislações vigentes.

## **6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

### **6.1 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS**

Não existem itens do patrimônio passíveis de depreciação, amortização, exaustão, avaliação e mensuração, abrangidos pelas diretrizes da NBC T 16.9 e 16.10.

### **6.2 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE**

Quanto à sistemática de apuração dos custos dos programas e das Unidades Administrativas, nessa UJ/MI não há estrutura física da Setorial de Custos, nem responsáveis pelo acompanhamento de custos no Sistema de informações de Custos-SIC, conforme determinação constante na Portaria STN 157, de 09 de março de 2011 e Portaria STN 716, de 24 de outubro de 2011.

### 6.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA		530013	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2015, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às seguintes restrições contábeis registradas no SIAFI:</p> <p>318 NAO ATEND. ORIENTACAO ORGAO CONT SET/CENTRAL</p> <p>656 CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA</p> <p>657 CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA</p> <p>659 CONVÊNIOS A LIBERAR EXPIRADOS</p> <p>677 FALTA/ATRASO RETENCAO/RECOL. OBRIG E TRIBUTOS</p> <p>754 SALDOS ALONG/INDEVIDOS- DEMONST.DISPONIBILID.</p> <p>Apresento a (s) justificativa (s) para permanência de restrições contábeis no encerramento do exercício de 2015.</p> <p>a) Restrição 318 e 754 em virtude da falta de regularização da fonte a classificar dos Passivos Financeiros, apesar de todas as orientações prestadas pela Setorial Contábil do Órgão;</p> <p>b) Restrições 656/657/659 pela falta de Recursos Humanos suficientes, no setor de prestação de contas, para análise do volume de processos existentes;</p> <p>c) Restrição 677 pelo não atendimento às mensagens e orientações emitidas pela Setorial Contábil do Órgão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	22 de janeiro de 2016
Contador Responsável	Leonizia Virgolino Ramos	CRC nº	DF - 010944/O-7

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>		<b>Código da UG</b>	
PROAGUA NACIONAL		530021	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2015, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às seguintes restrições contábeis registradas no SIAFI:</p> <p>318 NAO ATEND. ORIENTACAO ORGAO CONT SET/CENTRAL</p> <p>656 CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA</p> <p>657 CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA</p> <p>659 CONVÊNIOS A LIBERAR EXPIRADOS</p> <p>754 SALDOS ALONG/INDEVIDOS- DEMONST.DISPONIBILID.</p> <p>Apresento a (s) justificativa (s) para permanência de restrições contábeis no encerramento do exercício de 2015.</p> <p>a) Restrição 318 e 754 em virtude da falta de regularização da fonte a classificar dos Passivos Financeiros, apesar de todas as orientações prestadas pela Setorial Contábil do Órgão;</p> <p>b) Restrições 656/657/659 pela falta de Recursos Humanos suficientes, no setor de prestação de contas, para análise do volume de processos existentes;</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Brasília-DF</b>	<b>Data</b>	<b>22 de janeiro de 2016</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>Leonizia Virgolino Ramos</b>	<b>CRC nº</b>	<b>DF - 010944/O-7</b>

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>		<b>Código da UG</b>	
PROAGUA NACIONAL		530021	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanço Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2015, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às seguintes restrições contábeis registradas no SIAFI:</p> <p>318 NAO ATEND. ORIENTACAO ORGAO CONT SET/CENTRAL</p> <p>656 CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA</p> <p>657 CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA</p> <p>659 CONVÊNIOS A LIBERAR EXPIRADOS</p> <p>754 SALDOS ALONG/INDEVIDOS- DEMONST.DISPONIBILID.</p> <p>Apresento a (s) justificativa (s) para permanência de restrições contábeis no encerramento do exercício de 2015.</p> <p>a) Restrição 318 e 754 em virtude da falta de regularização da fonte a classificar dos Passivos Financeiros, apesar de todas as orientações prestadas pela Setorial Contábil do Órgão;</p> <p>b) Restrições 656/657/659 pela falta de Recursos Humanos suficientes, no setor de prestação de contas, para análise do volume de processos existentes;</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Brasília-DF</b>	<b>Data</b>	<b>22 de janeiro de 2016</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>Leonizia Virgolino Ramos</b>	<b>CRC nº</b>	<b>DF - 010944/O-7</b>

## 7 ÁREA ESPECIAIS DA GESTÃO

As informações sobre as áreas de Gestão de Patrimônio e Infraestrutura, Gestão da Tecnologia da Informação e a Gestão de Riscos relacionadas ao Pessoal e Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários são de responsabilidade da CGSL/DGI/SECEX, conforme previsto no artigo 51, Seção XII, Anexo II da Portaria n 270, de 28 de julho de 2014. A SIH não realiza Gestão de Fundos e programas.

### 7.1 GESTÃO DE PESSOAS

A Estrutura de pessoal da Secretaria de Infraestrutura Hídrica, do Ministério da Integração Nacional, no exercício de 2015, excetuando o contido no Quadro de Despesa do Pessoal que também apresenta informações relacionadas ao exercício de 2014 e composta conforme apresentado a seguir, em cumprimento às orientações contidas na Portaria nº 321, de 30/11/2015, do Tribunal de Contas da União (TCU).

A CGRH/DGI/SECEX informou a estrutura de pessoal da Secretaria de Infraestrutura Hídrica, do Ministério da Integração Nacional, no exercício de 2015, excetuando o contido no Quadro de Despesa do Pessoal que também apresenta informações relacionadas ao exercício de 2014 e composta conforme apresentado a seguir, em cumprimento às orientações contidas na Portaria nº 321, de 30/11/2015, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Esse tópico apresenta dados que ajudam a dimensionar e caracterizar a força de trabalho com que contou a SIH no exercício de 2015, bem como verificar o perfil dos servidores ativos

#### 7.1.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

Quadro 7.1 - Força de Trabalho da UPC – SIH

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>		95	3	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		95	3	3
		23	2	0
		68	1	2
		0	0	0
		4	0	1
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>		0	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>		11	2	0
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>		106	5	3

Fonte: SIAPE extração DW

Verifica-se que 90% da força de trabalho são de servidores de carreira e efetivos.

**Quadro 7.2 – Distribuição da Lotação**

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
<b>1. Servidores de Carreira (1.1)</b>	0	95
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	95
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão		23
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		68
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		4
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	0	0
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>		11
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	0	106

Fonte: SIAPEextração DW

Verifica-se que 90% da força de trabalho está concentrada na área FIM.

### Quadro 7.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	34	32	7	3
1.1. Cargos Natureza Especial		0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		1	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		16	4	2
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		4	0	1
1.2.4. Sem Vínculo		11	3	0
1.2.5. Aposentados		0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	2	2	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		2	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>		34	7	3

Fonte: SIAPEextração DW

#### 7.1.1.1 Informações específicas sobre a estrutura de pessoal

a) Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade:

#### Quadro 7.4 - Qualificação da força de trabalho

ESCOLARIDADE	QUANTIDADE DESERVIDORES
2o gr compl ou tec profiss	7
Sup compl ou hab legal eqv	95
Mestrado	4
<b>Total</b>	<b>106</b>

Fonte: SIAPEextração DW

#### Quadro 7.5 - Faixa etária da força de trabalho

FAIXA ETARIA	QUANTIDADE DESERVIDORES
Ate 40 anos	61
41 a 45	9
46 a 50	8
51 a 55	8
56 a 60	11
61 a 65	7
Acima de 70	2
Total	106

Fonte: SIAPEextração DW

b) Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada a pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada.

Destacamos que os registros relativos a esse item, por se tratar de discussão comum a todas as unidades do Ministério da Integração Nacional, constarão do Relatório de Gestão da Secretaria Executiva.

## 7.1.2 DESMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL

### Quadro 7.6 – DESPESA COM PESSOAL

Quadro – Despesas do Pessoal											
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2014	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2015	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade</b>											
Exercícios	2014	R\$ 681.415,00	R\$ 847.482,00	R\$ 128.399,00	R\$ 31.975,00	R\$ 143.026,00	R\$ 30.264,00	R\$ 2.231,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.864.792,00
	2015	R\$ 1.603.831,17	R\$ 106.180,72	R\$ 148.515,87	R\$ 60.654,97	R\$ 143.707,24	R\$ 48.101,49	R\$ 38.086,22			R\$ 2.149.077,68
<b>Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade</b>											
Exercícios	2014	R\$ 4.812,00	R\$ 861.193,00	R\$ 90.294,00	R\$ 25.588,00	R\$ 4.476,00	R\$ 4.371,00	R\$ 67.427,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.058.161,00
	2015	R\$ 149,29	R\$ 784.986,65	R\$ 68.176,55	R\$ 25.548,79	R\$ 46.326,00	R\$ 1.216,80	R\$ 9.829,37			R\$ 936.233,45
<b>Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)</b>											
Exercícios	2014	R\$ 11.388,00	R\$ 564.371,00	R\$ 44.733,00	R\$ 9.168,00	R\$ 45.060,00	R\$ 13.632,00	R\$ 17.365,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 705.717,00
	2015	R\$ 34.684,15	R\$ 710.427,03	R\$ 61.936,38	R\$ 15.314,29	R\$ 92.326,30	R\$ 13.676,87	R\$ 8.533,25			R\$ 936.898,27
<b>Servidores cedidos com ônus</b>											
Exercícios	2014	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2015	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Servidores com contrato temporário</b>											
Exercícios	2014	R\$ 22.133,00	R\$ 0,00	R\$ 692,00	R\$ 0,00	R\$ 101,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.926,00
	2015						R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: SIAPE extração DW

## 7.2 GESTÃO DE RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL

a) Conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim

b) Política de capacitação e treinamento do pessoal

### 7.3 CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS

Quadro 7.7 - ESTAGIÁRIOS

TRIMESTRE	ESTAGIARIOS/TRIMESTRE	DESPEZA/ANO
1o trim 2015	19	R\$ 10.228,67
2o trim 2015	17	R\$ 10.987,98
3o trim 2015	21	R\$ 12.830,81
4o trim 2015	21	R\$ 14.544,00
<b>TOTAL DESPESA</b>		<b>R\$ 48.591,46</b>
<b>Fonte: SIAPEextração DW</b>		

Destacamos que os registros relativos a esse item, por se tratar de discussão comum a todas as unidades do Ministério da Integração Nacional, constarão do Relatório de Gestão da Secretaria Executiva.

### 7.4 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA

As informações solicitadas para este item serão prestadas de forma consolidada pela Secretaria Executiva - Secex, tendo em vista que a Coordenação Geral de Suporte Logístico, unidade vinculada àquela Secex tem a competência de planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades relativas à administração do patrimônio imobiliário próprio, da União sob a responsabilidade deste MI.

### 7.5 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO

As informações solicitadas para este item serão prestadas de forma consolidada pela Secretaria Executiva - Secex, tendo em vista que a Coordenação Geral de Suporte Logístico, unidade vinculada àquela Secex tem a competência de planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades relativas à administração do patrimônio imobiliário próprio, da União sob a responsabilidade deste MI.

### 7.6 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Para o item acima, aplica-se o artigo 19 do anexo II da Portaria MI, 270, de 28 de julho de 2014, compete à Coordenação Geral de Tecnologia da Informação da Secretaria Executiva o planejamento, a coordenação e a avaliação da execução das atividades relativas à administração dos recursos de informação e de informática no âmbito do Ministério. Nesse sentido, segundo entendimentos internos, aquela Secretaria irá consolidar em seu relatório de gestão as informações solicitadas neste item.

## **7.7 PRINCIPAIS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES**

Para o item acima, aplica-se o artigo 19 do anexo II da Portaria MI, 270, de 28 de julho de 2014, compete à Coordenação Geral de Tecnologia da Informação da Secretaria Executiva o planejamento, a coordenação e a avaliação da execução das atividades relativas à administração dos recursos de informação e de informática no âmbito do Ministério. Nesse sentido, segundo entendimentos internos, aquela Secretaria irá consolidar em seu relatório de gestão as informações solicitadas neste item.

## **7.8 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PETI) E SOBRE O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI)**

Para o item acima, aplica-se o artigo 19 do anexo II da Portaria MI, 270, de 28 de julho de 2014, compete à Coordenação Geral de Tecnologia da Informação da Secretaria Executiva o planejamento, a coordenação e a avaliação da execução das atividades relativas à administração dos recursos de informação e de informática no âmbito do Ministério. Nesse sentido, segundo entendimentos internos, aquela Secretaria irá consolidar em seu relatório de gestão as informações solicitadas neste item.

## **7.9 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE**

Em relação às contratações realizadas por esta unidade, para execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional, são observados os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012.

Quanto aos demais itens do Quadro - 7.8, as informações são de competência da Secretaria Executiva.

## **7.10 ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AQUISIÇÃO DE BENS E NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS OU OBRAS**

a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade;  
As práticas relacionadas abaixo foram adotadas sobre a gestão que compete à SECEX.

- criação do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) que promove a redução do consumo de papel, de impressões, de ativos para as impressoras, de transporte de documentos, de carimbos, etc.

- práticas adotadas para redução do consumo de energia e água:

- Divisão de circuito de iluminação, com uso de vários interruptores, possibilitando o desligamento parcial das luminárias em um mesmo ambiente;
- Utilização de sistema de iluminação com lâmpadas fluorescentes T5 no Edifício Sede - Bloco E e lâmpadas fluorescentes T8 no Edifício Celso Furtado por serem mais econômicas;
- Desligamento de aproximadamente 40% do número de luminárias;
- Desligamento de luzes no horário de almoço;
- Ronda diária, após expediente, para desligar ambientes acesos;

- Conscientização dos funcionários da necessidade de um consumo racional de energia elétrica e água.

c) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente;

Está prevista como meta da SECEX a apresentação de minuta de plano de Logística Sustentável à Comissão que será criada para esse fim, cujo período previsto é de 01/03/2016 a 28/02/2017.

#### Quadro - 7.8 – ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		
	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		

c) Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.

Apesar de a UPC ainda não possuir PLS, conforme alínea acima, o Ministério aplica sempre que possível às suas contratações legislação sobre a política de sustentabilidade ambiental. A reforma do Bloco “E” foi um dos exemplos da aplicação de práticas de sustentabilidade, juntamente com a instituição do Sistema Eletrônico de Informações. A contratação de serviços de motoboy para transporte de documentos vai ao encontro desse tema, visto que diminui o número de carros no trânsito e a emissão de poluentes.

O serviço de lavagem de veículos oficiais foi contratado com empresa especializada na prestação de serviços de lavagem ecológica, observando as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental elencadas na Instrução Normativa nº 01 – SLTI/MP, de 19 de janeiro de

2010. Além disso, a manutenção predial faz serviço pró-ativo na verificação de vazamentos de água, no desligamento de lâmpadas, etc.

## 8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

### 8.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

No transcorrer do exercício de 2015 a SIH recebeu do Tribunal de Contas da União 14 (quatorze) Acórdãos estabelecendo recomendações e determinações cuja grande maioria foi respondida e outras ainda estão em curso, pois exigiram a abertura Tomada de Contas Especial.

Duas estrutura foram implementadas durante o exercício de 2015 para o acompanhamento de demandas de órgãos de controle (externo e interno). Uma delas foi, por iniciativa do Secretário da SIH com apoio da SECEX e Gabinete do Ministro, à estruturação da Assessoria Técnica da SIH que passou a ser encarregada de atender, monitorar e acompanhar todas as demandas dos órgãos de controle, em estreita parceria com a Assessoria de Controle Interno do MI.

A outra foi que até agosto/2015 o MI utilizava o Sistema Informatizado para Controle de Demandas, instituído pela Portaria MI nº 250, de 25/04/2012, e que foi substituído pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI a partir de 31/08/2015, assim todo o Ministério da Integração Nacional passou a utilizar a nova ferramenta de gestão eletrônica de documentos.

Com a montagem da Assessoria Técnica da SIH e com a nova ferramenta SEI, os processos relacionados aos órgãos de controle passaram a ser acompanhados de maneira otimizada. O SEI possui funcionalidades como o “Retorno Programado”, em que um setor ou unidade pode definir o prazo de resposta a outras unidades, e o “Acompanhamento Especial”, na qual processos oriundos de um mesmo órgão externo podem ser agrupados em listas de acompanhamento que permitem a visualização de sua tramitação no Ministério, independentemente da unidade em que se encontram.

Com as mudanças empreendidas no âmbito do MI e na estrutura da SIH em 2015, espera-se o gradativo aprimoramento no uso da ferramenta para a redução do prazo de atendimento com efetivas respostas aos órgãos de controle. Assim se alcançará a tempestividade na prestação de informações sobre o cumprimento de determinações e recomendações nos exercícios futuros.

#### Quadro 8.1 – DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE				
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU				
<b>Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento</b>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59100.000329/2005-16 59100.000200/2008-42	1154/2014-segunda-câmara	9.7	Ofício 025/2015	28/01/2015
<b>Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação</b>				
Ministério da Integração Nacional				
<b>Descrição da Determinação/Recomendação</b>				
Determinar ao Ministério da Integração Nacional que acompanhe a ações do Município de Pinheiros para a conclusão da barragem e, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias finalize a análise da prestação de contas dos Convênios 0764/2005 (Siafi 557898) e 700080/2008 (Siafi 700080/2008), e, caso se faça necessário, que seja instaurada a correspondente tomada de contas especial, dando-se, em seguida, ciência ao TCU a respeito das providências adotadas.				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				

Os Convênios 0764/2005 e 700080/2008 firmados com o Município de Pinheiros/ES encontram-se na Secretaria de Infraestrutura Hídrica para análise e emissão de parecer técnico conclusivo que respaldará a realização da análise financeira.

<b>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</b>			
<b>TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU</b>			

<b>Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento</b>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59100.000534/2009-05 59100.000074/2011-21	1622/2012-Plenário	9.3	Ofício 160/2016	04/03/2015
<b>Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação</b>				
Ministério da Integração Nacional				
<b>Descrição da Determinação/Recomendação</b>				
Determinar, com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, ao Ministério da Integração Nacional, que por ocasião da liberação de recursos para etapas posteriores aos Termos de Compromisso 118/2009 (Siafi 663932) e 207/2011 (Siafi 668823) e da eventual assinatura de novos instrumentos de transferência de recursos, avalie as condicionantes necessárias à funcionalidade de todos os trechos do Canal, já concluídos ou em execução, em conformidade ao art. 12, incisos II e III, da Lei 8666/1993.				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
Os Termos de Compromisso 118/2009 e 207/2011 do Estado de Alagoas encontram-se na Secretaria de Infraestrutura Hídrica em acompanhamento de vigência e supervisão das obras.				

<b>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</b>			
<b>TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU</b>			

<b>Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento</b>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59100.000031/2005-06	399/2015-plenário	1.9	Ofício 167/2015	06/03/2015
<b>Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação</b>				
Ministério da Integração Nacional				
<b>Descrição da Determinação/Recomendação</b>				
Determinar ao Ministério da Integração Nacional, com fundamento no art. 8º da Lei 8.443/1992, que, no prazo de 60 (sessenta) dias, caso não tenha havido o recolhimento do débito apurado no âmbito da análise da prestação de contas do convênio 11/2005 (Siafi 525158), firmado com a Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES, encaminhe tomada de contas especial à Controladoria Regional da União no Estado do Espírito Santo - CGU-ES, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II, art. 10, da Resolução TCU 71/2012				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
A Prestação de Contas Final do Convênio 11/2005 firmado com o Município de Cachoeiro do Itapemirim/ES foi aprovada com ressalva no valor de R\$ 1.064.250,82, e instaurada a Tomada de Contas Especial no valor de R\$ 252.344,72 em desfavor do Sr. Roberto Valadão Almokdice, conforme Parecer Financeiro 001/2016/DTCE/CDTCE/CGCONV/DGI/SECEX/MI, de 15/1/2016. O Processo de TCE nº 59010.000038/2015-09 foi encaminhado à Controladoria-Geral da União em 12/2/2016 para emissão do certificado de auditoria.				

<b>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</b>			
<b>TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU</b>			

Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59100.000518/2009-12 59100.000399/2011-12	374/2015-plenário	9.2	Ofício 171/2015	10/03/2015
<b>Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação</b>				
Ministério da Integração Nacional				
<b>Descrição da Determinação/Recomendação</b>				
Recomendar ao Ministério da Integração Nacional e à Companhia Pernambucana de Saneamento, com fundamento no art. 250, III, do RI/TCU que acompanhem o estado das obras da Aduutora do Agreste que forem entregues e não tiverem funcionalidade até a conclusão do Ramal do Agreste , identificando os serviços decorrentes de defeitos ou vícios construtivos, e adotem, se for o caso, as providências necessárias à apuração de responsabilidades por sua eventual deterioração, e os consequentes prejuízos ao erário daí advindos.				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
Os Termos de Compromisso 117/2009 e 239/2011 do Estado de Pernambuco encontram-se na Secretaria de Infraestrutura Hídrica em acompanhamento de vigência e supervisão das obras.				
<b>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</b>				
<b>TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU</b>				

Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59250.000029/2013-15	335/2015-plenário	9.4	Ofício 177/2015	10/03/2015
<b>Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação</b>				
Ministério da Integração Nacional				
<b>Descrição da Determinação/Recomendação</b>				
Determinar ao Ministério da Integração Nacional que se abstenha de transferir recursos por força do Convênio n. 782.397/2013-MI em montante superior a 20% do total previsto e que somente realize novos repasses no âmbito do mencionado ajuste após a aprovação da prestação de contas parcial referente às parcelas anteriormente descentralizadas.				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
O Convênio 782397/2013 firmado com a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária encontra-se na Secretaria de Desenvolvimento Regional em acompanhamento de vigência e supervisão das obras.				
<b>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</b>				
<b>TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU</b>				

Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59050.000752/2010-16	512/2012-plenário	não possui	Ofício 736/2015	25/03/2015
<b>Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação</b>				
Ministério da Integração Nacional				
<b>Descrição da Determinação/Recomendação</b>				
Fixou prazo de 60 dias para o Ministério da Integração encaminhar ao Tribunal de Contas da União a Tomada de Contas Especial.				

<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
Foi instaurada a tomada de contas especial no valor de R\$ 1.500.000,00 em desfavor da ex-Prefeita Sandra Kennedy Viana em razão da não aprovação da prestação de contas final conforme Parecer Financeiro 250/2014/DTCE/CDTCE/CGCONV/DGI/SECEX/MI, de 30/9/2014, e o processo de TCE 59010.000025/2014-41 foi encaminhado ao Tribunal de Contas da União em 30/6/2015 para julgamento das contas.				
<b>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</b>				
<b>TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU</b>				

<b>Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento</b>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
03900.006327/99-71	1238/2015-segunda câmara	1.7.1 .1 - 1.7.1 .2	Ofício 1107/2015	06/04/2015
<b>Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação</b>				
Ministério da Integração Nacional				
<b>Descrição da Determinação/Recomendação</b>				
Adote, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, providências, se ainda não as tomou, com vistas a incluir, no bojo das apurações de irregularidades em curso no âmbito do processo n. 03900.006327/99-71, exame concernente aos danos decorrentes de sobrepreços, conforme apuração em tomada de contas especial instaurada pela Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema), cujos resultados teriam sido comunicados a esse ministério em junho de 2010, por intermédio do Ofício Caema n. 1250/2010 PR, sem prejuízo de requerer elementos adicionais à mencionada entidade, a título de evidências, se for necessário; comunique a este Tribunal, ao término do referido prazo fixado acima, as medidas adotadas visando ao cumprimento da determinação retro e do item 1.8.1.1 do Acórdão n. 5.745/2014 - 2ª Câmara, encaminhando em anexo a esse comunicado os pareceres conclusivos exarados em relação ao processo original n. 03900.006327/99-71, do Ministério da Integração Nacional.				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
A prestação de contas final foi aprovada parcialmente no valor de R\$ 17.843.354,30 conforme Parecer Financeiro 286/2015/DTCE/CDTCE/CGCONV/DGI/SECEX/MI, de 23/10/2015, e instaurada a tomada de contas especial no valor de R\$ 5.136.044,13. O processo de TCE 59010.000023/2015-32 foi encaminhado à Controladoria-Geral da União para emissão do certificado de auditoria.				
<b>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</b>				
<b>TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU</b>				

<b>Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento</b>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59050.004025/2009-86	2224/2015-primeira câmara	b	755/2015	05/05/2015
<b>Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação</b>				
Ministério da Integração Nacional				
<b>Descrição da Determinação/Recomendação</b>				
Determinar ao Ministério da Integração Nacional, nos termos do art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que adote providências visando à apuração dos indícios de irregularidades verificados na execução do Convênio 1279/2009 (Siafi 728469), no valor de R\$ 2.900.000,00, celebrado com o município de Autazes/AM, relatados nestes autos, instaurando, se necessário, a competente tomada de contas especial, para posterior encaminhamento à Secretaria Federal de Controle Interno.				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil emitiu o Parecer Técnico 2015 400 PT DRR HSCJ, de 18/8/2015, concluindo que o conveniente deverá apresentar documentos e informação complementares a fim de evitar glosa técnica. A Coordenação-Geral de Prestação de Contas de Convênios aguarda manifestação conclusiva da área técnica para realizar a análise financeira.

<b>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</b>			
<b>TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU</b>			

<b>Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento</b>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59050.002228/2009-38	258/2014-segunda câmara	9.2	Ofício 1335/2015	26/05/2015
<b>Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação</b>				
Ministério da Integração Nacional				
<b>Descrição da Determinação/Recomendação</b>				
Determinar ao Ministério da Integração Nacional que, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação, instaure a devida tomada de contas especial (TCE) em relação ao Convênio nº 705.811/2009, celebrado com o município de Licínio de Almeida/BA, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012, considerando as irregularidades descritas nestes autos, fixando-se, desde já, o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da abertura, para a conclusão da aludida TCE.				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
Foi instaurada a tomada de contas especial no valor R\$ 470.905,00 em desfavor do Prefeito Alan Lacerda Leite conforme Parecer Financeiro 060/2015/DTCE/CDTCE/CGCONV/DGI/SECEX/MI, de 4/3/2015. O processo de TCE 59050.002228/2009-38 foi encaminhado à Coordenação de Contabilidade para emissão do relatório de TCE.				
<b>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</b>				
<b>TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU</b>				

<b>Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento</b>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59100.000011/2006-16	1400/2015-plenário	1.8 - 1.8.1 - 1.8.2	Ofício 430/2015	26/06/2015
<b>Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação</b>				
Ministério da Integração Nacional				
<b>Descrição da Determinação/Recomendação</b>				
Determinar ao Ministério da Integração Nacional que, no prazo de 90 dias, contados a partir da ciência, encaminhe as seguintes informações a esta Corte: caso tenha havido prestação de contas, conclusões acerca da avaliação de regularidade da prestação de contas do Convênio 75/2006 (Siafi 572375); análise da solicitação de prorrogação de prazo do Convênio 75/2006 (Siafi 572375) realizada pelo município de Macapá.				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
O Convênio 75/2006 firmado com o Município de Macapá encontra-se na Secretaria de Infraestrutura Hídrica em acompanhamento de vigência e supervisão da obra.				
<b>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</b>				
<b>TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU</b>				

<b>Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento</b>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59100.000518/2009-12 59100.000399/2011-12	1889/2015-TCU-Plenário	9.2	Ofício 0673/2015	05/08/2015
<b>Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação</b>				
Ministério da Integração Nacional				
<b>Descrição da Determinação/Recomendação</b>				
Recomendar ao Ministério da Integração Nacional e à Companhia Pernambucana de Saneamento, com fundamento no art. 250, III, do RI/TCU que acompanhem o estado das obras da Aduutora do Agreste que forem entregues e não tiverem funcionalidade até a conclusão do Ramal do Agreste, identificando os serviços decorrentes de defeitos ou vícios construtivos, e adotem, se for o caso, as providências necessárias à apuração de responsabilidades por sua eventual deterioração, e os consequentes prejuízos ao erário daí advindos.				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
Os Termos de Compromisso 117/2009 (Siafi 659479) e 239/2011 (Siafi 668655) do Estado de Pernambuco encontram-se na Secretaria de Infraestrutura Hídrica para acompanhamento de vigência e supervisão das obras.				
<b>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</b>				
<b>TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU</b>				

<b>Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento</b>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59050.003076/2010-24 59050.000030/2011-34 59050.000039/2011-45 59050.000042/2011-69 59050.000046/2011-47 59050.000050/2011-13 59050.000051/2011-50	1827/2015-Plenário	1.10	Ofício 2354/2015	30/07/2015
<b>Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação</b>				
Ministério da Integração Nacional				
<b>Descrição da Determinação/Recomendação</b>				
Determinar ao Ministério da Integração Nacional que, no prazo de noventa dias a contar da notificação desta decisão, conclua todos os trâmites necessários à entrada em vigor da metodologia para análise das prestações de contas referentes às transferências obrigatórias para ações de socorro, assistência, restabelecimento e recuperação celebradas com estados e municípios e encaminhe plano de ação relativo às análises e aprovações das prestações de contas ainda pendentes dos recursos repassados com base nas seguintes Portarias MI: 23/2011 (termo de compromisso 4/2011 - Prefeitura Municipal de Sumidouro/RJ - SIAFI 666052); 24/2011 (termo de compromisso 3/2011 - Prefeitura Municipal de Petrópolis/RJ - SIAFI 666051); 25/2011 (termo de compromisso 5/2011 - Prefeitura Municipal de Teresópolis/RJ - SIAFI 666054); 26/2011 (termo de compromisso 1/2011 - Prefeitura Municipal de Nova Friburgo/RJ - SIAFI 666053); 27/2011 (termo de compromisso 2/2011 - Governo do Estado do Rio de Janeiro - SIAFI 666050); MI 30/2011 (termo de compromisso 7/2011 - Prefeitura Municipal de Bom Jardim/RJ - SIAFI 666076); e 41/2011 (termo de compromisso 8/2011 - Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto/RJ - SIAFI 666084).				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
Esta CGCONV aguarda posicionamento conclusivo da SEDEC acerca dos processo acima relacionados a fim de realizar a análise financeira visando aprovação ou não da prestação de contas.				
<b>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</b>				
<b>TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU</b>				

<b>Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento</b>				

Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59050.001677/2010-01	3001/2015-plenário	1.7.1	Nota Informativa 0090711	04/12/2015
<b>Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação</b>				
Ministério da Integração Nacional				
<b>Descrição da Determinação/Recomendação</b>				
À Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional que, à vista da documentação encaminhada pela Prefeitura Municipal de São José/SC, em decorrência das recomendações que constam da Análise Técnica n. 01/2015 - AK/DRR, de 5/3/2015, conclua a análise da prestação de contas do Termo de Compromisso n. 411/2010-MI, firmado com o Município de São José/SC, em conjunto com os achados de auditoria contidos no Relatório de Fiscalização n. 1.160/2012 do Tribunal de Contas da União, instaurando, se necessário, a competente Tomada de Contas Especial, nos termos do art. 8º da Lei n. 8.443/1992 e da Instrução Normativa/TCU n. 71/2012, informando ao TCU, no prazo de até 60 (sessenta) dias, as providências adotadas, alertando-a, sobre a possibilidade da aplicação da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei n. 8.443/1992, em caso de descumprimento.				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
À Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil emitiu o Parecer Técnico 2015 531 PT DRR ACN sugerindo glosa, estando o Processo 59050.001677/2010-01 nesta CGCONV aguardando realização de análise financeira.				
<b>CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE</b>				
<b>TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU</b>				

<b>Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento</b>				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
59204.007724/2015-2	1421/2015-Plenário	9.3	Ofício 1244/2015	13/08/2015
<b>Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação</b>				
Ministério da Integração Nacional				
<b>Descrição da Determinação/Recomendação</b>				
Recomendar ao Ministério da Integração Nacional que intensifique as ações junto ao Ministério das Cidades e à Fundação Nacional de Saúde, em associação com os governos estaduais e municipais, no sentido de buscar aumentar a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário nos municípios relacionados ao Pifs, em especial naqueles com influência direta na qualidade das águas a serem transpostas.				
<b>Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas</b>				
Como envolvem outros órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal a ação deverá ser planejada pela SIH e submetida a apreciação e aprovação do gabinete do Ministro da Integração Nacional.				

## 8.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

O Ministério da Integração Nacional - SIH recebeu 27 recomendações do órgão de controle interno no exercício de 2015, tendo atendido 14 e permanecendo 13 em monitoramento. Na estrutura da SIH a assessoria do Gabinete é responsável pelo acompanhamento das recomendações utilizando como ferramenta o sistema MonitorWeb (CGU).

### Recomendações na Situação Atendida - Quantidade: 14

Documento	Identificação	Recomendação
OS: 201411264 Constatacao: 2	138461	Que o gestor federal promova a identificação das causas que têm provocado a morosidade na análise e execução de convênios firmados junto ao Ministério da Integração e adote providências
OS: 201408632 Constatacao: 3	141709	Observe no novo edital para contratação do empreendimento as premissas e alterações elencadas pela CGU, e acatadas pelo MI e Supervisora, nos termos desta constatação.
OS: 201408632 Constatacao: 5	141710	No próximo edital para licitação do empreendimento utilize como fonte de água para obras os açudes disponíveis que impliquem em menores DMTs, e por conseguinte, menores custos ao erário em
OS: 201408632 Constatacao: 7	141711	No novo orçamento de referência, utilize parâmetros de consumo de materiais mais próximos à realidade de campo das obras anteriores do PISF, nos termos expressos nesta
OS: 201408632 Constatacao: 6	141712	No novo orçamento da obra retirar os coeficientes de majoração das composições de concreto projetado, visto que as composições de referência utilizadas já possuem quantidades adicionais relacionadas às perdas, evitando
OS: 201408632 Constatacao: 8	141714	Manter os novos parâmetros para o quantitativo de encarregados no futuro orçamento do empreendimento.
OS: 201408632 Constatacao: 9	141715	No novo orçamento de referência, utilizar na formação dos preços de fornecimentos dos tubos de aço cotações de mercado mais vantajosas para a Administração.

OS: 201408632 Constatacao: 9	141716	Nas futuras licitações do PISF, adotar na sistemática de formação dos preços de fornecimento de materiais e equipamentos o procedimento de consulta ao mercado a fim de obter preços aderentes às especificações e quantitativos dos objetos que se deseja adquirir.
OS: 201503325 Constatacao: 3	142993	Apresentar uma plano de ação, contemplando providências e prazos, com vistas a colocar em efetivo funcionamento o Conselho Gestor do
OS: 201503325 Constatacao: 3	142994	Elaborar normativo/regimento regulamentando o funcionamento do Conselho Gestor do PISF.
OS: 201503446 Constatacao: 26	143516	Limitar o quantitativo de reanálises das prestações de contas parciais e final, em conformidade com a Portaria MI nº 88, de
OS: 201503446 Constatacao: 10	143518	Estabelecer cronograma de providências com vista a regularizar a situação dos empregados da empresa CMT Engenharia Ltda. (08) e do Consórcio Concremat-Arcadis Logos (11) que exercem as suas atribuições na SIH. Caso seja estritamente necessária a permanência de alguns empregados, apresentar justificativas
OS: 201503446 Constatacao: 20	143520	Reiteração: Editar normativo específico sobre procedimentos de acompanhamento e fiscalização de convênios, conforme previsto no parágrafo único do art. 23 da Portaria MI n.º 555, de 04/10/2012 (Constatação 010 do RA n.º 2013.05984, também reiterada na Constatação
OS: 201503446 Constatacao: 20	143521	Demonstrar as providências adotadas em razão dos achados da fiscalização das obras da Barragem Arvorezinha, conforme relacionado a seguir: a) Realização de processo licitatório para contratação da obra da Barragem Arvorezinha utilizando-se um Projeto Básico inconsistente e incompleto, o qual subestimou o valor real do empreendimento em mais de R\$ 10,0 milhões, conforme constatação 002 do RF 2012.09341; b) Aditivo superior ao limite de 25% nas obras da Barragem (RF 2012.09341 - Constatação 005), inclusive no que se refere à apuração de responsabilidade (se for o caso), uma vez que a IN STN 01/97 - art. 4º - parágrafo primeiro - estabelece a competência do concedente na  serviços "não executados", consignada no item 3.1.1.6 - Constatação 006 - do RF 201209341, inclusive no que se refere a levantamento de eventuais prejuízos, glosas, ressarcimentos de valores pagos a maior e apuração de responsabilidade, se for o caso; d) Descompasso entre o pagamento de serviços de supervisão de obras e a evolução física do empreendimento, consignada no item 3.1.1.7 -

Constatação 007 - do RF 2012.09341, inclusive no que se refere a levantamento de eventuais prejuízos, glosas, ressarcimentos de valores pagos a maior e apuração de responsabilidade, se for o caso; e) Atesto e pagamento de serviços não previstos no projeto, consignada no item 3.1.1.2 - Constatação 002 - do RF 2013.04523, inclusive no que se refere a levantamento de eventuais prejuízos, glosas, ressarcimentos de valores pagos a maior e apuração de responsabilidade, se for o caso; f) Atesto e pagamento de serviços não executados, consignada no item 3.1.1.3 - Constatação 003 - do RF 2013.04523, inclusive no que se refere a levantamento de eventuais prejuízos, glosas, ressarcimentos de valores pagos a maior e apuração de responsabilidade, se for o caso; g) Pagamento indevido de transporte de areia nas obras da Barragem, consignada no item 3.1.1.4 - Constatação 004 - do RF 2013.04523, inclusive no que se refere a levantamento de eventuais prejuízos, glosas, ressarcimentos de valores pagos a maior e apuração de responsabilidade, se for o caso; h) Medição e pagamento indevido de material de 3ª categoria, em lugar de material de 2ª e 1ª categorias, consignada no item 3.1.1.5 - Constatação 005 - do RF 2013.04523, inclusive no que se refere a levantamento de eventuais prejuízos, glosas, ressarcimentos de valores pagos a maior e apuração de responsabilidade, se for o caso; i) Fragilidade nos serviços de topografia realizados pela empresa supervisora das obras da Barragem Arvorezinha, consignada no item 3.1.1.6 - Constatação 006 - do RF 2013.04523, inclusive no que se refere a levantamento de eventuais prejuízos, glosas, ressarcimentos de valores pagos a maior e apuração de responsabilidade, se for o caso; j) Inconsistências nas medições das obras da barragem, consignada no item 3.1.1.7 - tecnológico conforme consignado no item 3.1.1.8 - Constatação 008 - do RF 2013.04523, e se for o caso, na reconstrução em conformidade com as normas técnicas, visando o adequado desempenho estrutural no que se refere à estabilidade, estanqueidade/permeabilidade, durabilidade, entre outras; m) Falhas no controle tecnológico de execução das obras da barragem, consignada no item 3.1.1.8 - Constatação 008 - do RF 2013.04523, inclusive no que se refere a levantamento de eventuais prejuízos, glosas, ressarcimentos de valores pagos a maior e apuração de responsabilidade, se for o caso; n) Avaliação das estruturas realizadas com

material divergente das especificações técnicas conforme consignado no item 3.1.1.9 - Constatação 009 - do RF 2013.04523, e se for o caso, na reconstrução em conformidade com as normas técnicas e especificações, visando o adequado desempenho estrutural no que se refere à estabilidade, estanqueidade/permeabilidade, durabilidade, entre outras; o) Utilização de material em desacordo com as especificações técnicas, consignada no item 3.1.1.9 - Constatação 009 - do RF 2013.04523, inclusive no que se refere a levantamento de eventuais prejuízos, glosas, ressarcimentos de valores pagos a maior e apuração de responsabilidade, se for o caso; p) Ausência de observação quanto ao real custo das obras da barragem, consignada no item 3.1.1.11 - Constatação 011 - do RF 201304523, bem como as medidas adotadas para retomada das obras; q) Não previsão de ajuste na planilha contratual referente às notas técnicas construtivas, consignada no item 3.1.1.12 -

---

Total de Recomendações: 14

## Recomendações na Situação Monitorando - Quantidade: 13

Documento	Identificação	Recomendação
OS: 201503325 Constatacao: 1	142991 (31/01/2016)	Elaborar normativo e organograma detalhado, destacando de forma mais clara as atribuições de cada um dos atores elencados no Decreto nº
OS: 201503325 Constatacao: 2	142992 (08/05/2016)	Em complemento à recomendação do item 1.1.1.1 (Elaborar normativo e organograma detalhado, destacando de forma mais clara as atribuições de cada um dos atores elencados no Decreto nº 5.995/2006), fazer constar no normativo e no organograma, a Coordenação-Geral de Projetos de Apoio ao Desenvolvimento da Região Beneficiada e as suas respectivas atribuições, bem como das demais áreas e equipes técnicas incumbidas de assessorar o Secretário de Infraestrutura Hídrica no
OS: 201503325 Constatacao: 4	142995 (08/05/2016)	Apresentar cronograma contemplando todas as etapas/atividades necessárias para o atingimento do objetivo final do Projeto, que é levar água ao público-alvo.
OS: 201503325 Constatacao: 6	142996 (08/05/2016)	Apresentar plano de ação, contemplando atividades, responsáveis e prazos, com vistas à definição e inserção das Operadoras Estaduais nas atividades do PISF.
OS: 201503325 Constatacao: 7	142997 (31/01/2016)	Verificar junto à Codevasf quais são as informações necessárias para que ela assuma a Operação e Manutenção do PISF, providenciando o fornecimento tempestivo das
OS: 201503446 Constatacao: 19	143513 (30/03/2016)	Avaliar a pertinência em dar continuidade aos Convênios n.º 555831 e 639268, firmados para execução de obras de canalização, drenagem e urbanização do córrego Cascavel em Goiânia/GO, em virtude da paralisação dessas obras e, caso seja decidido pela continuidade, vincular os prazos de eventuais prorrogações de vigência a cronograma efetivo de conclusão do
OS: 201503446 Constatacao: 16	143514 (31/05/2016)	Levantar todos os contratos da SIH beneficiados com a desoneração da folha de pagamento de que trata a Lei n.º 12.546/2013 e o Acórdão TCU n.º 1.212/2014, e adotar medidas efetivas para revisão desses contratos, incluindo implementação de cronograma dessas revisões.
OS: 201503446 Constatacao: 26	143515 (31/05/2016)	Apresentar plano de ação, com metas e prazos, visando à redução do estoque de prestações de contas de transferências com vigência expirada.

OS: 201503446 Constatacao: 19	143519 (30/03/2016)	Adotar providências efetivas para apurar eventuais danos ao erário, em vista do que constou no Relatório de Fiscalização n.º 2013.05582/CGU, relativo aos Convênios n.º 555831 e 639268, conforme segue: 3.1.1.1 Abandono da obra há doze meses provoca prejuízo presumido ao erário no montante de R\$208.114,65, decorrente de erosão do aterro para construção da ponte na margem esquerda do córrego e perda de material e serviço preliminar para a canalização; 3.1.1.3 Alteração na execução do projeto de canalização do córrego resulta em medições com valores acima do contratado, ocasionando acréscimo acima do permitido legalmente, sem a devida alteração contratual, violando o art. 65 da Lei n.º 8.666/1993; 3.1.1.6 Itens de serviço constantes das planilhas de medições com unidades de medida genéricas, sem quantidades e sem
OS: 201307904 Constatacao: 5	158905 (20/04/2016)	Exigir, na celebração de termos de compromisso, ao utilizar as tabelas de custos oficiais da Administração (SINAPI e SICRO) que seja realizada análise de adequabilidade dos serviços nelas contidos ao caso concreto, efetuado, quando necessário, ajustes nos insumos e respectivos coeficientes de produtividade de modo a refletir as
OS: 201307904 Constatacao: 5	158906 (20/04/2016)	Atentar para o disposto no Art. 14 do Decreto Nº 7.983/2013, em caso de futuros aditivos, tendo em vista a existência de serviços com preços acima dos referenciais de mercado (SINAPI, SICRO) apontada neste relatório.
OS: 201307904 Constatacao: 4	158907 (20/04/2016)	Abstenha-se de celebrar termos de compromisso quando os projetos de engenharia utilizados no processo licitatório: primeiro, não contenham memória de cálculo que expresse de forma fiel os quantitativos elencados no orçamento de referência; segundo, adotem percentual de majoração
OS: 201307904 Constatacao: 4	158908 (20/04/2016)	Demandar a correção na planilha do Contrato CT.OS.13.6.146 (Lote 1) reduzindo os quantitativos dos serviços dos blocos de apoio e movimento de terras da adutora de água tratada tendo em vista as superestimativas indicadas na

Total de Recomendações: 13

### **8.3 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO**

No transcorrer de 2015 a SIH foi instada para que procedesse a revisão dos contratos para fins de enquadramento na desoneração da folha de pagamento, conforme previsto na Lei nº 12.546/2013. Entretanto, a SIH não detinha conhecimento técnico para que pudesse adotar tal medida.

A referida lei estabelece que, a partir de 1/3/2011, empresas que realizam atividades de construção civil e de infraestrutura devem efetuar o cálculo para o recolhimento da Previdência Social com base em sua receita bruta, assim como empresas que realizam outras atividades já previstas em seu Art. 7º.

O ofício da Controladoria Geral da União (CGU), 37528/2013/DIRN/2013/DI/CGU, determinou a adoção das medidas necessárias para a revisão dos contratos de execução de obras ainda vigentes, firmadas com empresas beneficiadas pela desoneração.

Uma das medidas se deu por meio do Parecer 326/2015/CGOC/DPE/SIH/MI, de 15/12/2015, Processo [59602.000395/2014-1](#), que identificou as empresas para as quais se recomendou instauração imediata de processo administrativo para a apuração da necessidade de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato; propôs o encaminhamento de ofício às empresas que declararam o enquadramento na desoneração da folha de pagamentos – com vistas a coletar informações mais detalhadas e dar direito de ampla defesa e contraditório – e recomendou a consulta às empresas contratadas pelo MI para a execução de obras civis do PISF a respeito do Recolhimento da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta.

Com base no referido Parecer, apresentamos as informações que seguem:

A partir de uma inicial preparação de alguns de seus servidores para um maior entendimento da temática, por meio de estudos e treinamentos, a Coordenação-Geral de Obras Civas (CGOC) levantou informações preliminares a cerca dos contratos administrativos de obras civis e de infraestrutura no âmbito do PISF.

Na sequência, realizou-se uma análise sobre as atividades principais e secundárias executadas pelas contratadas pelo MI para a execução do PISF, sendo enviado ofício para todas aquelas cuja Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) está relacionada a obras civis e infraestrutura.

Das respostas das referidas empresas, identificou-se que devem ser abertos procedimentos administrativos específicos para apuração da necessidade de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em face do recolhimento da contribuição previdenciária diferente daquela estabelecida originalmente em contrato. Segue a lista destes contratos:

- Control Construções – 27/2014;
- Control Construções – 28/2014;
- Procable Energia e Telecomunicações S.A. – 11/2015;
- Procable Energia e Telecomunicações S.A. – 05/2015;
- Procable Energia e Telecomunicações S.A. – 07/2015;
- Toshiba América do Sul Ltda. 82/2013;

- CMT engenharia Ltda. – Contrato 23/2009.

Em virtude de haver empresas contratadas pelo regime de empreitada total, as quais não destacam, em suas notas fiscais, os valores retidos para a previdência social, foi necessário também enviar ofícios a estas a fim de verificar suas contribuições efetuadas no período que compreende o benefício da desoneração da folha. A lista abaixo relaciona essas empresas:

- 26/2008, 27/2008 e 09/2008 - Encalso Construções Ltda, Convap Engenharia e Construções S/A, Record Engenharia Ltda. e Arvek Técnica e Construções Ltda;
- 32/2008 - EIT - Empresa industrial Técnica S/A, Delta Construções Ltda e Construtora Getel Ltda;
- 29/2008 e 30/2008 - CONSORCIO OAS / GALVAO / BARBOSA MELLO / COESA;
- 45/2007 e 25/2008 - Carioca Chriastiani-Nielsen Engenharia S.A, Serveng Civilsan S.A Empresas Associadas de Engenharia e S.A paulista de Construção e Comércio;
- 25/2011 - Mendes Júnior Trading e Engenharia e GDK S.A;
- 14/2013 - Mendes Júnior Trading e Engenharia;
- 45/2012 - Servenge-Civilsan S/A;
- 75/2013 - Construtora Queiroz Galvão S.A;
- 35/2008 - Construcap-CCPS Engenharia e Comércio S.A, Toniollo, Busnelo S.A. Túneis, Terraplenagens e Pavimentações, Construtora Ferreira Guedes S/A;
- 47/2013 - S.A Paulista de construções e Comércio e Somague Engenharia S.A do Brasil;
- 34/2008 - Mendes Júnior Trading e Engenharia S/A e EMSA-Empresa Sul Americana de Montagens S/A;
- 58/2013 - S/A Paulista de Construções e Comércio e FBS Construção Civil e Pavimentação Ltda;
- 19/2014 - CPL - Construtora Ltda e COINPE CONSTRUTORA LTDA.

Com este levantamento realizado, também foram identificados casos específicos como contratos em que foram realizados pagamentos por indenização ou de apuração de serviços executados em quantidades excedentes e ainda empresas para as quais deve-se realizar uma análise mais detalhada do enquadramento de sua atividade fim no âmbito da contratação pelo MI com o intuito de se verificar a aplicabilidade da desoneração.

Para cada situação identificada no âmbito dos contratos realizados para a execução do PISF, foi elaborado um modelo de ofício a fim de que seja adotada a abordagem mais adequada possível em prol do reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro de cada contrato.

Os gestores dos contratos identificados ou em processo de averiguação a respeito da desoneração foram orientados, por meio desses modelos de ofício, quanto à forma mais apropriada de realizar a abordagem.

Além disso, foi realizado, já em março de 2016, um curso com carga de 8 horas para a capacitação dos mesmos sobre a temática. Participaram do curso em torno de 18 colaboradores do MI, entre fiscais de campo e gestores de contrato, principalmente.

Atualmente, após ações dos gestores para o levantamento da condição de seus contratos quanto à desoneração da folha de pagamento, têm-se as seguintes situações verificadas:

- Lote 01 – Ofício enviado à empresa e aguardando resposta;
- Lote 02 – Ofício enviado à empresa e aguardando resposta;
- Lote 08 – Ofício enviado à empresa e aguardando resposta;
- Meta 1 Norte – Ofício enviado à empresa e aguardando resposta. Além disso, foi encaminhado demanda à gerenciadora para simular os cálculos da desoneração nas composições da empresa para servir como base para os demais contratos;
- Procable Norte – Respondeu que faz a desoneração e documentação está em análise;
- Control Norte – Respondeu que faz a desoneração e documentação está em análise;
- Toshiba – Respondeu que faz a desoneração, mas não apresentou documentação comprobatória. Estamos analisando os questionamentos apresentados pela empresa;
- Contrato nº 47/2013-MI – Empresa complementou informações em 23/05/16 que estão em análise;
- Contrato nº 58/2013-MI – Solicitada complementação das informações disponibilizadas. Sem resposta até o momento;
- Contrato nº 34/2008-MI – Empresa enviou cópia da documentação por e-mail, informando que iria protocolar em Brasília na mesma data (23/05/16). Em análise prévia e aguardando o original (SEI);
- Contrato nº 11/2014-MI – Documentação entregue dia 30/05/16. Em análise prévia, entende-se que será preciso complementar os documentos;
- Contrato nº 28/2014-MI – Documentação entregue em abril/16. Em análise pela Comissão Permanente de Licitação (CPL-MI);
- Meta 2 Norte (Contrato 45/2012-MI) – Respondeu que faz a desoneração. Foi enviado ofício à empresa, solicitando mais informações. Aguardando resposta. Além disso, foi encaminhada demanda à gerenciadora para simular os cálculos da desoneração nas composições da empresa;
- Meta 3 Norte (Contrato 75/2013-MI) – Respondeu que faz a desoneração. Documentação complementar encaminhada em 26/05/2016 em análise. Além disso, foi encaminhada demanda à gerenciadora para simular os cálculos da desoneração nas composições da empresa;
- Procable Boi (Contrato 07/2015-MI) – Respondeu que faz a desoneração e que a planilha contratual já previu tal situação. Documentação está em análise;
- Construcap (Contrato 34/2008-MI) – Respondeu que fez a desoneração. Documentação em análise;
- Vector Leste (Contrato 13/2010-MI) – Respondeu que não faz a desoneração;
- Vector Norte (Contrato 16/2010-MI) – Respondeu que não faz a desoneração.

No âmbito dos contratos da Coordenação-Geral de Projetos Ambientais, apenas dois recaíram na desoneração da folha de pagamento: Contrato nº 23/2009, com a CMT Engenharia LTDA e o Contrato nº 19/2014, com o Consórcio Vilas Rurais – CVR.

Com relação ao Contrato nº 23/2009, diante da divergência entre a metodologia utilizada para os cálculos da desoneração pela empresa e pelo MI, o processo foi encaminhado à CONJUR, no dia 20/05/2016, a fim de dirimir dúvidas.

O processo do Contrato nº 19/2014 foi encaminhado à CONJUR no dia 25/05/2016 para avaliação dos aspectos jurídicos relacionados ao cumprimento das recomendações apresentadas pela Controladoria-Geral da União, já que sua modalidade é RDC Integrada.

#### **8.4 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

O item informações sobre ações de publicidade e propaganda não se aplica à SIH, uma vez que a estratégia de Comunicação do Ministério da Integração Nacional é definida e executada pela Assessoria de Comunicação do Gabinete do Ministro, de acordo com o art. 11 do Anexo I da Portaria MI nº 270/2014.

Entretanto, discorreremos sobre os principais resultados das ações de publicidade e propaganda notadamente frente aos objetivos da unidade prestadora da conta.

O ano de 2015 foi marcado por diversas mudanças no Governo Federal. Dentre elas, o acolhimento de novos ocupantes para cargos de confiança do novo ministro, empossado em janeiro, ocasionou um período ambientação dos novos dirigentes, em que poucas demandas de publicidade de utilidade pública surgiram.

Além disso, em consonância com o contingenciamento de gastos, algumas ações periódicas do ministério, que usualmente contam com o apoio da Publicidade de Utilidade Pública, foram adiadas.

Foi desenvolvida, em parceria com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM, uma Campanha sobre a Integração do Rio São Francisco. Na TV, Rádio, Revistas, e Internet veicularam-se informações sobre as ações do governo em prol da Segurança Hídrica na Região Nordeste do Brasil, evidenciando os benefícios sociais já disponíveis à população em decorrência da execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco como: a preservação da Fauna e Flora; ações de revitalização, e; construção de vilas produtivas rurais. Um dos objetivos da campanha era contribuir para a formação de uma percepção adequada e crítica das dimensões de todo o projeto, fazendo contraponto com a recorrente abordagem equivocada e pejorativa adotada pela mídia.

O regimento interno do Ministério da Integração Nacional prevê, em seu artigo 12, inciso IV, que cabe à Coordenação de Publicidade ‘planejar, produzir, distribuir e definir a veiculação de campanhas publicitárias institucionais e promocionais do Ministério’. Além disso, consta do Mapa estratégico do órgão o reconhecimento da instituição na articulação do desenvolvimento regional, a inclusão socioeconômica, a superação de desigualdades regionais, e melhoria da qualidade de vida e a segurança hídrica da população. Tais previsões reiteram a pertinência das ações acima descritas frente aos objetivos da unidade

**Quadro 8.2- Informações sobre ações de publicidade e propaganda**

Publicidade	Programa / Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores Pagos
Institucional	Programa de Trabalho 04.131.2101.2017.0001 Natureza de Despesa 33.90.39-93	5.000.000,00 <sup>1</sup>	R\$ 2.143.149,73

<sup>1</sup> Termo de Execução Descentralizada nº 03/2015 Secom → Ministério da Integração Nacional – Campanha sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco.

# 10 ANEXO E APÊNDICES



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 31/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530013 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - SIH
ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profs.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

EMISSÃO 31/03/2016 PÁGINA 2

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530013 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - SIH
ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>DÉFICIT</b>	-	-	746.218.788,42	746.218.788,42
<b>TOTAL</b>	-	-	746.218.788,42	746.218.788,42
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	746.218.788,42	13.018.622,85	12.711.389,13	-746.218.788,42
Investimentos	-	-	746.218.788,42	13.018.622,85	12.711.389,13	-746.218.788,42
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	-	-	746.218.788,42	13.018.622,85	12.711.389,13	-746.218.788,42
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 31/03/2016	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530013 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA - SIH
ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	<b>746.218.788,42</b>	<b>13.018.622,85</b>	<b>12.711.389,13</b>	<b>-746.218.788,42</b>
<b>TOTAL</b>	-	-	<b>746.218.788,42</b>	<b>13.018.622,85</b>	<b>12.711.389,13</b>	<b>-746.218.788,42</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>8.336.815,45</b>	<b>3.695.402,06</b>	<b>3.134.346,51</b>	<b>3.134.346,51</b>	<b>902.503,89</b>	<b>7.995.367,11</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	8.336.815,45	3.695.402,06	3.134.346,51	3.134.346,51	902.503,89	7.995.367,11
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>367.818.759,63</b>	<b>844.832.402,94</b>	<b>438.322.228,12</b>	<b>438.176.321,14</b>	<b>13.066.608,38</b>	<b>761.408.233,05</b>
Investimentos	367.818.759,63	844.832.402,94	438.322.228,12	438.176.321,14	13.066.608,38	761.408.233,05
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>376.155.575,08</b>	<b>848.527.805,00</b>	<b>441.456.574,63</b>	<b>441.310.667,65</b>	<b>13.969.112,27</b>	<b>769.403.600,16</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>3.101.141,12</b>	-	-	<b>2.601.141,12</b>	<b>500.000,00</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.101.141,12	-	-	2.601.141,12	500.000,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>272.381.622,80</b>	<b>33.955.670,22</b>	<b>27.107.605,04</b>	<b>16.231.898,88</b>	<b>262.997.789,10</b>
Investimentos	272.381.622,80	33.955.670,22	27.107.605,04	16.231.898,88	262.997.789,10
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>275.482.763,92</b>	<b>33.955.670,22</b>	<b>27.107.605,04</b>	<b>18.833.040,00</b>	<b>263.497.789,10</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2016

PERÍODO  
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMIÇÃO  
31/03/2016

PÁGINA  
1

SUBTÍTULO 530016 - PROAGUA/SH/SEMI

ÓRGÃO SUPERIOR 53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>				
<b>Receitas Tributárias</b>				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
<b>Receitas de Contribuições</b>				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profs.				
<b>Receita Patrimonial</b>				
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				
Valores Mobiliários				
Delegação de Serviços Públicos				
Exploração de Recursos Naturais				
Exploração do Patrimônio Intangível				
Cessão de Direitos				
Demais Receitas Patrimoniais				
<b>Receita Agropecuária</b>				
<b>Receita Industrial</b>				
<b>Receitas de Serviços</b>				
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais				
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte				
Serviços e Atividades Referentes à Saúde				
Serviços e Atividades Financeiras				
Outros Serviços				
<b>Transferências Correntes</b>				
<b>Outras Receitas Correntes</b>				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos				
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público				
Demais Receitas Correntes				
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>				
<b>Operações de Crédito</b>				
Operações de Crédito - Mercado Interno				
Operações de Crédito - Mercado Externo				
<b>Alienação de Bens</b>				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
Alienação de Bens Intangíveis				
<b>Amortização de Empréstimos</b>				
<b>Transferências de Capital</b>				
<b>Outras Receitas de Capital</b>				



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 31/03/2016	PÁGINA 2

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530016 - PRODUÇÃO/SH/SEMI
ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobilária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530016 - PROAGUA/SIH/SE/MI
ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 31/03/2016	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-	-

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 31/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530021 - PROAGUA NACIONAL/SEMI
ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	-	-	-	-
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receitas Agropecuárias</b>	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
<b>Receitas Industriais</b>	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora	-	-	-	-
Indenizações e Restituições	-	-	-	-
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 31/03/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530021 - PRODUÇÃO NACIONAL/SE/M
ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>Operações de Crédito</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiame.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	-	-	-	-
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Internas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Externas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2015

PERÍODO  
Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530021 - PROADUA NACIONAL/SEM
ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

EMISSÃO  
31/03/2016

PÁGINA  
4

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>13.040.091,64</b>	-	<b>254.424,89</b>	-	<b>12.785.666,75</b>
Investimentos	13.040.091,64	-	254.424,89	-	12.785.666,75
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>13.040.091,64</b>	-	<b>254.424,89</b>	-	<b>12.785.666,75</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530013 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - SIH
ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 31/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2015	2014
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>1.483.293.673,38</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>2.453.240.234,36</b>	<b>-</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>		
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>		
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>2.453.240.234,36</b>	<b>-</b>
Ingressos Extraorçamentários	1.820.220,58	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.443.880.187,40	-
Arrecadação de Outra Unidade	7.539.826,32	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-970.036.560,98</b>	<b>-</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-540.637,26</b>	<b>-</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-462.834,22	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 31/03/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530013 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - SIH
ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-77.803,04	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	-827.062.364,75	-
Intergovernamentais	-814.618.142,82	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-786.461.969,06	-
A Municípios	-48.126.172,86	-
Intragovernamentais	-12.444.221,93	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	-142.433.558,97	-
Dispêndios Extraorçamentários	-1.823.665,60	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-140.609.903,37	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-1.685.410.348,86</b>	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530013 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA - SIH
ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 31/03/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2015	2014
<b>DESEMBOLSOS</b>		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.685.410.348,86	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-1.683.703.947,30	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
	-21.706.401,56	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	-202.206.675,48	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	204.498.868,18	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	2.252.192,70	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530016 - PROAGUIA/SH/SE/MI
ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 31/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>		<b>28.830,61</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	-	<b>28.830,61</b>
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	28.830,61
<b>DESEMBOLSOS</b>		<b>-28.830,61</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530016 - PROAGUA/SIH/SEMI
ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 31/03/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	-	-28.830,61
Dispêndios Extracramentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-28.830,61
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
<b>Transferências de Capital Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530016 - PROAGUA/SIH/SEMI
GRUPO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 31/03/2016	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 31/03/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530021 - PROAGUA NACIONAL/SEMI
ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

	2015	2014
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	<b>1.370.755,62</b>	-
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>1.370.755,62</b>	-
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	254.424,80	-
Arrecadação de Outra Unidade	1.116.330,73	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-1.370.755,62</b>	-
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 31/03/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530021 - PROAGUA NACIONAL/SEMI
ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

	2015	2014
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	-254.424,89	-
Intergovernamentais	-254.424,89	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-254.424,89	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	-1.116.330,73	-
Despêndios Extraorçamentários	-	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-1.116.330,73	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Varição Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 31/03/2016	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530021 - PROAGUA NACIONAL/SEMI
ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

	2015	2014
<b>DESEMBOLSOS</b>		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	-	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	0,01	-
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	0,01	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO  
2016

PERÍODO  
Anual

EMISSÃO  
31/03/2016

PÁGINA  
1

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530013 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA - SIH
ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>746.218.788,42</b>	<b>1.830.637.989,9</b>
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	<b>746.218.788,42</b>	<b>1.792.022.404,9</b>
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	-	<b>38.615.585,0</b>
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Operação de Crédito		2.000.000,0
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		36.615.585,0
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>504.911.448,84</b>	<b>2.443.880.187,46</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>24.415.316,13</b>	<b>140.609.903,3</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	17.425.317,32	977.786.825,46	Resultantes da Execução Orçamentária	5.545.372,24	44.840.516,8
Sub-repasso Recebido	17.425.317,32	977.786.825,46	Repasso Concedido	5.545.372,24	13.421.228,3
Independentes da Execução Orçamentária	487.486.131,52	1.466.093.362,00	Valores Diferidos - Baixa		31.419.288,5
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	487.486.131,52	1.466.077.933,44	Independentes da Execução Orçamentária	18.869.943,89	95.769.386,4
Movimentação de Saldos Patrimoniais		15.428,56	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	17.807.790,28	88.257.674,9
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.062.153,61	7.511.411,5
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>734.707.246,06</b>	<b>862.132.462,38</b>	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>468.544.169,15</b>	<b>1.536.971.431,9</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	307.233,72	4.244.610,48	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	27.107.605,04	285.218.477,4
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	733.200.165,57	848.527.805,00	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	441.310.667,65	1.249.929.298,9
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	125.896,46	1.820.220,58	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	125.896,46	1.823.655,6
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.073.950,31	7.539.826,32	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	1.062.153,61	7.539.826,32			
Demais Recebimentos	11.796,70				
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>2.292.192,70</b>	<b>204.498.868,18</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>2.732.613,90</b>	<b>2.292.192,7</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.292.192,70	204.498.868,18	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.732.613,90	2.292.192,7
<b>TOTAL</b>	<b>1.241.910.887,60</b>	<b>3.510.511.518,02</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.241.910.887,60</b>	<b>3.510.511.518,0</b>



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,  
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - FÓRUM DE ORÇAMENTOS  
 SUBTÍTULO 830014 - FÓRUM/2014/2014/2014  
 ORÇÃO SUPERIOR 83000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
 EXERCÍCIO 2014  
 PERÍODO Anual  
 EMISSÃO 31/03/2014  
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITAS			DESPESAS		
ESPECIFICAÇÃO	2013	2014	ESPECIFICAÇÃO	2013	2014
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	-	-
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	-	-
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	-	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Incluindo SPPS)	-	-	Seguridade Social (Incluindo SPPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Evidência Social (SPPS)	-	-	Evidência Social (SPPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções de Receita Orçamentária	-	-			
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	-	-	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	20.030,61	-
Resultantes de Execução Orçamentária	-	-	Resultantes de Execução Orçamentária	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasse Recebido	-	-	Repasse Concedido	-	-
Sub-repasse Recebido	-	-	Sub-repasse Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Caixa	-	-	Valores Diferidos - Caixa	-	-
Valores Diferidos - Identificação	-	-	Valores Diferidos - Identificação	-	-
Correspondências de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasse Devolvido	-	-	Repasse Devolvido	-	-
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes de Execução Orçamentária	-	-	Independentes de Execução Orçamentária	20.030,61	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	-	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Recebidas	-	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldo Patrimonial	-	-	Movimento de Saldo Patrimonial	20.030,61	-
Movimentações para Incorporação de Saldo	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldo	-	-
Aporte ao FPPS	-	-	Aporte ao SPPS	-	-
Aporte ao SPPS	-	-	Aporte ao SPPS	-	-
<b>Recebimentos Extrorçamentários</b>	20.030,61	-	<b>Despesas Extrorçamentárias</b>	-	-
Inscrição dos Debitos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Debitos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Debitos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Debitos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituintes e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituintes e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extrorçamentários	20.030,61	-	Outros Pagamentos Extrorçamentários	-	-
Ordens Bancárias Não Recebidas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Recebidas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	20.030,61	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-	Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-	Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-	Valores em Trânsito	-	-
ISRF - SINDOMES	-	-	Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-	Demais Pagamentos	-	-
Demais Recebimentos	-	-			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	-	-	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>20.030,61</b>	<b>-</b>	<b>TOTAL</b>	<b>20.030,61</b>	<b>-</b>



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

EMISSION 31/03/2016 PAGINA 1

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530021 - PROAGUA NACIONAL/SE/MI
ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>Receitas Orçamentárias</b>	-	-	<b>Despesas Orçamentárias</b>	-	-
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	-	-
<b>Vinculadas</b>	-	-	<b>Vinculadas</b>	-	-
Educação	-	-	Educação	-	-
Seguridade Social (Excoeto RGPS)	-	-	Seguridade Social (Excoeto RGPS)	-	-
Operação de Crédito	-	-	Operação de Crédito	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	-	Alienação de Bens e Direitos	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Previdência Social (RGPS)	-	-	Previdência Social (RGPS)	-	-
Doações	-	-	Doações	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos	-	-
Demais Recursos	-	-	Demais Recursos	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>254.424,89</b>	-	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>1.116.330,73</b>	-
<b>Resultantes da Execução Orçamentária</b>	-	-	<b>Resultantes da Execução Orçamentária</b>	-	-
Cota Recebida	-	-	Cota Concedida	-	-
Repasso Recebido	-	-	Repasso Concedido	-	-
Sub-repasso Recebido	-	-	Sub-repasso Concedido	-	-
Recursos Arrecadados - Recebidos	-	-	Recursos Arrecadados - Concedidos	-	-
Valores Diferidos - Baixa	-	-	Valores Diferidos - Baixa	-	-
Valores Diferidos - Inscrição	-	-	Valores Diferidos - Inscrição	-	-
Correspondência de Débitos	-	-	Correspondências de Créditos	-	-
Cota Devolvida	-	-	Cota Devolvida	-	-
Repasso Devolvido	-	-	Repasso Devolvido	-	-
Sub-repasso Devolvido	-	-	Sub-repasso Devolvido	-	-
<b>Independentes da Execução Orçamentária</b>	<b>254.424,89</b>	-	<b>Independentes da Execução Orçamentária</b>	<b>1.116.330,73</b>	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	<b>254.424,89</b>	-	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	-
Demais Transferências Recebidas	-	-	Demais Transferências Concedidas	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	<b>1.116.330,73</b>	-
Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>1.116.330,73</b>	-	<b>Despesas Extraorçamentárias</b>	<b>254.424,89</b>	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	<b>254.424,89</b>	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	<b>1.116.330,73</b>	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Restituições a Pagar	-	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Passivos Transferidos	-	-	Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2015

PERÍODO  
Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO  
31/03/2016

PÁGINA  
2

SUBTÍTULO 530021 - PROAGUA NACIONAL/SE/MI

ORGAO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade	1.116.330,73	-	Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		
Varição Cambial		-	Varição Cambial		
Valores para Compensação		-	Valores Compensados		
Valores em Trânsito		-	Valores em Trânsito		
DARF - SISCOMEX		-	Ajuste Acumulado de Conversão		
Ajuste Acumulado de Conversão		-	Demais Pagamentos		
Demais Recebimentos		-			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>0,01</b>		<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>0,01</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,01		Caixa e Equivalentes de Caixa	0,01	
<b>TOTAL</b>	<b>1.370.755,63</b>		<b>TOTAL</b>	<b>1.370.755,63</b>	









MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 31/03/2016	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530021 - PROAGUA NACIONAL/SEMI
ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>153.094.915,18</b>	<b>153.094.915,18</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>153.094.915,18</b>	<b>153.094.915,18</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>0,01</b>	<b>15.042.288,64</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>14.787.863,75</b>	<b>17.044.485,64</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>153.094.915,17</b>	<b>138.052.626,54</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>-</b>	<b>-2.002.197,00</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>			<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>138.307.051,43</b>	<b>138.052.626,54</b>

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>62.138.530,65</b>	<b>62.392.955,54</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	62.138.530,65	62.392.955,54
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Conglñ	62.138.530,65	62.392.955,54
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>TOTAL</b>	<b>62.138.530,65</b>	<b>62.392.955,54</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2015

PERÍODO  
Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO  
31/03/2016

PÁGINA  
3

SUBTÍTULO 530021 - PROAGUA NACIONAL/SE/MI

ORGAO SUPERIOR 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-14.787.863
Recursos Vinculados	
<b>TOTAL</b>	<b>-14.787.863</b>



EXERCÍCIO  
2015

PERÍODO  
Anual

EMISSÃO  
31/03/2018

PÁGINA  
1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530013 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - SIH
ORÇAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>2.800.960.997,3</b>	-
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>83.551,57</b>	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	132,55	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	83.419,02	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>2.496.793.312,7</b>	-
Transferências Intragovernamentais	2.403.653.558,8	-
Transferências Intergovernamentais	3.130.753,98	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>219.238.117,51</b>	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	219.238.117,51	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>84.846.015,47</b>	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530013 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - SIH
ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	84.846.015,47	-
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>240.803.831,69</b>	-
<b>Pessoal e Encargos</b>	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>554.008,53</b>	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	554.008,53	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>193.033.925,88</b>	-
Transferências Intragovernamentais	190.393.274,71	-
Transferências Intergovernamentais	2.650.651,17	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>34.785.046,62</b>	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	31.419.288,55	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2015

PERÍODO  
Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530013 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA - SIH
ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

EMISSÃO  
31/03/2016

PÁGINA  
3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	3.386.758,07	-
<b>Tributárias</b>	<b>12.430.850,66</b>	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.430.850,66	-
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>2.560.157.165,6</b>	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

EMISSION 31/03/2016 PAGINA 1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530016 - PROAGUA/SH/SE/MI
ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		-	<b>28.830,61</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
<b>Contribuições</b>		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		-	-
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras		-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>		-	-
Transferências Intragovernamentais		-	-
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		-	-
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>		-	-
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		-	<b>28.830,61</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530016 - PROAGUA/SH/SE/MI
ÓRGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		-	28.830,61
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		-	<b>28.830,61</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>		-	-
Remuneração a Pessoal		-	-
Encargos Patronais		-	-
Benefícios a Pessoal		-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		-	-
Aposentadorias e Reformas		-	-
Pensões		-	-
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		-	-
Uso de Material de Consumo		-	-
Serviços		-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão		-	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		-	-
Variações Monetárias e Cambiais		-	-
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		-	<b>28.830,61</b>
Transferências Intragovernamentais		-	28.830,61
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		-	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	-
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		-	-
Desincorporação de Ativos		-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 31/03/2016	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530016 - PROAGUA/SH/SEMI
ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
<b>Tributárias</b>	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	-	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

EMISSÃO 31/03/2016 PAGINA 1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530021 - PROAGUA NACIONAL/SE/MI
ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>1.370.755,62</b>	-
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>26,35</b>	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	26,35	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>254.424,89</b>	-
Transferências Intragovernamentais	254.424,89	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
<b>Valorização e Ganhos ou Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>1.116.304,38</b>	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530021 - PRODUÇÃO NACIONAL/SEMI
ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.110.304,38	-
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>1.116.330,73</b>	<b>-</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>1.116.330,73</b>	<b>-</b>
Transferências Intragovernamentais	1.116.330,73	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 31/03/2016	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530021 - PROAGUA NACIONAL/SEMI
ORGAO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	-	-
<b>Tributárias</b>		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>		
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>254.424,89</b>	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014

Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

Não existem itens do patrimônio passíveis de depreciação, amortização, exaustão, avaliação e mensuração, abrangidos pelas diretrizes da NBC T 16.9 e 16.10.

Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.

Quanto à sistemática de apuração dos custos dos programas e das Unidades Administrativas, nessa UJ/MI não há estrutura física da Setorial de Custos, nem responsáveis pelo acompanhamento de custos no Sistema de informações de Custos-SIC, conforme determinação constante na Portaria STN 157, de 09 de março de 2011 e Portaria STN 716, de 24 de outubro de 2011.

Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

O processo de verificação da conformidade contábil da Unidade Jurisdicionada, por meio da Setorial Contábil, responsável pela realização da citada conformidade, observada a segregação de função no processo do registro, se dá da seguinte forma:

- . Utilização dos auditores contábeis disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional no SIAFI e atendimento às orientações contidas no Manual SIAFI;
- . Análise contábil da execução Orçamentária e Financeira e Patrimonial demonstradas no Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstrações das Variações Patrimoniais, da Unidade Gestora da Unidade Jurisdicionada;
- . Verificação das irregularidades ocorridas no BALANCETE por meio da transação disponibilizada no SIAFI - CONDESAUD;
- . Identificação das ressalvas/restrições por meio de equações contábeis, disponibilizadas no processo on line de apuração dos registros e resultados, elaboradas pela Coordenação- Geral de Contabilidade do Tesouro Nacional;
- . Envio de email's e COMUNICA/SIAFI, à Unidade Gestora da UJ alertando quanto às irregularidades ocorridas e solicitação de regularização da situação antes do fechamento mensal contábil;
- . Orientação, à UG/UJ, de como proceder à regularização pendente por meio de email's e COMUNICA/SIAFI.

**Do processo de verificação para a conformidade contábil, foram identificadas e registradas as seguintes restrições contábeis, durante o exercício:**

UG: 530013

Restrições:

- a) 318 – Não atendimento Orientação Setorial Contábil;
- b) 656 – Convênios a comprovar com data expirada;
- c) 657 – Convênios a aprovar com data expirada;
- d) 659 – Convênios a liberar expirados;

- e) 664 – Termo de Parceria a liberar expirado;
- f) 674 – Saldo alongado/indevido contas transitórias passivo circulante;
- g) 677 – Falta/atraso/retenção/recolhimento obrigações e tributos;
- h) 707 – Saldo invertido – Classe 8;
- i) 754 – Saldo alongado/indevido – Demonstração das disponibilidades;

**Das restrições registradas, não foram sanadas até o final do exercício de referência do relatório de gestão as restrições a seguir:**

UG: 530013

**Restrições:**

- a) 318 – Não atendimento Orientação Setorial Contábil;
- b) 656 – Convênios a comprovar com data expirada;
- c) 657 – Convênios a aprovar com data expirada;
- d) 659 – Convênios a liberar expirados;
- e) 677 – Falta/atraso/retenção/recolhimento obrigações e tributos;
- f) 754 – Saldo alongado/indevido – Demonstração das disponibilidades

**Justificativa:** A permanência das restrições contábeis referentes a Convênios se deu pela falta de Recursos Humanos suficientes para análise do volume de processos existentes e da restrição 318 e 754, em virtude de não atendimento às orientações da Setorial Contábil do Órgão.

Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

Não existem itens do patrimônio passíveis de depreciação, amortização, exaustão, avaliação e mensuração, abrangidos pelas diretrizes da NBC T 16.9 e 16.10.

Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.

Quanto à sistemática de apuração dos custos dos programas e das Unidades Administrativas, nessa UJ/MI não há estrutura física da Setorial de Custos, nem responsáveis pelo acompanhamento de custos no Sistema de informações de Custos-SIC, conforme determinação constante na Portaria STN 157, de 09 de março de 2011 e Portaria STN 716, de 24 de outubro de 2011.

**Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.**

O processo de verificação da conformidade contábil da Unidade Jurisdicionada, por meio da Setorial Contábil, responsável pela realização da citada conformidade, observada a segregação de função no processo do registro, se dá da seguinte forma:

- . Utilização dos auditores contábeis disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional no SIAFI e atendimento às orientações contidas no Manual SIAFI;
- . Análise contábil da execução Orçamentária e Financeira e Patrimonial demonstradas no Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstrações das Variações Patrimoniais, da Unidade Gestora da Unidade Jurisdicionada;
- . Verificação das irregularidades ocorridas no BALANCETE por meio da transação disponibilizada no SIAFI - CONDESAUD;
- . Identificação das ressalvas/restrições por meio de equações contábeis, disponibilizadas no processo on line de apuração dos registros e resultados, elaboradas pela Coordenação- Geral de Contabilidade do Tesouro Nacional;
- . Envio de email's e COMUNICA/SIAFI, à Unidade Gestora da UJ alertando quanto às irregularidades ocorridas e solicitação de regularização da situação antes do fechamento mensal contábil;
- . Orientação, à UG/UJ, de como proceder à regularização pendente por meio de email's e COMUNICA/SIAFI.

**Do processo de verificação para a conformidade contábil, foi identificado um registro durante o exercício. A restrição registrada não foi sanada até o final do exercício de referência do Relatório de Gestão.**

**UG: 530016**

Restrições:

- a) 657 – Convênios a aprovar com data expirada

Justificativa: A permanência das restrições contábeis referentes a Convênios se deu pela falta de Recursos Humanos suficientes para análise do volume de processos existentes do Órgão.

**Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.**

Não existem itens do patrimônio passíveis de depreciação, amortização, exaustão, avaliação e mensuração, abrangidos pelas diretrizes da NBC T 16.9 e 16.10.

**Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.**

Quanto à sistemática de apuração dos custos dos programas e das Unidades Administrativas, nessa UJ/MI não há estrutura física da Setorial de Custos, nem responsáveis pelo acompanhamento de custos no Sistema de informações de Custos-SIC, conforme determinação constante na Portaria STN 157, de 09 de março de 2011 e Portaria STN 716, de 24 de outubro de 2011.

**Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.**

O processo de verificação da conformidade contábil da Unidade Jurisdicionada, por meio da Setorial Contábil, responsável pela realização da citada conformidade, observada a segregação de função no processo do registro, se dá da seguinte forma:

- . Utilização dos auditores contábeis disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional no SIAFI e atendimento às orientações contidas no Manual SIAFI;

- . Análise contábil da execução Orçamentária e Financeira e Patrimonial demonstradas no Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstrações das Variações Patrimoniais, da Unidade Gestora da Unidade Jurisdicionada;
- . Verificação das irregularidades ocorridas no BALANCETE por meio da transação disponibilizada no SIAFI - CONDESAUD;
- . Identificação das ressalvas/restrições por meio de equações contábeis, disponibilizadas no processo on line de apuração dos registros e resultados, elaboradas pela Coordenação- Geral de Contabilidade do Tesouro Nacional;
- . Envio de email's e COMUNICA/SIAFI, à Unidade Gestora da UJ alertando quanto às irregularidades ocorridas e solicitação de regularização da situação antes do fechamento mensal contábil;
- . Orientação, à UG/UJ, de como proceder à regularização pendente por meio de email's e COMUNICA/SIAFI

**Do processo de verificação para a conformidade contábil, foram identificadas e registras as seguintes restrições contábeis, durante o exercício:**

**UG: 530021**

Restrições:

- a) 318 – Não atendimento Orientação Setorial Contábil;
- b) 656 – Convênios a comprovar com data expirada;
- c) 657 – Convênios a aprovar com data expirada;
- d) 659 – Convênios a liberar expirados;
- e) 754 – Saldo alongado/indevido – Demonstração das disponibilidades

**Das restrições registradas, não foram sanadas até o final do exercício de referência do relatório de gestão as restrições a seguir:**

**UG: 530021**

Restrições:

- a) 318 – Não atendimento Orientação Setorial Contábil;
- b) 656 – Convênios a comprovar com data expirada;
- c) 657 – Convênios a aprovar com data expirada;
- d) 659 – Convênios a liberar expirados;
- e) 754 – Saldo alongado/indevido – Demonstração das disponibilidades.

Justificativa: A permanência das restrições contábeis referentes a Convênios se deu pela falta de Recursos Humanos suficientes para análise do volume de processos existentes e da restrição 318 e 754, em virtude de não atendimento às orientações da Setorial Contábil do Órgão.